UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

MIRNA QUEIROZ DOS SANTOS

Retratos do livro digital: crítica, imprensa e novas perspectivas

São Paulo

2018

MIRNA QUEIROZ DOS SANTOS

Retratos do livro digital: crítica, imprensa e novas perspectivas

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 13/12/2017. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011

Área de Concentração:

Estudos Culturais

Orientador:

Prof. Dr. Rogério Monteiro de Siqueira

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Santos, Mirna Queiroz dos

Retratos do livro digital; crítica, imprensa e novas perspectivas /
Mirna Queiroz dos Santos ; orientador, Rogério Monteiro de Siqueira.
– 2018
145 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-
Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo. Em
2017

Versão corrigida

1. Livros eletrônicos - Brasil. 2. Mercado editorial - Brasil.
I. Siqueira, Rogério Monteiro de, orient. II. Título

CDD 22.ed.- 025.1740981

SANTOS, Mirna Queiroz dos

Retratos do livro digital: crítica, imprensa e novas perspectivas

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de Concentração:

Estudos Culturais

Aprovado em: 13 / 12 / 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr.	Rogério Monteiro de Siqueira (orientador)	Instituição:	Universidade de São Paulo
-----------	---	--------------	---------------------------

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

Prof. Dr.	Jefferson Agostini Mello	Instituição:	Universidade de São Paulo
-----------	--------------------------	--------------	---------------------------

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

Prof. Dr.	Ivan da Costa Marques	Instituição:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
-----------	-----------------------	--------------	--

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

Prof. Dra.	Luciana Dadico	Instituição:	Universidade de São Paulo
------------	----------------	--------------	---------------------------

Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
-------------	-------	-------------	-------

*Para Gabriel Queiroz, meu filho,
com quem partilho a dor e o prazer de aprender.*

Agradecimentos

Agradeço a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

Ao meu marido Rodrigo Tavares, minha grande inspiração, pelo apoio incansável em todos os âmbitos, e por ter finalmente tornado tudo possível.

Ao meu filho Gabriel por ter compreendido com serenidade a minha ausência.

Ao meu orientador, Rogério Monteiro Siqueira, pelo empenho, por todas as luzes que acendeu na trajetória dessa pesquisa, pelo seu equilíbrio entre senso crítico apurado e acolhimento entusiasmado ao projeto e por ter me encorajado nas fases mais difíceis.

A todos os professores da USP que me receberam em suas disciplinas e compartilharam seu conhecimento e não pouparam tempo para discutir ideias: Andrea Limberto, Mayra Gomes, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Rogério Monteiro Siqueira, Thomás Augusto Haddad, Carlos Henrique Barbosa Gonçalves, Paulo Nassar e Luiz Alberto de Farias.

Aos membros da banca de qualificação, Jefferson Agostini Mello e Márcio Moretto Ribeiro, pela valiosa contribuição para o rumo que este projeto tomou.

Aos colegas de profissão e luta para a promoção da leitura que, apesar do pouco tempo que dispõem, participaram dessa pesquisa com boas perspectivas sobre o livro digital: Ana Carolina Neves, Ana Elisa Ribeiro, Carlos Henrique Schroeder, Felipe José Lindoso, Gabriela Dias, Joselia Aguiar, Juliana Leite, Mirhiane Mendes de Abreu, Roberto Taddei, e Susanna Florissi.

Ao Rodrigo Jorge pelas sugestões e estímulo.

Aos professores que se dispuseram a fazer parte da banca examinadora.

A todos os funcionários da USP (unidades Leste e Butantã), especialmente à Sandra Tokarevicz, pelo auxílio em questões várias.

E a todos os colegas e amigos pelo incentivo.

“Um último aviso, filho meu: fazer livros é um trabalho sem fim”.
(ECLESIASTES 12, 12)

RESUMO

SANTOS, Mirna Queiroz dos. **Retratos do livro digital**: crítica, imprensa e novas perspectivas. 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão corrigida.

Esta dissertação tem como objeto o livro digital. Ela apresenta um balanço cronológico da crítica especializada sobre o tema, analisa como o livro digital surgiu e foi abordado na imprensa a partir dos anos 1980, tomando como fonte principal o jornal *Folha de São Paulo*, e rediscute as questões e impasses observados nas últimas décadas, agora, a partir da visão de dez profissionais brasileiros do livro.

Palavras-chave: Livro digital. História do livro. Leitura. Leitor. Mercado editorial.

ABSTRACT

SANTOS, Mirna Queiroz dos. **Portraits of the E-book: Critics, Press and Perspectives.** 2017. 145p. Dissertation (Master of Philosophy) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Corrected version.

This dissertation is centered on the digital book. It presents a chronological review of the specialized critique on the subject; analyzes how the e-book came about and has been reported in the press since the 1980s, taking as main source the newspaper *Folha de São Paulo*; and reassesses the issues and impasses related to the e-book over the last decades, from the vision of ten Brazilian book professionals.

Keywords: E-book. History of Books. Reading. Reader. Publishing Market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Epopeia de Gilgámesh	21
Figura 2 – Distribuição de livrarias por região	48
Figura 3 – Enciclopédia Mecânica	51
Figura 4 – Sistema operacional on-line system	52
Figura 5 – Apresentação de <i>Index Thomisticus</i>	52
Figura 6 – Manchete de notícia do <i>New York Times</i> , de 28 de setembro de 1956	55
Figura 7 – Modelo DD-1EX Data Discman da Sony sendo lançado em 1990	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Linha do tempo de inovações tecnológicas (1949-2009)	76
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 UMA REVOLUÇÃO DA LEITURA SEM LEITORES?	13
1.2 EIXOS BIBLIOGRÁFICOS	17
1.3 METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	19
2 RUPTURA OU CONVERGÊNCIA? A CONTRIBUIÇÃO DE ESTUDIOSOS PARA O DEBATE	20
2.1 AFINAL O QUE É UM LIVRO?	21
2.2 UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: DO ROLO ANTIGO AO SUPORTE DIGITAL	24
2.3 A RECONFIGURAÇÃO NO ACESSO À LEITURA E NAS PRÁTICAS DE LEITURA	29
2.4 O LEITOR E A OBRA: RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO	37
2.5 A RELAÇÃO ENTRE LEITOR E AUTOR	42
2.6 O LEITOR NA MALHA DO CONTROLE	44
2.7 OS OBSTÁCULOS ÀS VENDAS	48
3 LIVRO DIGITAL: O RETRATO DA IMPRENSA BRASILEIRA	51
3.1 O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS RELATOS JORNALÍSTICOS	54
3.2 REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO CULTURAL	58
3.3 O ATRASO INICIAL DO BRASIL	60
3.4 A EXPERIÊNCIA NO CONTATO COM OS PRIMEIROS DISPOSITIVOS	63
3.5 O DUELO ENTRE O IMPRESSO E O DIGITAL	66
3.6 A INCORPORAÇÃO DA TECNOLOGIA PELO MERCADO EDITORIAL	73
3.7 HÁBITOS DE LEITURA EM ANÁLISE	85
4 O LIVRO DIGITAL NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DO LIVRO NO BRASIL	87
4.1 ENTRAVES ATUAIS PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO E TENDÊNCIAS FUTURAS	89
4.2 DIGITAL X IMPRESSO	97
4.3 AS SIMILARIDADES ENTRE LIVROS DIGITAIS E IMPRESSOS	100
4.4 UM CAMINHO FÁCIL PARA O ENTRETENIMENTO?	103
4.5 INTERFERÊNCIAS DA FORMA E MEIO NA CONCEPÇÃO E RECEPÇÃO DO CONTEÚDO	105
4.6 NOVOS MODOS DE FAZER LITERÁRIO	107
4.7 CONTRIBUIÇÃO PARA A DIVERSIDADE BIBLIOGRÁFICA E O FENÔMENO DA AUTOPUBLICAÇÃO	108
4.8 O DESCASO DA CRÍTICA ESPECIALIZADA	112
4.9 O PAPEL DO EDITOR COM O NOVO SUPORTE	115
4.10 OS RISCOS NA PRODUÇÃO, DIFUSÃO E CONSERVAÇÃO DO CONHECIMENTO	117
4.11 AS GRANDES PREOCUPAÇÕES EM TORNO DO LIVRO DIGITAL	119
4.12 PIRATARIA	120
4.13 A VIGILÂNCIA E CONTROLE NO AMBIENTE DIGITAL	122
4.14 REVOLUÇÃO NA PRÁTICA DE LEITURA?	123
4.15 CONTRIBUIÇÃO PARA O INCENTIVO AO HÁBITO DE LEITURA	125
5 CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

O mito é o nada que é tudo
 O mesmo sol que abre os céus
 É um mito brilhante e mudo –
 O corpo morto de Deus,
 Vivo e desnudo...
 Fernando Pessoa, *Mensagem* (1934).

Os versos do poeta português Fernando Pessoa, do poema “Ulisses”, de certa forma representam um aspecto simbólico que atua como linha de força subcutânea do tema desta dissertação: o caráter mítico que cerca o livro e a leitura.

Ato social e histórico, responsável por fixar toda uma gama de saberes e instituir novas práticas culturais, a leitura é apropriação, produção de significados. Ela não opera no campo apenas da inteligência, convoca o corpo e se inscreve no espaço (CHARTIER, 1998, p. 16). Também atua em relação ao tempo, cumprindo na subjetividade dos leitores a função dos mitos no mundo moderno: a de livrá-los da angústia perante a história presente e tentar recuperar o tempo primordial, paradisíaco. Como defende Mircea Eliade (2000, p. 19), a leitura é uma das principais vias de fuga do momento histórico.

Eliade lembra a estrutura e origem míticas da própria literatura, de acordo com a evolução mito-lenda-epopeia-literatura moderna, e destaca a sobrevivência dos arquétipos (modelos presos ao inconsciente coletivo) da mitologia nos grandes romances da modernidade. Para o historiador e filósofo romeno, há um paralelo entre o comportamento do homem das sociedades tradicionais e os grandes poetas, que, afirma ele, ao superarem o tempo e a história na criação poética, na reinvenção da linguagem, acabam por refazer o mundo e dar ao leitor a chance de experimentar a ilusão de testemunhar o primeiro dia da criação. O evasionismo também está elencado como uma das funções da leitura, entre outras - como a cognitiva, pragmática, sintonizadora, lúdica e catártica -, pela professora e crítica literária Nelly Novaes Coelho (1995).

A facilitação do acesso à leitura e a quebra de protocolos de definição do que é um autor, leitor ou livro, de modelos de reprodutibilidade, circulação e modos de recepção, proporcionadas pela era digital,¹ podem, de um lado, ter embotado a aura

¹ Era digital ou era tecnológica é o nome dado ao período, iniciado na década de 1980, com invenções tais como o microprocessador, a rede de computadores, a fibra óptica e o computador pessoal.

divinizada do livro – processo iniciado com a invenção da imprensa – ao mesmo tempo em que reforçaram o caráter disruptivo e evasivo da leitura.

Como uma das marcas do digital é a alteração de toda uma relação com o tempo, dada até mesmo pela transiência do fenômeno, e porque imprensa, estudiosos e profissionais da cadeia do livro debateram essas questões e suas implicações em várias esferas, alguns de forma idealizada, outros, apocalíptica, consideramos importante essa pequena digressão, que toca na relação menos palpável entre leitor e leitura. Explicitada a potência do ato de ler e daquilo que se dá a ler, o livro, inferimos que, talvez por isso, a cada introdução de um novo suporte de registro do escrito e de leitura, uma revolução é declarada. A terceira grande transformação é justamente reivindicada pelo digital.

Esta dissertação tem como objetivo examinar as reconfigurações ou pontos de continuidade ensejadas pelo livro digital,² num circuito que vai da produção do livro até à sua chegada ao leitor, quem de fato engendra novos hábitos de leitura. Descreve a emergência e a construção do discurso em torno do livro digital no Brasil, discurso esse que representa o significado que se atribui ao livro, no âmbito cultural, social e econômico.

1.1 Uma revolução da leitura sem leitores?

Dados da quarta edição de 2016 dos *Retratos da leitura no Brasil*³ mostram que 56% da população se encaixam no perfil de leitora, ou seja, aquela que lê pelo menos um livro inteiro ou em partes nos três meses anteriores à pesquisa. Em 2012, a terceira edição apresentou um índice de 50%. Os indicadores não são estáveis. Em 2008, na segunda edição do mesmo estudo, esse percentual chegava a 55 pontos, ou seja, houve queda num espaço de 4 anos. No que diz respeito especificamente a livros digitais, a edição de 2016 demonstrou que, relativamente a 2012, houve um crescimento de 11% das pessoas que já tinham ouvido falar em livros digitais. E, entre essas, cerca de ¼ declarou ter lido algum livro no suporte eletrônico. Ainda que

² Livro digital, livro eletrônico ou *e-book* é um livro que pode ser lido em equipamentos eletrônicos que suportem esse recurso (como computadores, tablets, PDAs/palmtops, leitores de livros digitais/e-readers, ou celulares).

³ Pesquisa realizada em 2015 pelo Instituto Pró-Livro (IPL), com o apoio da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e lançada em 2016 (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).

se faça um esforço para apurar algum avanço, é inegável que o desenvolvimento de uma cultura leitora tem sido lento e pequeno no Brasil, independentemente do suporte de preferência do leitor.

Por ser mais acessível e fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas, acredita-se que o suporte digital (celulares, tablets, computadores, *e-readers*) oferece uma oportunidade única de democratização da leitura. Afinal, o Brasil já tem 120 milhões⁴ de usuários de internet que, em tese, podem aceder 4,6 bilhões de páginas em diversas línguas no ciberespaço.⁵

Mas a maximização das possibilidades do digital depende do domínio das novas ferramentas e linguagens tecnológicas para que o acesso ao universo da informação seja efetivo. Exige, além da habilidade de fazer uso eficiente da leitura e da escrita como resultado da alfabetização, um segundo letramento: o digital. Edgar Kirchof⁶ esclarece que o letramento cobre “um conjunto muito diversificado de práticas sociais situadas que envolvem sistemas de signos, como a escrita ou outras modalidades de linguagem, para gerar sentidos”. Em poucos termos, mais do que a simples aquisição de habilidades ligadas à leitura e à escrita, “o letramento pressupõe o uso dessas habilidades em um determinado contexto social”.

Sabemos ainda que as principais correlações com a leitura são a escolaridade, classe social e o ambiente familiar (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012) e que, portanto, seria ingenuidade pensar que o digital vai resolver por si só problemas históricos e estruturais. Apesar do cenário complexo, no qual o avanço tecnológico é desigualmente veloz em relação ao social, acreditamos que seria um erro desconsiderar a capilaridade das novas tecnologias como potencial na promoção da democratização do acesso à leitura. Todo um esforço é válido, no nosso entender, para salvaguardar a relevância do livro no circuito de comunicação.

Ao longo da história, o livro ofereceu contribuição decisiva para fundir ou questionar ideias. Não é apenas na sua gênese que se verifica o seu traço mítico. Na Idade Média, era o principal veículo de legitimação da palavra sagrada. Apenas no Renascimento o poder da palavra deixa de servir o sistema teológico e passa a

⁴ “Brasil é o 4o país em usuários de internet”, **Exame**, 3 out. 2017.

⁵ Disponível em: <<http://www.worldwidewebsize.com/>>. Acesso em: 7 novembro 2017.

⁶ Literaturas e novas mídias: como ler os textos literários na era da cultura digital – **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** – n. 47 – jan/jun 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2316-40184710>>. Acesso em: 7 maio 2016.

conferir ao intelectual a possibilidade de inscrever e fazer circular num sistema comercial as próprias ideias, abandonando o papel de mero intérprete do divino. (VILLAÇA, 2002, p. 33). Na era digital, a sacralização do livro sofre mais um revés. Agora é o leitor que pode se insurgir no texto, recortá-lo, remixá-lo, fazendo-se representar pela cocriação autoral. Qual o impacto dessas novas possibilidades, do ponto de vista cultural e social? O que se perdeu e o que se ganhou com a passagem para a cultura eletrônica?

Nesse contexto de disputa entre modelos de conformação do livro, procuramos não nos limitar neste trabalho a uma visão binária que opõe o impresso ao digital, nem tomar partido de um suporte em detrimento do outro, mas, sobretudo, abordar o debate sobre as potencialidades do leitor e sobre o grau de interferência e apropriação que as novas ferramentas lhe oferecem. Há importantes estudos sobre o efeito das tecnologias na criação literária, com as possibilidades de escrita colaborativa, do compartilhamento da leitura ou a ascensão do leitor à categoria de coautor. As mudanças, no entanto, não se limitam à produção, mas promovem igualmente impacto na transmissão e na recepção do conhecimento. Como se dá agora a recepção da leitura em tela? Têm essas transformações afetado o próprio exercício de leitura, tal como vimos ao longo da história, com a passagem dos rolos ao códice e do códice às prensas de Johannes Gutenberg (1398-1468)? Como pesquisadores, imprensa e profissionais do livro – as três principais fontes desta pesquisa – captam o impacto do digital ou da “terceira revolução da leitura” (CHARTIER, 2000, p. 51)?

A visada sobre essas novas práticas e, principalmente, das suas formas de apropriação, pelas quais se constroem significados, acreditamos, é fundamental para a compreensão das mediações culturais em jogo nesse novo ambiente e para a criação de dispositivos de fato inclusivos, que engajem novos leitores.

Às questões sobre facilidade de acesso e potencial de apropriação da leitura, somam-se o controle e vigilância, devido ao grau de exposição a que leitores estão submetidos na rede mundial de computadores. Ainda da perspectiva do leitor, trata-se de tentar compreender não apenas o que ele lê, o quanto e como lê, mas também como é lido, uma vez que, em ambiente digital, está exposto ao um sistema de rastreamento. Reporta-se, permeado por uma perspectiva histórica, o espaço possível de negociação do leitor e exploram-se as potencialidades que se abrem para a promoção da leitura nas novas mídias.

Espera-se que este trabalho contribua para um debate ainda mais amplo, que não se afigure a uma ideia fetichizante do livro nem se deixe contaminar pelas determinações da tecnologia. A intenção é arejar o espaço para se pensar nas reais possibilidades e estratégias de construção de uma sociedade com mais acesso aos livros, em todos os suportes de leitura, como forma de garantir sua participação expressiva no circuito de produção e difusão de conhecimento, na formulação e no debate de ideias.

É importante ressaltar o interesse pessoal nesse recorte. Desde 2010, atuo como editora executiva de uma publicação digital de literatura, a revista *Pessoa*⁷, criada com o objetivo de contribuir para o incentivo e a consolidação do hábito de leitura. Sem recursos financeiros, a *Pessoa* chegou a ter mais de 200 mil visitas por ano, de várias partes do mundo, conforme indicam registros do provedor onde está alojada e da sua página no Facebook. Mas a boa aceitação da sua proposta – de oferecer em plataforma digital material variado e definido pela valorização da literatura de língua portuguesa – vem, sobretudo, dos meios literário e acadêmico, como sugerem dados das redes sociais, principal termômetro de engajamento em torno da revista, cuja página no Facebook tem cerca de 12 mil seguidores.⁸

Ainda que não seja possível traçar um perfil preciso de seus usuários, é factível inferir, por essa amostragem, diga-se, sem elementos concretos, que o alcance da revista tem, portanto, se limitado a um circuito de leitores habituados, com larga experiência de leitura, ou seja, aqueles que possuem as senhas de acesso ao universo letrado, para decodificar o conteúdo que produzimos. E como se chega à essa percepção? Pela análise do perfil e compartilhamento dos membros da minha própria rede de contatos, ponto de partida para a conexão com a página social da plataforma. A revista falha, assim, no seu objetivo primeiro, de formar novos leitores ou de, ao menos, alcançar um público leitor diversificado, atraído pelas narrativas e experiências estéticas diferentes das quais estão normalmente expostos nos grandes portais. Da frustração com essa constatação, nasceram as indagações sobre os mecanismos que se operam de produção e recepção em dispositivo digital, presentes nesta dissertação.

⁷ Site: <www.revistapessoa.com>.

⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/revistaPessoa/?ref=bookmarks>>. Acesso em: 7 maio 2016.

Nesse período também publiquei em formato digital duas antologias, uma de contos e outra de poesias, organizadas pelo escritor Luiz Ruffato; uma antologia reunindo 27 obras de vários gêneros literários, em língua francesa e inglesa, organizada pelo professor da universidade Paris-Sorbonne IV Leonardo Tônus; cinco títulos, entre contos e romances, no âmbito da Coleção Latitudes, com organização da escritora Maria Valéria Rezende, e uma antologia com obras de 14 autores brasileiros, organizada pela escritora Adriana Lisboa. Além do interesse inicial em investir no potencial do formato digital, as publicações tiveram propósitos variados. Tomando os dois últimos casos, por exemplo, enquanto os e-books da Coleção Latitudes buscavam divulgar escritores fora do eixo Rio-São Paulo, a antologia dos 14 autores apostava em novos escritores recém-saídos de cursos de escrita criativa. As vendas não se revelaram significativas, nunca ultrapassando a marca de 100 downloads. Entretanto, depois do lançamento dessas publicações, as portas de editoras que publicam e comercializam de forma tradicional foram abertas para muitos desses autores. A minha hipótese é que, se o livro digital ainda não se consolidou como modelo editorial, ao menos exerce um papel importante ao dar visibilidade a novos projetos literários. Não ignoro o peso dos organizadores dos títulos na validação de autores desconhecidos, mas foi o formato, mais barato e prático, que viabilizou essas publicações.

1.2 Eixos bibliográficos

A pesquisa mobilizou certa bibliografia dos Estudos Culturais, disciplina que surgiu na década de 1950 em resposta ao impacto dos meios de comunicação de massa nas práticas culturais e sociais, extrapolando o seu ponto de origem, o campo dos estudos literários, com a proposta de ruptura de uma visão hegemônica da cultura, problematizando o conceito, os significados sociais que a produz, bem como o seu papel nas disputas de poder, no jogo das assimetrias (Cevasco: 2003).

Como um dos principais pilares da pesquisa são as possíveis respostas do leitor frente à leitura que consome via dispositivo digital, abordamos as teorias da recepção. Assim, debruçamo-nos sobre a análise que Stuart Hall faz do papel do receptor na produção de significados. Para o corpo teórico deste trabalho, trouxemos suas reflexões contidas no ensaio *Encoding and Decoding in the Television Discourse*

(1973), no qual ele procura compreender as relações entre produção e recepção, considerando o lugar da história e da cultura nesse processo.

Das Ciências da Linguagem, importou mobilizar obras que tratam do embate entre dois polos: a possibilidade ilimitada de acesso à informação, de um lado, e as ações de condicionamento, de outro. Em linhas gerais, buscamos entender como o monitoramento sistemático, automatizado e a distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço influenciam suas condutas ou escolhas possíveis.

Percorremos a história do livro e da leitura para traçar outros importantes paralelos entre épocas muito diversas. Vimos que, tal como aconteceu com o surgimento da imprensa, as evoluções tecnológicas da virada do milênio significaram também uma nova ruptura cultural e social. Identificamos ainda práticas da elite cultural que persistem até hoje, como a de dedicar ao livro um símbolo de sacralização e distinção social. Também as restrições a que estão sujeitos leitores não são uma novidade produzida pelas tecnologias digitais. O controle do ato de ler é prática que remonta da Renascença, como demonstram estudos de Anthony Grafton, Ann Blair e Elizabeth Eisenstein, sejam pelas formas de organização das bibliotecas desse período, ou pela implementação de estratégias de orientação da leitura. Tratamos também de estudos sobre o livro e a leitura de autores clássicos, como Roger Chartier e Robert Darnton, e apresentamos trabalhos mais recentes, de novos pesquisadores, cobrindo um período largo da história do livro digital, desde a introdução dos primeiros dispositivos até os dias atuais.

Do campo da Comunicação, a abordagem principal foi a importância dos processos de apropriação para a construção de conhecimento e cultura na chamada “sociedade da informação”, da qual retiramos o conceito de apropriação cultural para aplicar aos processos de leitura em tela, com base no princípio do construtivismo dialógico. Nessa perspectiva, sistematizamos questões levantadas nos ensaios de Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini e Sefarty-Garzon para sinalizar a necessidade de criação de dispositivos de informação e cultura com novas dinâmicas e lógica indispensáveis a uma posição autônoma e afirmativa do sujeito perante os intrincados movimentos de produção desmedida de conhecimento e de sentidos que marcam a nossa época.

1.3 Metodologia e organização da dissertação

A pesquisa foi feita em formato qualitativo, tendo como fontes um conjunto de trabalhos produzidos por especialistas da história do livro e do digital, de textos jornalísticos publicados principalmente na *Folha de São Paulo*, entre outros jornais, e de entrevistas concedidas por profissionais da cadeia do livro no Brasil. Cada uma destas fontes é alvo de um capítulo deste estudo.

Desse modo, o trabalho se apresenta em três capítulos.

No primeiro, pretende-se abarcar as discussões e as reflexões que o livro digital enseja entre estudiosos do livro e da leitura. A partir de uma contextualização histórica da evolução do livro, do rolo ao suporte digital, analisamos a visão de estudiosos sobre a alteração no acesso e nas práticas de leitura, a posição do leitor perante o autor e o livro e o grau de controle a que é submetido. Nessa análise, encontramos paralelos entre o suporte da cultura impressa e da digital e percebemos ainda que a controvérsia sobre as vantagens e desvantagens do livro digital não é exclusiva desse suporte.

O segundo capítulo dedica-se à cobertura dada pela imprensa ao livro digital, desde o surgimento dos primeiros dispositivos digitais até recentemente. Consideramos importante perceber o que se confirmou das previsões ora idealizadas, ora catastróficas lançadas na imprensa, bem como o seu próprio papel, na posição de condicionador ou de influenciador, no imaginário coletivo sobre o digital.

O terceiro e último coloca em confronto a opinião de alguns profissionais do livro sobre os temas que foram tratados em toda a pesquisa. Nas entrevistas, editores, escritores, pesquisadores, jornalistas e consultores de políticas públicas apontam o que consideram como fragilidade ou potencialidade do novo sistema. Esse retrato instantâneo, de uma maioria otimista, em comparação com a tomada de posição na academia e na imprensa, refletidas nos primeiros e segundo capítulos, ajuda-nos a traçar os contornos gerais do discurso que se construiu ao longo desse período em torno do livro digital. Do ponto de vista metodológico, os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas individuais. Os benefícios da abordagem qualitativa se prendem com a riqueza da informação gerada e com a profundidade da visão do fenômeno em estudo.

2 RUPTURA OU CONVERGÊNCIA? A CONTRIBUIÇÃO DE ESTUDIOSOS PARA O DEBATE

O Grupo Autêntica deve lançar em 2018 no Brasil o e-book *Ele que o abismo viu: Epopeia de Gilgámesh*.⁹ Trata-se de uma versão atribuída a Sin-léqi-unnínni (séc. XIII a.C.) e considerada, segundo o Grupo, “a mais completa e importante da tradição acádia”.¹⁰ A obra, com mais de quatro mil anos, foi registrada na Mesopotâmia, em tábuas de argila descobertas apenas entre 1872 e 2014 (Fig.1).

Quando confirmado, esse importante acontecimento editorial colocará à disposição dos leitores brasileiros, por meio de alguns cliques num aparelho digital, a obra literária mais antiga da qual se tem conhecimento, pondo em questão uma noção que persiste em alguns meios, como veremos na cobertura jornalística retratada no capítulo 3 deste trabalho, de que a criação literária só é concebida em livro impresso, formato que conhecemos desde a invenção da imprensa por Gutenberg no século XV. Recuando a uma época anterior à cultura do impresso, além dos suportes mais estudados, como os rolos (em papiro e pergaminho) e o códice, encontraremos registros de escrita em madeira (Egito, Grécia, Roma e também Mesopotâmia), ossos de animais e carapaças de tartaruga (China e países árabes), bambu e seda (China) (PAIVA, 2010, p. 16-17; KATZENSTEINS, 1986, p. 109).

Cabe então abordar as definições atribuídas ao livro. Um livro é qualquer suporte de escrita ou de narrativa oral? É o conteúdo ou é o seu formato que o configura como tal? São vários os conceitos de livro, que ora o caracteriza de acordo com seus elementos tecnológicos, ora pelo formato, pela sua periodicidade ou pela criação intelectual, como bem salientou Ana Elisa Ribeiro em seu trabalho “O que é e o que não é um livro: materialidades e processos editoriais”.

⁹ O livro impresso entrou em pré-venda em outubro de 2017, com tradução para o português de Jacinto Lins Brandão. Uma edição digital da Penguin Classics em língua inglesa está disponível desde 2016.

¹⁰ Acádia foi uma região histórica da Baixa Mesopotâmia situada no centro do atual Iraque.

Figura 1 - Epopeia de Gilgámesh

Fonte: Site Bible Odissey.

2.1 Afinal o que é um livro?

Etimologicamente, a palavra “livro” vem do latim *liber* que significa a fina camada fibrosa entre a casca e o tronco da árvore que, depois de seca, poderia ser usada para escrever. Também a palavra inglesa “book” advém do germânico “bokiz”, nome da árvore que hoje se chama “beech” em inglês, da qual se faziam tábuas onde eram escritas as runas, uma antiga forma de escrita da Europa do Norte. Através dos séculos, a palavra ganhou independência do seu suporte original e passou a ser aplicada tanto a pergaminhos, códices, livros impressos e digital.

Gradualmente, a associação do conceito de livro ao impresso tem sido substituída por uma ideia que desvincula o conteúdo de seu suporte (impresso, eletrônico ou outro).

Para a UNESCO um livro é “uma publicação impressa não periódica de pelo menos 49 páginas, excluindo as capas, publicada no país e acessível ao público”.¹¹ Esta definição, de 1964, foi acolhida no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6029), que atribuiu ainda ao conceito um Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN).¹² A *Enciclopédia Intercom de comunicação* (2010, p. 767) usa a palavra livro para designar uma criação espiritual, um objeto, um conteúdo intelectual bem como um suporte material. No verbete livro, os autores da enciclopédia recorrem ao historiador francês Albert Labarre para se referirem às particularidades que devem ser consideradas no referido objeto: suporte de escrita, difusão e conservação de um texto e portabilidade.

Em outubro de 2003, o Brasil instituiu a Política Nacional do Livro (Lei número 10.753), que considerava como livro “a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento” (Art. 2º). Ainda que nesse período, como verificaremos no capítulo 3, os livros eletrônicos já fossem recorrentes no Brasil e retratados de forma regular pela imprensa brasileira, a lei, anacrônica, estabelece que também são equiparados a livro os que estivessem disponíveis “em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual” (Art. 2º, inciso VII). Livros eletrônicos, à luz da lei, serviriam apenas para mitigar dificuldades de acesso à leitura de um público com características específicas, como os invisuais. Tramita atualmente no Congresso Nacional uma medida provisória com o objetivo de modernizar o conceito de livro para que se possa admitir com igual status jurídico tanto o tradicional formato de livro impresso, inclusive no Sistema Braille, quanto os formatos digital, magnético e ótico.

O aspecto físico do livro também é recorrente em várias outras publicações sobre o tema. Faria e Pericão (2008, p. 458-459), em seu *Dicionário do livro*, oferecem a seguinte definição geral:

Conjunto de cadernos, manuscritos ou impressos, costurados ordenadamente e formando um bloco; obra, científica ou literária, que forma ou pode formar um volume; cada uma das partes principais em que se dividem os

¹¹ Tradução minha. Texto original: “A book is a non-periodical printed publication of at least 49 pages, exclusive of the cover pages, published in the country and made available to the public”. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114581e.pdf>>.

¹² Disponível em: <http://www.cct.udesc.br/arquivos/id_submenu/203/nbr_6029.pdf>.

textos dos livros; documento impresso ou não-impresso; transcrição do pensamento por meio de uma técnica de escrita em qualquer suporte com quaisquer processos de inscrição. O livro supõe um suporte, signos, um processo de inscrição, um significado. Integra-se num processo de criação, reprodução, distribuição, conservação e comunicação. Dirige-se a um leitor, possui uma finalidade: a reflexão, o ensino, o conhecimento, a evasão, a difusão do pensamento e a cultura; segundo a agência portuguesa para o ISBN (International Standard Book Numbering), é toda publicação não-periódica com um mínimo de quarenta e cinco páginas e que esteja sujeita a depósito legal; segundo a ISO (International Standard Organization), é publicação impressa não-periódica, com mais de quarenta e oito páginas, sem incluir as da capa, que constitui uma unidade bibliográfica; monografia; exemplar a partir do qual o editor faz a impressão.

Já o livro eletrônico é descrito pelos autores como “[a]quele em que as palavras ou códigos foram substituídos pelos de uma outra linguagem ou código legível por máquina. Surgiu como alternativa ao livro, texto e documento em suporte papel. Usa-se por oposição ao livro impresso” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 467).

O *Glossário de termos de edição* afirma que:

o livro impresso tem sido gradualmente substituído por dispositivos informatizados de leitura, por *livros-máquina* ou *livros eletrônicos interativos* que navegam em cabos telefônicos ou ondas hertzianas. Digitalizados e armazenados em CD-Roms ou em imensas memórias on-line, ainda sobrevivem paralelamente às suas edições eletrônicas (QUEIROZ, 2008, p. 16).

Ampliando a noção de livro, o *Glossário* defende ainda que, nas sociedades orais, os anciãos, por conservarem a memória local, são como livros ambulantes. Considera, assim, um erro conceitual a restrição de livro a um registro da palavra escrita (QUEIROZ, 2008, p. 16). Acrescentamos que, hoje, os anciãos da cultura oral podem ter sido substituídos por mais um suporte de leitura, que, como os outros, enceta debates sobre suas vantagens, mais ligadas à praticidade, e desvantagens, de ordem cognitiva: o audiolivro. No Brasil, não há dado específico sobre o consumo de livros sonoros. De acordo com o levantamento de *Retratos da leitura no Brasil*, esse suporte tem a preferência de 12% dos leitores no país (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).¹³

Ribeiro frisa que livro “é uma tecnologia sócio-historicamente situada”, e que

¹³ “Já ouviu um livro? Obras narradas são a nova aposta do mercado editorial”, *Folha de São Paulo*, 9 jul. 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/07/1899123-mercado-de-audiolivros-explode-nos-eua-e-ganha-impulso-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 05 outubro 2017.

se configura de acordo com seus gêneros, sejam romances, orações ou livros de receitas. Não importa quão diversos são tecnologicamente, a autora defende que “livros e livros eletrônicos são livros, em papel ou pixel, justo em função de terem a mesma finalidade”. (RIBEIRO, 2012, p. 337).

2.2 Um breve contexto histórico: do rolo antigo ao suporte digital

Uma longa tradição de estudos históricos tem analisado as transformações pelas quais passaram o suporte da escrita e como essas transformações interferiram nas práticas culturais associadas ao livro e à leitura – contribuição sobre a qual nos debruçamos neste trabalho, pinçando ainda algumas de suas implicações políticas e econômicas. Quando o códice (manuscrito gravado em madeira) substituiu, na primeira grande transformação, os rolos (em papiro ou pergaminho), logo após o início da era cristã, iniciou-se uma nova forma de expressão textual, com a organização do texto em páginas folheáveis e a introdução, mais tarde, de espaços entre as palavras, parágrafos e capítulos, além de sumários, índices e outras seções que auxiliavam a leitura (DARNTON, 2010, p. 40). Entre as vantagens da nova materialidade do livro, está a possibilidade de o leitor seguir a sequência do texto com um simples virar de página e de ainda incorporar outros gestos que se tornaram comuns, como escrever nas margens enquanto se lê, recuperar a leitura de um dado trecho do livro e até mesmo cotejar duas ou mais obras (CHARTIER, 2002).

Apesar do caráter dominante do códice desde o século I, ainda hoje usamos palavras que remetem ao período do pergaminho, como “protocolo” (a primeira parte do pergaminho) e “volume” (do latim *volvere*, ou enrolar) (GROSSMAN, 2011).

As características ergonômicas do códice foram fundamentais para a difusão do Cristianismo. Seu formato encadernado, portátil, facilitava a prática de leitura. Também agradava aos cristãos por ser um material distinto do pergaminho utilizado (até hoje) pelos judeus. Outro benefício tinha caráter econômico, já que era possível escrever em duas faces, frente e verso (GROSSMAN, 2011). Por sua vez, os rolos de papiro apresentavam dificuldades não apenas de ordem cognitiva, como a disposição textual sem separadores bem definidos para uma melhor apreensão, mas também de ordem física, já que precisavam ser desenrolados num processo mais exigente de manuseio (DARNTON, 2010, p. 40).

O próprio processo de manufatura do suporte anterior ao códice era muito trabalhoso e oneroso, como retratou minuciosamente António José Saraiva (1995, p. 76):

Para se fabricar o livro era preciso em primeiro lugar dispor de pergaminho, pele de carneiro ou de cabra, que se cortava em retângulos e se dividia em cadernos, depois de ter sido metida em solução de cal (para tirar a gordura), secada, esfregada e polida com pedra-pomes. Diante do pergaminho cortado e dobrado, o copista, depois de riscar com um lápis aquilo a que hoje chamamos mancha (o espaço destinado às letras e as linhas), tomando o raspador numa mão e a pena de ave na outra, traçava minuciosamente os caracteres, deixando em claro as iniciais e o espaço para as decorações. Outro artista vinha encher esses espaços em branco, desenhando grandes iniciais muito enfeitadas a vermelho, azul, verde, por vezes a ouro e prata; outro ainda pintava ornamentações, em certos casos pequenos quadrados de assunto relacionado com o texto. A preciosidade, que levava anos a concluir, era finalmente rematada com grossas capas de tábuas cobertas de metal e uma sólida fechadura. Resguardava-se, assim, quanto possível, o tesouro encerrado dentro das capas. Estas tornavam-se também, por vezes, obras de arte, de prata cinzelada ou marfim engastado de pedras preciosas. Nos conventos, os livros ficavam dispostos sobre carteiras onde os monges iam consultá-los, frequentemente presos por uma corrente. Os particulares legavam-nos como joias entre os mais valiosos bens.

Durante a primeira metade do século XV, várias iniciativas na China, conduzidas por Bì Shēng (990-1051), Wang Zhen (1290-1333) e Hua Sui (1439-1513), buscaram desenvolver e aperfeiçoar a impressora de tipos móveis (WALKER, 2013, p. 14). Mas a tecnologia que definiria a transição da cultura do manuscrito para o impresso é criada por Gutenberg, em 1455: os tipos móveis reutilizáveis. É a segunda grande mudança. Operam-se ali diferenças profundas na forma como o texto é absorvido, dada a liberdade de que passa a desfrutar o leitor na relação com o objeto. Também se ampliaram as possibilidades criativas do autor. É nessa altura que surgem novos gêneros, como o romance e os almanaques. Na Idade Moderna apareceram livros cada vez mais leves, de diferentes formatos, como os livros de bolso, pequenos, pensados para proporcionar uma leitura prática e o barateamento de custos (JOHNS, 1998). O resultado foi a multiplicação e a popularização do livro, que assegurou a formação de novos públicos leitores.

O seu impacto não pode ser medido apenas pelo aspecto puramente tecnológico ou sociocultural. O impresso representou, na verdade, “um ponto de convergência da técnica, do espírito mercantil – que será efetivamente desenvolvido

com a circulação de livros impressos – e da difusão de ideias humanísticas” (VILLAÇA, 2002, p. 29-31), e teria surgido por indução do caráter comercial e pragmático do Renascimento e da burguesia (VILLAÇA, 2002, p. 31). O argumento é amparado pela produção no período de “livros para registrar operações numéricas, câmbios e outros ofícios ligados ao comércio, sem, portanto, função imediata de comunicação” (VILLAÇA, 2002, p. 31). Produção essa que exigia rapidez, o que estava em descompasso com o processo árduo e moroso da confecção de manuscritos, mesmo com a popularização dos copistas, sublinha Vilaça.

Na mesma lógica, Eisenstein argumentou que os produtores de livros impressos casavam um esforço capitalista com edificação evangélica (1979, p. 380). Em Florença, no final da época medieval, onde a atividade mercantil estava mais avançada que em outras regiões italianas e mesmo europeias, comerciantes ainda usavam tabletes de madeira com instrumentos de contagem manuais para a contabilidade das suas atividades (EISENSTEIN, 1979, p. 382). Estes métodos eram guardados em segredo e ensinados apenas aos mais privilegiados. Com a invenção da imprensa, esse caráter inacessível da contabilidade mercantil rompeu-se, deixando que o comércio e os seus registros pudessem fluir com mais agilidade (EISENSTEIN, 1979, p. 383). Com isso, corroeu-se o caráter sacralizado do livro. Se antes a palavra condensada era a palavra de Deus, agora o livro, além dos ideais religiosos, passou a registrar lucros, negócios, juros, formas de cunhar moeda e todas as dinâmicas próprias do capitalismo, muitas vezes antitéticas com o despojamento cristão (EISENSTEIN, 1979, p. 384). Jovens monges que se envolvessem com a produção desses livros teriam que “suspender o seu julgamento moral” e adotar uma postura de neutralidade (EISENSTEIN, 1979, p. 384). Villaça lembra também a importância, ao lado da reprodução das ideias humanistas, do livro técnico nesse período, dentro de uma lógica voltada para o “concreto, o realismo e o utilitarismo” (2002, p. 31).

A comunicação eletrônica corresponderia a uma terceira grande transformação. Invenções como a *Enciclopédia mecânica*, de Ángela Ruiz Robles, o *oN-Line System* (NLS), de Douglas Engelbart, e o *Index Thomisticus*, de Roberto Busa, como veremos em mais detalhe no capítulo 3, serviram de berço ao livro eletrônico entre as décadas de 1940 e 1970. Mas esta transformação está principalmente ligada à criação da rede mundial de computadores, ou Internet. Nas décadas de 1970 e 1980, a Internet, que na sua gênese tinha objetivos militares,

ganhou importância como meio de comunicação acadêmica, mas foi somente em 1990 que começou a alcançar a população em geral. Naquele ano, o engenheiro inglês Tim Bernes-Lee liderou o desenvolvimento da World Wide Web, possibilitando a utilização de uma interface gráfica e a criação de sites mais dinâmicos e visualmente atraentes (ABBATE, 2000). A partir deste momento, a Internet cresceu em ritmo acelerado, como capturou Darnton (2010, p. 41):

[...] a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo.

Nas décadas de 1990 e 2000, é comum ver na academia pesquisadores atribuírem ao fenômeno um caráter de ruptura ou, no mínimo, de forte rasgo na concepção de escrita, livro, modos de leitura. O impacto da nova era – chamada de digital ou da pós-informação (NEGROPONTE, 1995, p. 157) – está refletido em diversas publicações científicas. McGann (2001, p. 169) apontou que a totalidade da nossa cultura material teria que ser “reconcebida”, enquanto Hayles (2008, p. 2) vislumbrou um período de “turbulência” provocado pela emergência da literatura eletrônica e Manovich destacou que as novas mídias criariam uma ilusão da realidade, representando novos espaços de atuação e recepção do leitor (2001). Uma “revolução”, como definiu Chartier (1995, p. 15). Ou seja, o digital teria reconfigurado a produção textual, ampliando as zonas de interferência do leitor, proporcionando uma nova experiência de leitura, suscitando também novos modelos, tanto de produção do livro como objeto, mais econômica, como também de distribuição.

Como fenômeno novo, tem provocado adesão ou resistência acaloradas. Impacto semelhante foi verificado em outras épocas, sempre que um suporte de escrita foi introduzido – como o códice em substituição ao rolo, ou o impresso em substituição ao códice, transição que pode ter levado cerca de 300 anos para se concretizar (FISCHER, 2006).

Veremos, no entanto, que a inovação eletrônica – pelo que se pôde apurar passadas cerca de três décadas desde o lançamento nos anos 1990 dos primeiros

leitores dedicados Rocket Ebook e SoftBook (Tabela 1) – ainda não provocou o corte radical anunciado e temido. E, hoje, estudiosos do tema apontam para uma convivência longa entre livro impresso e digital até que o digital crie as suas próprias categorias e estruturas (ALBARRÁN; RIBEIRO, 2015). O próprio Chartier relativizou as mudanças que chamara de revolucionárias defendendo uma visão menos arraigada de vários valores presos à natureza tecnológica do livro: “Se considerarmos seu valor [do livro] como suporte de informação, perceberemos que o texto subsiste no ciberespaço, apenas a página (como espaço de leitura e de escrita) transforma-se. Antes átomos (pedra, argila, papiro, pergaminho e papel) agora bits, fótons” (1998, p. 283).

Para Albarrán e Ribeiro (2015, p. 7), não há sequer mudanças na arquitetura e organização do conteúdo; a aparência e o formato do impresso mantêm-se numa tela. “O digital afinal constitui uma revolução da técnica, que mudou sim a forma de produção e reprodução de textos”. Os pesquisadores assinalam que também o impresso manteve a mesma configuração dos manuscritos, tais como a organização do texto, sua aparência e seu agrupamento em cadernos, provando que a mudança cultural, tal como postulou Chartier, é mais lenta do que a tecnológica (2006, p. 112).

Chartier denominou “domesticação” o processo de adaptação dos textos a um novo suporte, precisamente por tomar emprestadas as estruturas vigentes para representá-las por meio de uma “imitação” em novos formatos, sem escapar muito do que se conhece (2006, p. 2011). Em um desdobramento do conceito formulado por Chartier, Albarrán e Ribeiro criticam não propriamente a apresentação feita pela “imitação”, independentemente das mudanças tecnológicas, e sim o desinteresse em priorizar o livro como meio funcional e real de leitura, “porque têm sido mais relevantes a inovação e a tecnologia em si do que o conteúdo e a funcionalidade de consulta”. (ALBARRÁN; RIBEIRO, 2015, p. 8). Para dar conta das modulações no campo do livro, Ribeiro (2016, p. 108) prefere evitar os termos transição ou mudança e se ancoram numa ideia de movimento: “Não traz um sentido de progressão (avanço/recuo, frente/trás, vantagem/desvantagem, maior/menor, evolução/involução), traz a noção de coisa viva e respirante que de fato a edição tem, pois está ligada às nossas mais duradouras práticas sociais”. É neste contexto que Villaça alerta para a importância de atenuar os pontos de ruptura entre o impresso e o eletrônico e acentuar os pontos de continuidade em vários níveis (2002, p. 37). Entre

esses níveis, destacamos a facilitação, por um lado no acesso à leitura, e o controle por outro, a reconfiguração das práticas de leitura e o papel do leitor nas novas mídias, que analisaremos em seguida.

2.3 A reconfiguração no acesso à leitura e nas práticas de leitura

A primeira revolução da leitura, segundo Cavallo e Chartier (1995 apud DADICO, 2011, p. 34), se deu com a leitura silenciosa, que poderia ser processada mais rapidamente e exigia menos atenção e memorização do leitor. Para os autores, o caráter revolucionário estaria mais vinculado a esse novo modo de ler do que propriamente à difusão de livros e à ampliação do público leitor como consequência da invenção da imprensa (apud DADICO, 2011). Paul Saenger, curador de livros raros na Biblioteca Newberry, em Chicago, aponta como elemento definidor da leitura silenciosa não um suporte ou outro, e sim um novo formato de texto que introduziu a separação entre as palavras escritas, antes só possível na mente e na voz de alguns leitores (2001, p. 255). Contrariando alguns estudiosos, que atribuem essa nova prática à chegada do impresso, o autor conta, em seu *Space Between Words: the Origins of Silent Reading*, que esse processo se originou em manuscritos copiados por escribas irlandeses nos séculos VII e VIII, se espalhou pelo continente europeu no final do século X e alcançou o triunfo no escolasticismo e nas práticas devocionais do final da Idade Média (1997).

E como liam nessa época? Entre 1500 e 1750, a ordem que prevalecia era a da releitura, lia-se repetidamente poucas obras, como a Bíblia e almanaques. É o que se chama de leitura intensiva (DARTON, 2011). A segunda revolução da leitura, ou “Leserevolution”¹⁴ – apresentada pelo professor Rolf Engelsing, e mais tarde, contestada por Reinhard Eittmann (DARTON, 2011), começa a surgir no século XVIII. Lia-se muito, principalmente romance e jornais, de forma ligeira e individual, para uma única distração, caracterizando a denominada leitura extensiva, que, embora fosse mais ampla, era superficial. (DARTON, 2011, p. 167). A fúria de leitura de várias obras suscitou preocupação com a volta da barbárie (BLAIR, 2003). Os novos leitores eram acusados por clérigos e letrados de “lerem deseducadamente, sem

¹⁴ Rolf Engelsing cunhou o termo “Leserevolution” para descrever uma mudança não apenas nos números e classe social dos leitores, mas também na maneira como os leitores alemães leem.

conseguir distinguir a razão da falsidade, a verdade da fantasia. Eles poderiam ficar tentados (no caso das mulheres) por desejos eróticos e expectativas românticas difíceis de realizar”. Receava-se também que eles lessem superficialmente ao invés de digerir os textos com propósito (LYONS, 2001, p. 21).

Entrevemos aqui o que pode ter sido a primeira grande ameaça – a segunda, supomos, ocorre agora com o digital – à aura fetichista evocada pelo livro. Ora, se mais gente lê e lê de forma descontrolada, segundo os ungidos, em desacordo com regras tradicionais, o livro perde a força para sustentar seu estatuto anterior. Em seus estudos sobre as estratégias de leitura entre os séculos XVI e XVIII, Blair descarta trabalhar com a noção de revolução da leitura ou mesmo evolução da leitura por considerar mais seguro assumir que, “na maioria dos períodos, leitores proficientes praticaram uma variada gama de leituras em diferentes circunstâncias” (2003, p. 13).

Citando alguns autores, Blair sumariza quatro formas de ler livros impressos: “estudo atento” (*hard study*), que inclui tomar notas, “leitura atenta” (*perusal*), menos em consultas pontuais, “leitura curiosa” (*curious reading*), absorto em uma novela, e “leitura simples” (*mere reading*), como em jornais. (2003, p. 13). De maneira mais explícita, Francis Bacon descreve as distinções de modos leitura no seu ensaio *Of Studies*: “alguns livros devem ser degustados, outros devem ser engolidos e apenas alguns devem ser mastigados e digeridos, alguns livros devem ser lidos apenas em partes, mas não com curiosidade; e alguns poucos devem ser lidos integralmente, com diligência e atenção” (BACON, 1996, p. 439). Com a emergência do livro eletrônico, estudiosos apontam para a terceira revolução da leitura (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

O impresso não morreu, talvez o momento histórico não seja de ruptura e o livro e a leitura sigam um movimento, como definiu Ribeiro (2012), mas novos modos de ler foram instituídos com a utilização do novo suporte, ainda que convivam ou carreguem hábitos fundados na cultura do impresso.

Vejamos então quais gestos se mantêm e quais novos foram introduzidos com o suporte digital. Landow, um dos primeiros pesquisadores de leitura digital, observou que o hipertexto,¹⁵ ao permitir que o leitor escolha sua própria trilha dentro

¹⁵ O conceito de hipertexto foi proposto por Theodor H. Nelson, pela primeira vez, em 1965, numa comunicação apresentada à Conferência Nacional da Association for Computing Machinery, nos Estados Unidos. O hipertexto é uma forma não linear de apresentar a informação textual, uma espécie de texto em paralelo, que se encontra dividido em unidades básicas, entre as quais se

de um conjunto de possibilidades, dissolve a rigidez fundamental em que se baseia nossa teoria e prática de leitura (1994, p. 33). Darton (2010), por outro lado, chama a atenção para o caráter revolucionário do texto eletrônico ao romper com a lógica sequencial e horizontal do texto impresso, que propõe a leitura de página por página. Argumenta-se que, ao superar fronteiras preestabelecidas, o leitor ganha novas possibilidades sensoriais e de compreensão da leitura. Também Karin Littau enfatiza o fim da perspectiva linear, que caracteriza o texto impresso, e o surgimento da leitura conectiva: “o leitor hipertextual move-se multisequencialmente, pulando de uma unidade de leitura (chamada ‘lexia’) para outra, cada segmento textual juntando-se a outro por meio de hyperlinks, o que produz novas e inesperadas conexões entre os textos” (2006, p. 55). O impacto seria o aprofundamento do vínculo do leitor com o texto por meio de uma rede de informação concatenada. Essa nova estrutura de organização do texto, de ordem não sequencial, permite um deslocamento de “esquemas que consideram como a certeza mais evidente a separação entre um mundo material e objetivo e um mundo subjetivo, impondo uma inversão conceitual à qual os objetos devem se uniformizar à nossa cognição” (VIANELLO, 2002, p. 176).¹⁶ Chartier (1995, p. 18) acrescenta que:

A representação eletrônica dos textos altera completamente o status desses textos; no que respeita a materialidade do livro, substitui a imaterialidade dos textos sem uma localização única; contra as relações de contiguidade estabelecidas nos objetos impressos, ele se opõe com composição livre de fragmentos infinitamente manipuláveis; em lugar da apreensão imediata de todo o trabalho, tornado visível pelo objeto que o encarna, introduz uma longa navegação em arquipélagos textuais que não tem margens nem fronteiras. Tais mudanças inevitavelmente requerem novas formas de leitura, novas relações com a palavra escrita, novas técnicas intelectuais.¹⁷

estabelecem elos conceituais. É o princípio que regula modernamente os códigos digitais armazenados no disco rígido do computador e na sua memória operativa. Depende de quem opera usar os elos conceituais que se estabelecem entre as unidades de informação ou grupos de unidades que podem distribuir-se e circular de diversas formas. É este, igualmente, o caso da internet, que utiliza a linguagem HTML (Hyper Text Markup Language), que permite descobrir a informação disseminada num sistema em que todos podem comunicar com todos, em sincronia.

¹⁶ Tradução livre minha. Texto original: “con los esquemas conceptuales que consideran como la certeza más evidente la separación entre un mundo material y objetivo y un mundo subjetivo, imponiendo una inversión conceptual donde los objetos deben uniformarse a nuestra cognición”.

¹⁷ Tradução livre minha. Texto original: “The revolution of the electronic text will also be a revolution in reading. To read on a screen is not to read in a codex. The electronic representation of texts completely changes the texts’ status; for the materiality of the book, it substitutes the immateriality of texts without a unique location; against the relations of contiguity established in the printed objects, it opposes the free composition of infinitely manipulable fragments; in place of the immediate apprehension of the whole work, made visible by the object that embodies it, introduces a lengthy navigation in textual archipelagos that have neither shores nor borders. Such changes inevitably,

Com o mesmo alinhamento, no ensaio *Texto digital e reconfiguração do leitor*, Alckmar dos Santos (2008, p. 1) defende que a leitura no meio digital está aberta como espaços distintos de significações que o leitor é convocado a explorar, simultânea e não simultaneamente:

[T]rata-se de uma pluralidade espacial concreta: enquanto percorremos os objetos de uma dada tela, enquanto vamos atuando com os comandos via teclado e interagindo através do cursor – por meio de ações que nos são exibidas ou exigidas –, estamos também interferindo em outras instâncias, atuando em outras camadas de programação, direta e indiretamente.

Para ele, num jogo de teatralização, a esse leitor digital também pode ser dado compartilhar, com outros leitores, significantes, processos, estratégias, gestos e resultados de suas leituras. A sinestesia (sentido interno dos movimentos dos corpos) também é apontada por Pierre Lévy como uma nova das várias modalidades perceptivas, além da visão, audição e tato, colocada em jogo pela recepção da mensagem (1999, p. 57). Outras características da ciberarte, além das experiências corpóreas e sensoriais que oferece, é a maior participação nas obras, sua transformação e cocriação:

Na cibercultura, o texto dobra-se, redobra-se e volta a colocar-se pelas pontas e fragmentos: transmuta-se em hipertexto, e os hipertextos conectam-se para formar o plano hipertextual. Enfim, a interação e a imersão, típicas das realidades virtuais, ilustram um princípio de imanência da mensagem ao ser receptor que pode ser aplicada a todas as modalidades digitais: a obra não está mais distante, e sim ao alcance da mão. Participamos dela, a transformamos, somos em parte seus autores (LÉVY, 1999, p. 115).

Outros autores, como Pressman, salientam o vanguardismo da leitura digital, marcada por uma miríade de diferentes linguagens e sensações que atingem, viralmente, diferentes públicos (CHAMBERS, 2012). Neste contexto, a leitura em suporte digital torna-se mais democrática e abrangente, penetrando em segmentos populacionais que poderiam ser menos sensíveis a textos literários convencionais.

imperatively require new ways of reading, new relationships to the written word, new intellectual techniques”.

A leitura digital também favorece a entrega do leitor. Alicerçado na integração das várias mídias (verbo-auditivo-visual), o hipertexto promove uma abordagem mais envolvente do leitor no processo de leitura, levando-o a experimentar uma sensação de imersão total no suporte de leitura (XAVIER, 2002).

Em contraposição, alguns autores argumentam que, na verdade, perde-se qualidade e compromete-se a autonomia do leitor, uma conquista do código, a de libertar o leitor de um sentido único de leitura, mais difícil de realizar no tablet, visto que nesse suporte, geralmente, só é permitido saltar de página em página, de capítulo em capítulo ou navegar no texto encontrando palavras selecionadas (função de busca) (GROSSMAN, 2011).

Outros autores, como Nicholas Carr (2010, p. 20), também advertem para os perigos do hipertexto e da hipermídia no tocante ao enfraquecimento da nossa capacidade de reter informação, já que nos induziria a uma leitura rápida e superficial. Ou seja, uma leitura fragmentada, sempre aos saltos, sem nunca levar o leitor ao aprofundamento da leitura, ou à contemplação.

Esta visão está embasada na neurociência, segundo o físico Robert K. Logan, autor de *Que é informação?*:

Em estudos neurofisiológicos que comparam a leitura de textos em papel com a leitura numa tela eletronicamente configurada. No texto em papel ela é restrita ao hemisfério esquerdo, que interpreta a linguagem. Já a leitura na tela, por melhor que seja a resolução, envolve, antes, o lado direito, necessário para montar o mosaico de pixels que forma a imagem de cada letra, e, depois, o lado esquerdo, num vaivém: um lado converte pixels em letras, outro transforma letras em palavras e frases. A quantidade de tráfego através do corpo caloso é enorme e dificulta a concentração e a imersão, além de tornar a leitura mais cansativa. Não é à toa que escritores que escrevem em computador preferem imprimir e ler no papel na hora de fazer a revisão.¹⁸

Esse tipo de leitura é o que Dadico (2001, p. 77) classifica de distraída, atomizada, que desvia o leitor para lugares distantes antes que tenha sequer completado a leitura do texto inicial. Mas a autora lembra que esse tipo de leitura, conforme descreveu Moretti (2008), vem influenciando mesmo a forma de produzir literatura desde o século XIX. Edições com ilustrações, assuntos destinados às

¹⁸ “Aldeia de pixels e papel”, **O Globo**, 31 mar. 2012.

necessidades do leitor teriam, segundo Dadico, entre muitos objetivos, também o de capturar o leitor cada vez mais apressado.¹⁹

Acreditamos ainda que, assim como o leitor pode recusar a proposta de leitura no impresso, pode igualmente recusar no digital, não sendo, portanto, o hipertexto um guia incontornável de leitura cega. Um conceito diferente para o hipertexto, sugerido por Gérard Genette, no seu *Palimpsestes: la littérature au second degré*, é que se trata de um pressuposto invariavelmente literário, a despeito de uma navegação de leitura vinculada ao formato ou suporte de um livro. Ainda que siga a ideia de texto em paralelo, para Genette, nenhum texto literário escapa à regra hipertextual, pois “deriva de um trabalho anterior, por transformação ou imitação”. Enquanto a noção eletrônica do hipertexto propõe uma relação direta de diálogo entre textos sem que um apague o outro, o hipertexto genettiano define-se pelo conceito de substituição do palimpsesto, que, por sua vez, remete a um pergaminho. Ainda assim, considera que, a partir das primeiras camadas de escritura, nunca ocultadas completamente, o leitor pode escavar outras (GENETTE, 1992).

Em relação à leitura superficial, relativizamos a interpretação que a vincula ao digital, pois acreditamos que essa não é necessariamente determinada pelo suporte de escrita. Afinal, também poderíamos classificar de rápida, fragmentada e superficial a experiência na “Roda de leitura”, projetada por Agostino Ramelli no século XVI. Na máquina, vários livros dispostos em rodas de madeira poderiam ser consultados simultaneamente, por um sistema giratório, propondo, tal como o hipertexto da era digital, uma leitura não linear, multisequencial (RAVELO, 2011).²⁰

Como mostra a história do livro e da leitura, esses receios não são exclusivos da leitura eletrônica. Se o digital é criticado por não favorecer uma leitura profunda, detida de uma obra, foi com a invenção do impresso que nasceu a prática de condensação de informação, de resumos de livros. Com o vertiginoso crescimento do número de livros e a impossibilidade de lê-los a todos, começaram a ser publicados “inventários, índices e resumos” que permitiam reunir a informação básica para abordar qualquer tema (HAMESSE, 2001, p. 191).

Em Conrad Gesner, Blair encontrou evidências de que não raro os autores

¹⁹ O exposto de Dadico não se trata de uma crítica, ainda assim é importante salientar que, por vezes, as ilustrações podem ser usadas, sobretudo nas ciências, como argumento paralelo. Nesse sentido, elas não seriam somente distração ou mastigação do texto, mais auxiliariam o argumento textual.

²⁰ Não sabemos se a roda chegou mesmo a ser fabricada ou utilizada.

expressavam a expectativa de que seu trabalho seria apenas consultado no lugar de integralmente lido.

Para justificar o arranjo alfabético de *Historiae Animalium*, Gesner explicou que o uso de um léxico dispensava a sua leitura do começo ao fim, o que seria mais entediante do que útil, e permitia a sua consulta de tempos em tempos. Gesner acrescenta o termo “per intervala” para descrever de forma bem clara a natureza intermitente e não sequencial da leitura (BLAIR, 2003, p. 17).

O processo de tomar notas, tirar excertos de livros, também era largamente aconselhado para ajudar a memorização, numa demonstração de que o aspecto utilitário da leitura era mais valorizado do que o contemplativo (BLAIR, 2003, p. 19-20).

Se muitas das características do leitor do impresso persistem nas práticas de leitura no digital, em que medida a crítica dos meios pode ser útil? Como defendeu Villaça (2002, p. 110-112), os entraves com os quais nos defrontamos têm de ser enfrentados através desses meios de comunicação, e não contra eles. “O digital, argumenta a autora, faz parte das respostas à complexidade comunicacional do mundo contemporâneo”.

O digital, como bem observara Castells et al (2007, p. 226), não pode ser traduzido como ferramenta, recurso tecnológico, e sim como “contextos, condições ambientais que tornam possíveis novas maneiras de ser, novas cadeias de valores e novas sensibilidades sobre o tempo, o espaço e os acontecimentos culturais”.

Dos processos tecnológicos, Canclini destaca, resultou a chamada convergência digital, que abriga no ciberespaço o museu, o cinema, a biblioteca, a TV, o rádio e o jornal, promovendo novos hábitos culturais e um sujeito múltiplo, ou seja, ao mesmo tempo, leitor, espectador e internauta. Agora integrados, os circuitos de informação estariam retirando da escola, pelo menos da transmissivista, o monopólio da aprendizagem, segundo Canclini. “Os jovens adquirem nas telas extracurriculares uma formação mais ampla em que conhecimento e entretenimento se combinam. Também se aprende a ler e a ser espectador sendo telespectador e internauta. E é nesse caldo que se está se organizando os saberes e o imaginário contemporâneo” (2008, p. 24). Ainda, segundo Canclini (2008, p. 18),

a educação e a formação de leitores e espectadores críticos costumam frustrar-se pela persistência das desigualdades socioeconômicas, e também porque as políticas culturais se desdobram num cenário pré-digital. Insistem em formar leitores de livros, e, à parte, espectadores de artes visuais (quase nunca de televisão), enquanto a indústria está unindo as linguagens e combinando os espaços: ela produz livros e também áudio-livros, filmes para o cinema e para o sofá e o celular.

Se no cenário digital podemos conferir novos hábitos e, seguindo o pensamento de Canclini, um novo sujeito cultural, multifacetado, qual a importância da leitura e do uso do suporte digital no âmbito das suas práticas? Como se redesenha o perfil desse sujeito-leitor? Pesquisa on-line realizada pela Fundação Gulbenkian (Portugal), sob coordenação de Gustavo Cardoso (2013, p. 236), realizado em 16 países, incluindo o Brasil, levantou os seguintes dados:

58% afirmaram já ter lido livros em formato digital, 44% acham que passarão a ler mais textos em suporte digital num futuro próximo. Com a maior disponibilidade de textos em formato eletrônico, 29% declararam que passam mais tempo lendo e 61% ponderaram adquirir dispositivos digitais pela possibilidade de através deles lerem jornais, revistas ou livros. Quanto mais jovens e maior a escolaridade, maior a porcentagem dos que dizem ter lido ou que passará a ler em suporte digital e maior probabilidade do uso da Internet. A investigação mostra que as opções de leitura em papel ou em tela não são excludentes. 50% dos indivíduos que afirmam ler diariamente, ou várias vezes ao dia, um jornal em formato digital são ao mesmo tempo também leitores diários de jornais em formato papel. A leitura como fonte de prazer é um traço que os utilizadores de internet associam mais à leitura em papel, 80%. São menos os indivíduos que consideram a leitura em papel aborrecida (11%) do que os que o afirmam sobre os ecrãs/dispositivos digitais (16%). Comparando com a leitura em tela ou digital, são mais os indivíduos que reconhecem na leitura em papel (68%) uma forma de nos envolvermos com o mundo que nos rodeia do que a leitura em formato digital (59%).

A conclusão, com base na análise do inquérito, é que estamos perante novos hábitos de leitura e de novos leitores,

que moldarão tanto as políticas públicas de apoio à leitura como a valorização social e individual sobre o que pode ser entendido como leitura hoje. Novos porque alguns que liam em papel passaram a ler agora também em digital e novos porque alguns não liam em papel e passaram a fazê-lo, bem como novas formas de leitura, que criam novos leitores”, os quais, embora necessariamente lendo livros ou jornais, o fazem lendo outros formatos de leitura como blogues, tweets, posts do Facebook (CARDOSO, 2013, p. 281).

2.4 O leitor e a obra: recepção e apropriação

A análise da evolução do suporte (do códice ao eletrônico) e os consequentes impactos tanto no acesso à leitura quanto na própria prática da leitura estimulam uma exploração adicional sobre o papel do leitor (o receptor) no contexto da leitura. Este é um tema abordado por vários autores como Roman Ingarden, em *A obra de arte literária* (1931); Umberto Eco, em *Leitura do texto literário* (1979); Wolfgang Iser, com *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético* (1996); Stanley Fish, com *Is There a Text in This Class?* (1982), entre outros.

Neste contexto, surgiu a Estética ou Teoria da Recepção, a partir das considerações teóricas realizadas por Hans Robert Jauss em aula inaugural, em 1967, na Universidade de Constança, Alemanha. Em suas reflexões, o pensador alemão confere protagonismo ao leitor, cunhado por ele como “terceiro estado”, aquele que dá vitalidade à literatura enquanto manifestação social (JAUSS, 1994). Sem descartar o valor estético de uma obra, a Jauss interessava estudar a relação entre obra e leitor dada no tempo, ou seja, ele buscava compreender, a partir do registro da recepção de textos literários em diversas épocas, as circunstâncias históricas nas quais o valor de uma obra era atribuído. Jauss (1994, p. 8) defende que

a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão somente de seu posicionamento no contexto sucessório no desenvolvimento de um gênero, mas, sim, dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade.

Enquanto Jauss centraliza seus estudos na fenomenologia da resposta pública ao texto, o teórico alemão Wolfgang Iser centraliza o ato de interpretação, avançando, com um enquadramento antropológico da ficcionalidade, para o que chama de estética do efeito. Iser considera que o texto exige o ato de leitura para alcançar o seu potencial pleno. Nesse sentido, só existe texto com a participação do leitor. No entanto, a experiência literária está calcada na interação entre a ação do leitor e elementos estruturais prévios que são próprios do caráter literário de um texto. Assim, é possível afirmar que, ao responder ao chamado de um texto e completar os seus

sentidos, com sua capacidade de imaginação e percepção, o leitor é coautor de uma experiência literária singular:

a obra literária tem dois polos que podem ser chamados polos artístico e estético. O polo artístico designa o texto criado pelo autor e o estético a concretização produzida pelo leitor. Segue dessa polaridade que a obra literária não se identifica nem com o texto, nem com sua concretização. Pois a obra é mais do que o texto, é só na concretização que ela se realiza. A concretização por sua vez não é livre das disposições do leitor, mesmo se tais disposições só se atualizam com as condições do texto. A obra literária se realiza então na convergência do texto com o leitor; a obra tem forçosamente um caráter virtual, pois não pode ser reduzida nem à realidade do texto, nem às disposições caracterizadas do leitor (ISER, 1996, p. 50).

Com enfoque em um meio também eletrônico, que igualmente interpôs uma tela entre conteúdo e público – o televisivo –, Stuart Hall também defendeu a importância do receptor na produção de significados não fixos da mensagem, quando tentou apreender as transformações que o Reino Unido atravessava com a chegada dos meios de comunicação de massa. No ensaio *Encoding and Decoding in the Television Discourse*, publicado em 1973, Hall procura compreender as relações entre produção e recepção, considerando o lugar da história e da cultura nesse processo. Apesar de incidir sobre a TV, o seu modelo pode ser igualmente aplicado nos estudos sobre modos de ler. Em seu trabalho, ele descreve três tipos de decodificação: “preferencial”, “de oposição” e “negociada”. Na preferencial, há consonância, harmonia entre o receptor e o emissor, ou seja, a mensagem é recebida como pretendida. Na de oposição, o receptor, num ato de resistência, se nega a acatar uma proposta que considera de poder e opressão. Na versão negociada, “há uma mistura de elementos de adaptação e oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz suas próprias regras” (HALL, 2003, p. 401-402).

O seu método não foi considerado acabado nem por ele próprio, anos depois, mas teve importância política inquestionável por se contrapor aos estudos sobre os efeitos da mídia que tinham uma marca americana dominante. Também aponta para o surgimento do estruturalismo e seu impacto nos Estudos Culturais.

A primeira tomada de posição de *Codificação e Decodificação* é, em parte, a de interromper esse tipo de noção transparente de comunicação para dizer: produzir a mensagem não é uma atividade tão transparente como parece. Mensagem é uma estrutura complexa de significados. A recepção não é algo aberto e perfeitamente transparente, que acontece na outra ponta da cadeia de comunicação. E a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear. O segundo é obviamente um contexto político. Ao ler esse artigo vê-se que se trabalha na contramão de um modelo de comunicação demasiado determinista. É a noção de que o significado não é fixo, de que não existe uma lógica determinante global que nos permita decifrar o significado ou o sentido ideológico da mensagem contra alguma grade. A noção de que o sentido sempre possui várias camadas, de que ele sempre sofre interferência (HALL, 2003, p. 354).

Seguindo a mesma lógica, para Chartier (1998, p. 14), não há dúvida de que a leitura é sempre apropriação, produção de significados e que a liberdade do leitor é um fato dado:

O leitor emerge da história do livro, na qual ele esteve por um longo tempo confundido, indistinto. [...] O leitor era considerado um efeito do livro. Hoje ele se destaca desses livros dos quais só julgava ser ele um reflexo harmonioso. Eis que o reflexo se delineia, ganha o seu relevo, adquire uma independência.

Contudo, o sociólogo francês alertou que essa independência “jamais é absoluta”, arbitrária. Há muitas variáveis em jogo. Diferentes competências de leitura, aptidões, expectativas, contextos históricos, sociais e culturais são condicionantes que conferem a cada leitor uma experiência singular de leitura. E, nesse tabuleiro, não são apenas o autor e o leitor que dão as cartas, mas outros elementos na cadeia de produção de um livro, como o editor e o distribuidor. Chartier também valoriza o impacto na leitura das formas materiais que o texto suporta. São, afinal, nos suportes que os leitores registram seus traços, suas passagens pelo texto, como marcas de posse, trechos sublinhados, anotações, entre outros.

É neste contexto que podemos afirmar que uma contribuição importante de Chartier para a história do livro e da leitura foi promover a reflexão sobre os dispositivos sociais, culturais e institucionais de cada época que influenciam a apropriação de um texto, com base em dois deslocamentos:

O primeiro situa o reconhecimento das distâncias mais arraigadas socialmente nos usos contrastados de materiais partilhados. O segundo deslocamento incide sobre a reconstrução das redes de práticas que organizam, histórica e socialmente, os modos diferenciados de acesso aos textos. A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço (1998, p. 16).

Para Cavallo e Chartier (1998, p. 5), “há uma distinção fundamental entre o traço escrito, seja ele qual for, fixado, durável, conservador, e suas leituras, sempre na ordem do efêmero, da pluralidade, da invenção”.

Um caso emblemático das suas teses é a “Biblioteca Azul”, fenômeno que ele analisa no livro *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. A estratégia editorial desenvolvida na cidade francesa de Troyes, no século XVII, consistia em publicar livros de produção e custo final baixos com características bem populares: do design, com primazia da cor azul, à disposição leve do texto, com linguagem considerada mais acessível (romances de cavalaria, contos de fada, livros de devoção). De apelo comercial, a coleção de livros era vendida por ambulantes e tinha por objetivo atingir um amplo público. Chartier, contrariando estudos preliminares sobre o produto editorial, mostrou que os títulos da coleção não eram apenas lidos pela população rural ou pouco escolarizada. Pelo contrário, eram consumidos também pela elite. Provou que o leitor subverte as expectativas e os dispositivos que lhe são impingidos (CHARTIER, 2004).

Essas correspondências entre contextos e capital sociais e aspirações culturais, quando analisadas de forma não redutora, dão base para a compreensão dos mecanismos de apropriação, conceito considerado útil por Chartier (1998, p. 232-233), “pois compreendida em termos mais sociológicos do que fenomenológicos, a noção de apropriação torna possível avaliar diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção”. Desta forma, o conceito de apropriação – aquele pensado na ocasião da sua produção – considera que os bens culturais são usados de maneira diferente e até oposta, de modo que a recepção é realizada com criatividade, por meio de resistências, ressignificações e arranjos. A partir dos discursos e normas estabelecidos, portanto, as práticas de apropriação operam uma diversidade de usos dos bens culturais, vinculada às disposições e interesses de grupos sociais específicos.

Apropriação cultural é um conceito utilizado também pela Infoeducação, área de estudos da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), cujos fundamentos científicos foram lançados pelos professores Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini. Nasce de uma mobilização que tem em vista as possibilidades de aquisição de saberes na era tecnológica e lança luz sobre os processos autônomos de construção e ressignificação do conhecimento. É definida como uma dinâmica de permanente negociação no âmbito das relações socioculturais que permite aos sujeitos firmarem-se de forma independente, superando o papel de meros assimiladores para assumirem o protagonismo no seu espaço e tempo. O conhecimento, enfim, lhes facultaria a capacidade de criar e recriar sentidos para as práticas sociais. Trata-se de posse simbólica de objetos e repertórios culturais dentro de uma ordem que compreende valores morais, psicológicos e afetivos.

O objetivo deste tipo de posse é precisamente o de tornar algo próprio, isto é, adaptar algo a si mesmo e, assim, transformar essa coisa em uma autoexpressão de si próprio. A apropriação tanto pode significar o apoderamento de um objeto quanto uma dinâmica de ação sobre o mundo material e social com a intenção de construção do sujeito (SERFATY-GARZON, 2003, p. 2).²¹

Como bem assinalaram Perrotti e Pieruccini (2008), a apropriação cultural implica fundamentalmente um exercício de alteridade, um estar no outro de forma consciente, sem que se perca a própria identidade. É em consonância com a reavaliação dos conceitos de identidade e de sujeito que a alteridade passa a ocupar o debate cultural. Horst Nitschack defende que o sujeito cindido, fruto da modernidade tardia, interpreta a alteridade como responsável pelo seu mal-estar, uma ameaça contra a qual deve se defender. Por isso, ele constata que “quanto mais uma cultura é segura de si mesma, consolidada e estabelecida, mais ela pode permitir-se uma relação aberta e acolhedora com o outro” (NITSCHACK, 2008, p. 2), sem estar à mercê dele nem subjugado por ele. O sujeito “soberano” de si mesmo, diz Nitschack

²¹ Tradução minha. Texto original: “L’objectif de ce type de possession est précisément de rendre propre quelque chose, c’est-à-dire de l’adapter à soi et, ainsi, de transformer cette chose en un support de l’expression de soi. L’appropriation est ainsi à la fois “L’objectif de ce type de possession est précisément de rendre propre quelque chose, c’est-à-dire de l’adapter à soi et, ainsi, de transformer cette chose en un support de l’expression de soi. L’appropriation est ainsi à la fois une saisie de l’objet et une dynamique d’action sur le monde matériel et social dans une intention de construction du sujet”.

(2008, p. 1), “é um sujeito pleno na medida em que define quem é o outro e a relação que decide ter com ele”.

E por que se defende a necessidade da compreensão dos processos de apropriação em jogo? Para evitar a armadilha da visão determinista que aposta no poder transformador por si só dos dispositivos digitais sobre as práticas culturais e sociais, “ignorando a relação entre os agentes sociais e as condicionantes do contexto do qual fazem parte, entre a realidade exterior e as realidades individuais”, como definido pelo *habitus* de Bourdieu (SETTON, 2002).

O espaço para o sujeito e a emergência de certa subjetividade, num horizonte de possíveis, não devem ser perdidos de vista também para compreender a apropriação dos leitores da era digital. Villaça defende que se leve em conta reflexões sobre as transformações que ocorrem sem que, necessariamente, o aparato técnico determine um tipo de passividade ou uma interatividade efetivamente ativa e não apenas retórica.

Nessa linha, a autora assinala que a diferença no grau de apropriação e recepção na passagem do impresso para o eletrônico

não se efetua sem a discussão do que seja povo, cultura, termos em torno dos quais gira fundamentalmente a temática no que diz respeito à passividade ou atuação do receptor. Povo não é massa a ser manobrada: a cultura não é monolítica na sua produção e recepção, a tecnologia por si mesma não define uma sociedade. (VILLAÇA, 2002, p. 36)

Remetendo a Barbero, Villaça propõe o resgate das mediações estabelecidas por grupos de diferentes contextos culturais e colocar o foco nestes discursos mais do que nos meios (2002, p. 36-37, 39).

2.5 A relação entre leitor e autor

Como o leitor tem um papel a desempenhar na obra, de acordo com os teóricos da recepção, é interessante verificar como se redefine a sua relação com a autoria num campo tão afeito à performance quanto o eletrônico. Como antecipou Barthes (1988, p. 70), a criação teria perdido seu certificado de propriedade?

Vários especialistas advogam que no livro em tela há espaço para novas ações

do leitor. Se no impresso, o leitor já podia fazer, como vimos acima, recortes e colagens, além de comentar a obra, “com o texto eletrônico o leitor não é mais constrangido a intervir na margem, no sentido literal ou figurado, ele pode intervir no coração, no centro do texto” (CHARTIER, 1998, p. 88). Mais que a apropriação do conteúdo, para o leitor no digital ficou mais fácil extrair trechos, recriá-los e partilhá-los num sistema de redes, impondo-se como coautor da obra. Pode ainda construir, por meio do hipertexto, a sua própria rota de navegação dentro da obra, comentando-a tanto nela como fora dela, numa leitura expandida, ela própria sujeita a uma nova análise.

Se, ao longo da história, o autor e o leitor exerceram funções dicotômicas e de domínio perante o outro, a era digital permite a quebra de barreiras conceituais e a sobreposição de papéis. A leitura deixa de ser uma atividade de decodificação de letras, palavras e frases para passar a ser um laboratório de trocas entre o autor e o leitor num exercício de permanente criação e recriação mútuas. Como plataformas de convergência tecnológica, os livros digitais permitem que o leitor interaja diretamente com o autor através de redes sociais, enfrentando suas decisões ou apresentando novos caminhos para a sua obra. Um autor de um romance histórico passado em Belmonte, Portugal, por exemplo, pode ser confrontando com os seus leitores que, ao cruzarem com determinadas informações, têm a possibilidade de conferi-las por meio de pesquisas na internet diretamente no seu e-reader. Como afirma Chartier (2012, p. 112),

A correspondência eletrônica entre o autor e seus leitores, transformados em coautores de um livro nunca acabado, mas sim continuado por meio de seus comentários e suas intervenções, confere uma nova formulação a uma relação desejada por certos autores antigos.

Ainda para Chartier (1998), a revolução digital pode ser considerada uma nova forma de Iluminismo, onde, pela primeira vez, um meio técnico pode tornar imaginável um intercâmbio universal de ideias e discursos. Kant sonhava que cada um fosse, ao mesmo tempo, autor e leitor, ou seja, qualquer pessoa deveria ter o direito de emitir julgamentos e de refletir sobre as opiniões emitidas pelos outros (DI LUCCIO, 2005). A Internet, a generalização do uso do inglês no ciberespaço, a despersonalização do usuário (que se sente menos condicionado por regras sociais,

culturais ou etárias) e a superabundância de dados e de mecanismos de interação permitem que o exercício da leitura seja imediatamente seguido do exercício da escrita, que, por sua vez, se torna leitura. Em um mundo virtual onde não abundam os editores e outros intermediários, são autor e leitor que cinzelam – consecutivamente ou simultaneamente – a obra escrita. Toda leitura é uma escrita em potencial. Dada essa condição, vale investigar se há aí um efeito impulsionador da leitura que se desdobra na autoria.

2.6 O leitor na malha do controle

Além de oferecer mais autonomia ao leitor, os meios eletrônicos popularizam, o que não quer dizer garantem, o acesso à leitura. Este contexto de democratização do acesso à leitura estava, em grande medida, também presente nos períodos pré-eletrônicos. A invenção do livro impresso, como vimos anteriormente, disseminou a leitura. Segundo Breton e Proulx (2006, p. 40), desde a publicação do primeiro livro tipografado, o saltério de Maiença, em 1457, até à viragem do século em 1500, foram publicadas cerca de 15 a 20 milhões de obras. Mas diante dos desafios que envolvem a mobilização de leitores, é sempre importante examinar quais as consequências de um maior acesso à leitura e, dessa forma, ao conhecimento. O acesso ao conhecimento é um processo cunhado pela liberdade de escolhas? Ou tem a si atrelado a possibilidade de maior vigilância e controle?

A história do livro e da literatura dá conta de fatos sobre como a leitura, ao se tornar popular, foi considerada subversiva, e, portanto, temida e controlada. Martyn Lyons (2001) estudou três grupos de novos e “perturbadores” leitores no século XIX na França: trabalhadores, mulheres e camponeses. Eram tidos como novos porque, pela primeira vez, o mercado editorial percebia-os como potenciais consumidores a serem explorados. Segundo Lyons, eram temidos pela Igreja, liberais e políticos por representarem uma ameaça ao patriarcado e à estabilidade social. Ao contrário do que ocorre hoje, principalmente no Brasil, a França daquela época reclamava que se lia muito, indiscriminadamente, e, pior, sem orientação. E eram especialmente os leitores da classe baixa que se insurgiam como um constrangimento para as elites da época:

Uma sociedade democrática dependia de um eleitorado alfabetizado, mas a propagação de literatura indesejável foi culpabilizada pela Revolução de 1848, pelo aumento da indiferença religiosa e pelo avanço do socialismo. A propagação da alfabetização nas zonas rurais foi mesmo considerada responsável pelo êxodo do campo para a cidade do século XIX. (LYONS, 2001, p. 2)²²

Uma das medidas de controle das bibliotecas populares criadas no final dos anos 1860 começava pela seleção meticulosa do seu acervo. Eram recomendados títulos leves e de conteúdo prático, como os de agricultura, horticultura e higiene familiar, em detrimento dos romances, vistos como uma perigosa influência. Alguns autores, como Balzac (com exceção de apenas de um dos seus títulos, *Eugenie Grandet*), eram vetados. Apesar de todo tipo de pressão cultural e social a que estavam sujeitos, os novos leitores, de acordo com Lyons, e corroborando tese de Hall, mantiveram a sua autonomia e encontraram cada qual seu método de apropriação do texto que leram. Trabalhadores autodidatas viram na leitura um caminho para a emancipação. Camponeses tiraram da experiência informação para melhorar a sua produtividade. Já as mulheres deram preferência à ficção. “Para todos eles, ler trouxe uma grande consciência das possibilidades para a emancipação” (LYONS, 2000, p. 161).

A dicotomia entre liberdade de escolha e o controle imposto ao leitor de livros impressos também se verifica na era digital. Se, por um lado, é próprio da cultura digital um espaço horizontal em que leitores também podem imprimir sua marca autoral, num movimento emancipatório, por outro, está sujeito a um efeito nefasto que carregam as mídias digitais: o controle de forças governamentais e corporativas (Google, Apple, Facebook, Amazon etc.). Às condicionantes às quais o leitor estava sujeito antes, de ordem histórica, social ou cultural, ligadas às convenções, hábitos e capacidades individuais, soma-se a violação na esfera do íntimo, do privado. Ele não navega impunemente. As práticas de leitura são feitas num contexto estrutural de rastreio. Essa vigilância digital que se dá com o monitoramento sistemático, automatizado e à distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço, busca conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis. Os objetivos são atingidos por intermédio de tecnologias de monitoramento de ações, informações e

²² Tradução minha. Texto original: “A democratic society depended on a literate electorate, but the spread of undesirable literature was blamed for the Revolution of 1848, the rise of religious indifference and the advance of socialism. The spread of literacy in the countryside was even held responsible for the rural exodus of the nineteenth century”.

comunicações dos indivíduos no ciberespaço, a montagem de bancos de dados e a elaboração de perfis computacionais através de tecnologias performativo-preditivas de controle e instrumentalização das escolhas individuais (BRUNO, 2014).

De acordo com o relatório *E-Reader privacy chart*, da Electronic Frontier Foundation, quase todos os serviço de venda, pesquisa e leitura on-line de livros (Google Books, Amazon Kindle, Barnes & Noble Nook, Kobo) rastreiam e armazenam as pesquisas feitas pelo leitor.²³ Reforçando a indiferença ao direito à privacidade, a mesma fonte cita o aplicativo de leitura do Android, que retém informação da localização, telefone e identidade dos seus usuários.²⁴ Também as atividades dos leitores, como tempo de leitura, o que foi lido e em qual ritmo, além de marcas, comentários e trechos compartilhados, são registradas pelos softwares de leitura de livro digital. O leitor também está sendo lido. Passou a ter valor como um produto, cuja performance é medida. Tornou-se um dado. A vigilância dos seus hábitos faz parte da política dos fabricantes de e-readers e tem a permissão dos próprios usuários, que, ao adquirir a *gadget*, assinam, muitas vezes sem ler, o termo de contrato.

Com que finalidade se pretende apreender as práticas e preferências de leitura? Ao conhecer as práticas e interesses do leitor, algumas editoras, por exemplo, dão a ele a possibilidade de escolher mais de um final para um livro, a exemplo do que fazem os produtores de telenovelas (que se apoiam em pesquisas coletivas de opinião). Essas ações são pouco conhecidas e servem de instrumento preditivo-performativo das condutas dos usuários dentro de um jogo de formação de poder e saber (FOUCAULT, 1983). Fernanda Bruno (2008, p. 16) reforça que

[a]s taxonomias e identidades produzidas pelos bancos de dados, a atuação dos perfis como tecnologias performativo-preditivas de controle e instrumentalização das escolhas individuais merecem ser incluídas nas reflexões sobre os efeitos da vigilância digital, atestando o quanto a violação à privacidade é apenas um dos aspectos que, embora relevante, é mais imediato e superficial. Sem problematizar essa dimensão pública e coletiva do dispositivo de vigilância contemporâneo, os jogos de saber, poder e controle aí implicados restarão confinados aos embates jurídicos e monetários de interesses privado.

²³ Disponível em: <<https://www EFF.org/pages/reader-privacy-chart-2012>>. Acesso em: 25 julho 2017.

²⁴ Disponível em: <<https://www EFF.org/deeplinks/2013/12/your-android-reader-reading-you>>. Acesso em: 25 julho 2017.

Podemos, sim, concluir que o leitor ganha mais importância no circuito de produção do livro – tendo todas as estratégias voltadas para si, o direito de dar a palavra final e ainda a possibilidade de atuar como crítico. Porém, em contraposição, é confrontado com um sistema de controle que pode condicionar e customizar a própria oferta de leitura. Estariam as casas editoriais investindo apenas no que já tem aceitação prévia do público leitor, ameaçando a bibliodiversidade e sem qualquer preocupação com a relevância cultural do que publicam? Até que ponto o leitor em tela está sendo manipulado, condicionado? Novos estudos são necessários para a compreensão não apenas das esferas econômica ou jurídica do controle dos ciberleitores, mas também do seu impacto político. No artigo on-line *Coleiras digitais*, Gisele Beiguelman aponta esse sistema de rastreamento como a consolidação de um novo tipo de regime de dominação, salientando a diferença entre as sociedades disciplinares e a de controle.²⁵

Não há dúvida de que os mecanismos de controles são concebidos para alicerçar um sistema de dominação. Mas, diferentemente do que postula Beiguelman, acreditamos que a tecnologia de monitoramento da leitura digital tem operado em um sistema que, de certa forma, no limite, mantém ainda algumas características do disciplinar, como postulou Foucault, ainda que adote as estratégias de modulação do comportamento dos sistemas de controle denunciadas por Deleuze (2003).

Ao contrário dos indivíduos confinados das sociedades disciplinares, o leitor atua em um espaço aparentemente aberto, sem delimitações claras. Em contrapartida, a sua figura é totalmente visível aos olhos de um poder sombrio, que, por trás de uma tela, por meio de uma senha, tudo mapeia, registra, analisa. É verdade que não se trata mais apenas de tentar conter as massas, e sim modular os fluxos sociais, de desejo, de impulso e de consumo. Como defendeu Rogério da Costa (2004, p. 162),

[o] poder hoje seria cada vez mais ilocalizável, porque disseminado entre os nós das redes. Sua ação não seria mais vertical, como anteriormente, mas horizontal e impessoal [...]. Numa sociedade inteiramente axiomatizada, as instâncias de poder estão dissolvidas por entre os indivíduos, o poder não tem mais uma cara.

²⁵ Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1797,1.shl>>. Acesso em: 9 outubro 2017.

2.7 Os obstáculos às vendas

Finalmente, é importante sublinhar que, tanto o livro impresso quanto o livro eletrônico têm o seu crescimento condicionado a vários fatores. Os desafios do digital são tratados no capítulo 4 por algumas personalidades da área do livro no Brasil. Antes, destacamos o que acreditamos serem as principais limitações para cada suporte. Em relação à distribuição, dados apontam que as novas ferramentas tecnológicas podem contornar algumas barreiras estruturais responsáveis pela má distribuição dos livros. O último levantamento do setor livreiro, apresentado em 2012 (dados de 2011) pela Associação Nacional de Livrarias (ANL), mostra grandes disparidades na disposição daquelas que ainda são consideradas os principais pontos de venda de livros no país. Há no Brasil 3.481 livrarias, das quais, 1.751 estão concentradas nas capitais e 1.829 na região Sudeste, contra 715 no Sul, 585 no Nordeste, que possui o maior número de estados, 215 no Centro-Oeste e 120 no Norte (Fig. 2).²⁶

Figura 2 - Distribuição de livrarias por região

DISTRIBUIÇÃO DE LIVRARIAS POR REGIÃO	
Região Centro-Oeste: DF/GO/MT/MS	215
Região Nordeste: AL/BA/CE/MA/PB/PE/PI/RN E SE	586
Região Norte: RR/AM/PA/TO/RO/AC/AP	120
Região Sudeste: MG / ES/ RJ E SP	1829
Região Sul: PR/SC E RS	731
TOTAL:	3481

Fonte: Dados da ANL, 2012.

A mesma pesquisa verifica tendência de força das vendas eletrônicas, que passaram de 48,57%, em 2010, para 57,58%, em 2011, ainda que representem apenas

²⁶ Disponível em: <http://anl.org.br/web/noticias/levantamento_anual_2012.pdf>. Acesso em: 9 outubro 2017.

entre 5%-15% do faturamento das lojas.²⁷ Mais do que um canal de transação comercial de publicações, a internet permite, em tempo real, a difusão livre de impedimentos geográficos de conteúdo no Brasil para um contingente de 120 milhões de usuários, de acordo com dados da UNCTAD.²⁸ O digital poderia romper um círculo vicioso: não há livrarias porque não há leitores que sustentem o negócio, não há leitores porque não há como desenvolver o hábito de leitura onde impera a escassez de acesso ao livro. Faltam, no entanto, dados sobre a origem geográfica das vendas de livros eletrônicos para que se possa mostrar um eventual aumento das vendas em regiões distantes dos centros mais adensados de livrarias. Ainda que não seja possível provar o preenchimento de lacunas deixadas pela má distribuição, os dados indicam uma alternativa a ser explorada, em um ambiente onde a literatura estaria disponível, ambiente penetrável por um aparelho de celular. Isso não significa que, por si só, a disponibilidade do livro na internet, ou pela internet, formará leitores ou ajudará a aumentar o hábito de leitura. Todo o resto continua tendo que ser promovido: educação, mediação, ferramentas de apropriação cultural.

Apesar do potencial de capilaridade do digital, seus desafios não são poucos. Por exigir novos tipos de habilidades, alcança somente aqueles que já possuem o domínio de diferentes códigos na orquestração entre um conjunto de várias linguagens semióticas, portanto, multimodal (texto, imagem, vídeo, áudio) (RIBEIRO, 2013) e tecnologia para participar das práticas de uma cultura multiletrada. Letramento nomeia um fenômeno que ocorre em nossa cultura e vai além da alfabetização (SOARES, 2002). Letramento digital infere capacidades de leitura e escrita na tela, localização, filtragem e avaliação de informações para a construção de sentidos (BARBOSA et al., 2016, p. 634). Já o conceito de “multiletramentos” reforça a demanda por novas competências, com o avanço das tecnologias digitais, que extrapolam o âmbito educacional, além de abrigar novas práticas culturais e sociais num contexto híbrido e complexo (THE NEW LONDON GROUP, 1996).

Pesquisadores nesse campo (KRESS, 1998; KRESS; VAN LEEUWEN, 1996) alertam para o risco da euforia em torno da crença de que “a simples existência e disponibilidade da tecnologia garantam uma aprendizagem facilitada, pois é preciso

²⁷ Disponível em: <http://anl.org.br/web/pdf/levantamento_anual_2012.pdf>. Acesso em: 13 abril 2017.

²⁸ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-e-o-quarto-pais-com-mais-usuarios-de-internet-do-mundo-diz-relatorio-da-onu/>>. Acesso em: 9 outubro 2017.

saber o que fazer com elas” (BARBOSA et al., 2016, p. 633). A questão é colocar a tecnologia a serviço das pessoas para ajudá-las a aprender, e não forçá-las a se adaptar às exigências de tecnologia de ponta (MAYER, 2009, p. 12 apud BARBOSA et al., 2016, p. 633). Com base nesse pressuposto, defendemos a busca por uma reflexão mais ampla sobre riscos e potencialidades das novas tecnologias para a difusão do livro, e a recusa da condenação automática do meio, que não deve ser visto como um fim (BARBOSA et al., 2016, p. 634).

3 LIVRO DIGITAL: O RETRATO DA IMPRENSA BRASILEIRA

O livro eletrônico começou a ser concebido entre as décadas de 1940 e 1970, na Europa e nos EUA. A autoria do seu protótipo é partilhada entre a espanhola Ángela Ruiz Robles (1895-1975), o americano Douglas Carl Engelbart (1925-2013) e o italiano Roberto Busa (1913-2011) (LALLANILLA, 2013; BUSA, 1980; VAN DAM; RICE, 1970). Robles patenteou, na Espanha, em 1949, a *Enciclopédia Mecânica*. O dispositivo funcionava por meio de carretéis que continham textos e gráficos (Fig. 3). Além de facilitar o acesso à leitura para todos, a invenção da professora espanhola tinha por objetivo aliviar os alunos da árdua tarefa de carregar mochilas repletas de livros, valendo-se do mesmo princípio dos e-readers atuais, reunir vários livros num mesmo aparato tecnológico. Já o projeto encabeçado por Engelbart sobre sistema operacional multiusuário, denominado *oN-Line System* (NLS), e desenvolvido nos anos 1960 no Stanford Research Institute, foi o primeiro a implementar o hipertexto e a apresentar recursos da computação moderna, como monitores de vídeo, telas com janelas e mouse (Fig. 4). Finalmente, Busa, um padre jesuíta, criou entre o final da década de 1940 e os anos 70 o *Index Thomisticus*, uma ferramenta digital para análise linguística e literária, que permitia fazer buscas na obra de São Tomás de Aquino (Fig. 5).

Figura 3 – Enciclopédia Mecânica

Fonte: Blog Yorokobu.

Figura 4 – Sistema operacional oN-Line System

Fonte: www.douglasengelbart.org.

Figura 5 – Apresentação de *Index Thomisticus*

Fonte: Blog Eccentric Bliss.

Neste período, a imprensa brasileira noticiou também grandes descobertas e realizações, como o primeiro transplante do coração²⁹ e a invenção do laser,³⁰ já o desenvolvimento do livro eletrônico passou despercebido. As invenções tinham um caráter muito localizado, e os seus efeitos, na época, não tinham sido devidamente aferidos. A partir da década de 1980, à medida em que o Brasil se adaptava às transformações globais pelas quais passaram a produção e circulação dos livros e as práticas de leitura na era digital, a imprensa abria espaço para informar, discutir e analisar o fenômeno.

É importante, portanto, que capturemos o discurso que os principais jornais diários no Brasil adotaram, desde as primeiras notícias sobre o livro eletrônico, na década de 1980, até os dias atuais, ao noticiarem o surgimento, as expectativas, a consolidação e os efeitos do digital nas práticas mercadológicas, culturais e sociais. Depois de termos examinado o livro digital pela ótica dos principais pensadores sobre o tema, fazemo-lo agora sob o prisma da imprensa brasileira, dado o seu papel privilegiado como veiculador público de informação e formador de opinião.

De fato, o que nos interessa aqui é verificar, por um conjunto de notícias, como uma importante instituição social como a imprensa traduziu para seu público leitor o fenômeno do digital e que tipo de conhecimento produziu sobre o tema. Ao analisar notícias, desde 1980 até abril de 2017, nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, os três com maior tiragem no Brasil,³¹ procuramos destacar como a história do livro em plataforma digital vem sendo contada, localizando o surgimento do debate em torno desse formato, quais as questões que mobiliza e que formas ganha. Procuramos identificar também se e quando o debate é mais voltado para o mercado ou para o leitor, tomando como ponto de partida as experiências que enseja e as consequências que provoca. Priorizamos o acervo da *Folha de São Paulo* por ser o jornal com o maior número de artigos com referências ao livro eletrônico, um total de 10.550, no seu caderno de cultura “Ilustrada”, criado em 1958). Decidimos nos debruçar também sobre recortes do *Estado de São Paulo* e de *O Globo*, com o intuito de examinar a consonância ou disparidade das narrativas

²⁹ “Coração de Môça Salva Velho”, *O Estado de São Paulo / Jornal da Tarde*, 4 dez. 1967.

³⁰ “Faísca desenvolve-se com a eletrodinâmica quântica”, *O Estado de São Paulo*, 21 nov. 1965.

³¹ Os jornais brasileiros com maior média de circulação impressa foram o *Super Notícia* (249.297), *O Globo* (193.079), a *Folha de São Paulo* (189.254) e *O Estado de São Paulo* (157.761) – dados de 2015 (mais atualizados) da Associação de Jornais, verificados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Este estudo não contemplou o jornal *Super Notícia* por ser de caráter não nacional.

em torno do nosso objeto. Desses dois jornais, utilizamos material que julgamos cumprir uma finalidade complementar à pesquisa ao acervo da *Folha*.

3.1 O surgimento dos primeiros relatos jornalísticos

Os Estados Unidos foram os pioneiros na divulgação do livro eletrônico. No *New York Times*, a primeira notícia refere-se à invenção do *Index Thomisticus*, mencionado antes. Na publicação de 28 de setembro de 1956, com o título “Machines Speed Index on Aquinas”, o jornal destaca que o novo método poderá revolucionar a pesquisa científica, diminuindo drasticamente o tempo necessário para analisar textos (Fig. 6). Anos mais tarde, os livros eletrônicos ganharam ainda mais preponderância na imprensa americana quando em julho de 1971 Michael Hart criou o Projeto Gutenberg, a primeira biblioteca digital do mundo. O primeiro livro desta biblioteca foi a *Declaração de Independência* dos Estados Unidos (tornando-se o primeiro livro digital da história). Este projeto tem presentemente 54 mil títulos.

Figura 6 – Manchete de notícia do *New York Times*, de 28 de setembro de 1956

Fonte: Arquivo on-line do jornal New York Times (<https://timesmachine.nytimes.com/browser>).

As invenções de Robles, Engelbart e Busa, bem como o feito de Hart, não foram notícia na imprensa nacional. Essa desatenção se explica, por ventura, pelo distanciamento geográfico do país, pelo caráter regional e experimental das invenções e pelas comunicações pouco globalizadas nas décadas de 1950 e 1960, dificultando, assim, a antecipação do verdadeiro impacto da invenção.

O Brasil estava em pleno regime militar. Os governos desse período (1964-1985) representaram um atraso histórico com consequências desastrosas para o país, mas apoiaram algumas políticas nacionais de ciência e tecnologia. No Governo do presidente Humberto Castelo Branco, por exemplo, “iniciou-se um processo de fortalecimento e modernização de instituições e de instrumentos para fomentar a pesquisa e a evolução técnica” (MOTOYAMA, 2004, p. 324). Criou-se dentro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC), com o objetivo de financiar a formação de pesquisadores e de profissionais de alta qualificação, aparelhando as empresas para as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) (MOTOYAMA, 2004).

Todavia, o Brasil não era nesse período um player importante – nem como consumidor nem como empreendedor nessa área. Todas as inovações vieram do exterior. A imprensa não veiculou essas inovações nas décadas de 1940-1970. Só na seguinte começaram a surgir as primeiras informações sobre as tecnologias eletrônicas no meio editorial. A primeira notícia é de 21 de setembro de 1983.³² Assinada pelo jornalista da *Folha de São Paulo* Renato Sabbatini e com o título “Literatura Eletrônica”, a coluna “Bits” descreve longamente a “radicalíssima alteração que a chegada dos microcomputadores causará no mundinho da criação literária” (Fig. 7). Especificamente, o artigo antecipa a possibilidade de, no futuro, os textos literários serem mais dinâmicos com a presença de ilustrações interativas (“a coreografia da escrita”), do livro eletrônico se tornar uma plataforma de convergência tecnológica, mesclando cinema, literatura e música (“criações coletivas”), e antevê as possibilidades da autopublicação diretamente nas “redes de computadores pessoais” (“livros sem papel”). Mas no final sentencia que o livro impresso não vai morrer, por ser um milagre de conveniência, e por ser economicamente mais acessível. No quesito econômico, o autor do artigo erra a previsão. Os aparelhos eletrônicos de leitura vêm

³² “Bits”, *Folha de São Paulo*, 21 set. 1983.

barateando o seu valor, ainda que a sua aquisição hoje permaneça coerente apenas para quem lê muito. Quanto ao conteúdo digital, por dispensar gastos com papel e impressão, tem um custo mais baixo para o produtor e o consumidor.

É sintomático que a primeira notícia tenha sido publicada no caderno de Informática da *Folha de São Paulo*. Neste período inaugural, o livro eletrônico era visto como curiosidade tecnológica, um *gadget* cujo impacto alguns jornalistas arriscavam antecipar. Mas a distância era grande entre as projeções e o que estava de fato disponível no mercado. No mês seguinte, o mesmo caderno “Informática” dava uma nota sobre o lançamento no mercado de calculadoras eletrônicas com sistema de impressão por fita que permitia até 3 mil dígitos, além de impressoras e microcomputadores.³³ Realidades distantes para os brasileiros.

A primeira notícia no caderno de cultura da *Folha de São Paulo* (“Ilustrada”) sobre o livro eletrônico foi publicada no mesmo ano, em 7 de outubro de 1983. Relata o lançamento do livro eletrônico no 1º Salão Internacional do Livro de Madri por 4 editoras espanholas (Fig. 8). O evento é descrito pelo jornal como um “salto tecnológico que revolucionará cinco séculos de história da imprensa”.³⁴ Sem qualquer destaque, ocupando pouco mais de 20 linhas o fim da primeira metade da página 10 da “Ilustrada”, a nota descreve o livro eletrônico como um texto que aparece na tela de uma TV ligada a um computador doméstico. “Não se pode dizer que a imprensa morreu”, referem “técnicos” citados pelo jornal, “mas é evidente que a eletrônica abre novos campos à edição de livros e meios informativos”. Eles admitiam que, no futuro, o livro “poderá ser falado”.³⁵

Entre 1983, data da primeira notícia, e 1988, data da reinstalação da democracia no país, a *Folha* publicou 35 notícias em que citava (com ou sem destaque) o livro eletrônico. Assim, os brasileiros tiveram acesso aos primeiros passos do novo formato de leitura. Muitas destas informações diziam respeito à cobertura de eventos e feiras literárias.

Na Feira do Livro de Frankfurt, a maior do mundo e criada em 1949, os livros eletrônicos chegaram em 1984. O tema central da feira nesse ano foi “Orwell 2000”, tendo os organizadores incentivado o debate sobre a interação entre tecnologia e leitura. Os participantes reagiram com um misto de desdém, pelas dificuldades em

³³ “Circuitos”, *Folha de São Paulo*, 12 out. 1983.

³⁴ “Anunciada a criação do livro eletrônico”, *Folha de São Paulo*, 7 out. 1983.

³⁵ Ibid.

viabilizar comercialmente um produto acima das possibilidades econômicas da maioria dos leitores, ou com preocupação, conscientes das implicações culturais que o avanço da tecnologia poderia ter no mercado editorial (WEIDHAAS; GOSSAGE, 2007, p. 260). Apenas 10 anos depois, em 1994, a Feira dá, de fato, atenção especial ao assunto, cunhando essa edição como “Frankfurt goes electronic” e abrindo o espaço principal do evento, o Exhibition Hall 1, para livros eletrônicos. Alguns anos mais tarde, em 1996, a *Folha* destaca também que a Feira do Livro de Genebra entra na fase multimídia. No evento, narra o jornal, os visitantes poderiam adquirir os livros eletrônicos para carregar no bolso cerca de 200 mil palavras e sua correta pronúncia.³⁶

No início dos anos 1980, na *Folha de São Paulo*, o tema ainda era abordado tanto nas páginas de cultura quanto nas páginas dedicadas à informática (caderno “Informática” ou caderno “Tec”). Em 1990, a *Folha* destaca no caderno “Letras”, em seção de notas intitulada “Resenha”, o lançamento pela Sony de um dispositivo para a leitura de livro eletrônico chamado Data Discman (Fig. 8), uma espécie de precursor da primeira geração de e-readers. Ao invés do Walkman de dez anos antes, o Data Discman dava ao ouvinte a possibilidade de ouvir uma voz instigante proferindo verbetes de enciclopédia.³⁷

Figura 7 - Modelo DD-1EX Data Discman da Sony sendo lançado em 1990

Fonte: Blog #MundoEbooks.

³⁶ “Feira de Genebra entra na multimídia”, **Folha de São Paulo**, 14 mai. 1996.

³⁷ “Livro eletrônico”, **Folha de São Paulo**, 3 mar. 1983.

Em 1991, o mesmo jornal cobre a Feira de Frankfurt, e dá destaque à componente comercial do evento – contratos, adiantamentos e comissões. O livro eletrônico já havia despontado e sido um tema importante em Frankfurt, e a cobertura do jornalista Fernando Gabeira noticiava, sobretudo, a preocupação da indústria com as quedas das vendas, em até 20%, caso da França, e as respostas da Indústria, com investimentos num número maior de títulos, livros psicografados, enciclopédias eletrônicas e videomapas.³⁸ A reportagem também chama a atenção para o Data Walkman, um aparelho que transmitia texto em tela pequena, e que, segundo Gabeira, dificilmente serviria para longas leituras de romances. As novas tendências apresentadas em Frankfurt são retratadas pelo jornalista apenas como dispositivos “aparentemente adversários do livro que dão informações rápidas”.³⁹ Essa ideia de que livro digital serve apenas para leitura superficial ou de consulta perdura até hoje.

Em 1993, uma matéria, originalmente publicada no jornal francês *Le Monde*, dá grande relevância aos novos dispositivos multimídia. Descrevem-se os Compact Discs (abreviados como CD-ROM), discos óticos digitais de armazenamento de dados e capazes de fundir texto, imagem e som. O destaque era a liberdade concedida ao usuário de agir a qualquer momento sobre o desenrolar do programa audiovisual. Apontava-se o fim da linearidade da audição de conteúdos. A guerra do suporte multimídia estava declarada; “seja qual for o vencedor”, o livro eletrônico, anunciado 10 anos antes, já era uma realidade. A matéria descrevia os principais sistemas utilizados de leitura eletrônica – CDI, CD-ROM, CDTV, Data Disc.⁴⁰

3.2 Reflexões sobre o impacto cultural

As primeiras notícias sobre e-books na imprensa tinham sido de caráter técnico e inseridas em reportagens maiores sobre feiras literárias internacionais, mas as reflexões sobre o impacto cultural do livro eletrônico não tardaram. Em 1984, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo alertava na *Folha de São Paulo* para “a morte da eternidade do livro” ao se referir aos “livros-disquetes arquivados na memória do computador”. Nesse cenário e na sua visão, “os livros não serão como o que

³⁸ “Marketing agressivo marca Feira de Frankfurt”, **Folha de São Paulo**, 19 out. 1991.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ “93 realiza sonho do cd de ficção científica”, **Folha de São Paulo**, 4 jan. 1993.

conhecemos há milênios, imutáveis e perenes”.⁴¹ Outras reações voltaram-se para a experiência prática de livros eletrônicos. Maria Ercília, que escreveu sobre internet na *Folha de São Paulo* entre 1994 e 2000, traçou uma comparação entre livro em tela e livro em papel, salientando as desvantagens do primeiro – pesado, claro, cansativo, inconveniente. Na sua opinião, a tecnologia útil é a que resolve problemas para quem usa. “Mas os livros eletrônicos, na verdade, resolvem problemas que não existem – os de papel já são mais baratos e resistentes”. Maria Ercília só via vantagem para quem vende, alegando que os custos de produção eram menores. Ainda assim, chamou a atenção para algumas iniciativas que considerou interessantes, como o esquema de distribuição da Online Original,⁴² uma livraria de Londres, com filial em Bordéus, que vendia obras que jamais haviam sido impressas, em inglês e francês, oferecendo livros para serem lidos no computador ou no Palm Pilot. O autor fica com 50% do lucro. A jornalista destacou ainda que a Online Original conseguiu assegurar que um dos seus títulos, *Angels of Russia*, de Patrícia Leroy, entrasse na seleção oficial do Booker Prize. Foi o primeiro livro eletrônico a ser finalista na prestigiante competição. “Não se trata de fetichizar a tecnologia, mas de usar com inteligência uma forma de distribuição alternativa”, sentenciou a autora.⁴³

Foi nesse período que começaram a ser organizados eventos (colóquios, seminários, palestras) onde também se discutia a importância do livro eletrônico. Em 2000, na cobertura do seminário “O lugar do livro: entre a nação e o mundo”, organizado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), a *Folha* destaca que a tecnologia divide escritores. Carlos Heitor Cony aponta o livro virtual como uma etapa natural da evolução tecnológica: “No princípio escrevia-se em pedra, peles de animais, papiro. O livro impresso como conhecemos desde Gutenberg não está superado, mas vai se tornar artesanal, uma evidência do estágio de conhecimento do nosso mundo”. Sobre a materialidade do livro, ele disse: “Não podemos esquecer que Sócrates e Jesus Cristo não deixaram nada escrito em livros. Seus seguidores é que difundiram suas ideias. No entanto, não deixam de ser fundadores do pensamento universal”. O escritor e cartunista Ziraldo, por outro lado, defende que o formato do

⁴¹ “A morte da eternidade do livro”. **Folha de São Paulo**, 24 ago. 1984.

⁴² Site: <www.onlineoriginal.com>.

⁴³ “Quem quer o livro eletrônico?”, **Folha de São Paulo**, 5 ago. 1998.

livro como objeto é eterno, mesmo que predomine o livro virtual: “O ato de ler, virar uma página reproduz a própria vida, com a noção de espaço e tempo”.⁴⁴

Na matéria ainda é citada Nízia Villaça, autora de uma tese de doutorado sobre livro eletrônico (posteriormente autora do livro *Impresso ou eletrônico: um trajeto de leitura*, citado algumas vezes ao longo desta dissertação), na qual discorre sobre três mitos que estariam ligados à dicotomia livro impresso *versus* livro virtual: o mito de Robinson Crusoé, em torno da necessidade da organização do mundo e do discursos; o mito de Babel, que encerra a resistência à tradição da escritura; e o mito de Frankenstein, a respeito do dilema homem *versus* máquina. De acordo com a matéria, Villaça ainda via nos anos dois mil o livro eletrônico como uma interrogação, mesmo com sua facilidade de manipulação, armazenamento e interatividade.⁴⁵

Em 2011, o escritor israelense Amós Oz foi claro em sua posição sobre o que realmente considera importante. Quando perguntado pela *Folha* se microcontos para Twitter são literatura, respondeu que “se são bons, são literatura. O menor conto de todos os tempos foi escrito por Ernest Hemingway: ‘À venda: sapatos de bebês, nunca usados’. Uma linha, e é uma história poderosa”.⁴⁶ Ou seja, em sua opinião a qualidade literária se sobrepõe ao suporte. Vale observar que, depois de Hemingway, muitos autores, escreveram microcontos, alguns deles ainda menores, numa disputa acirrada, como o de George Nunn: “Nascido no deserto, ainda com sede”.⁴⁷

3.3 O atraso inicial do Brasil

Apesar dos debates no mundo sobre o livro eletrônico serem reproduzidos pela imprensa brasileira, a *Folha* conclui que a exploração propriamente do livro eletrônico na América Latina, incluindo o Brasil, estava atrasada em relação ao resto do mundo. É o que aponta o jornalista Celso Fioravante, por meio da cobertura feita da Bienal do Mercosul de 1999. Ele toma como exemplo a mostra “Arte e Tecnologia”, um dos segmentos da Bienal, como prova de que “engatinhamos nas novas mídias, localizando-se na pré-história da web-arte”. Segundo Fioravante, as propostas artísticas dos latinos são mais eficientes em meios tradicionais, como

⁴⁴ “Tecnologia divide opinião de escritores”, **Folha de São Paulo**, 30 ago. 2000.

⁴⁵ “Tecnologia divide opinião de escritores”, **Folha de São Paulo**, 30 ago. 2000.

⁴⁶ “Atacar o Irã seria um erro, diz Amós Oz”, **Folha de São Paulo**, 9 novembro 2011.

⁴⁷ “30 contos de até 100 caracteres”, **Jornal Opção**, 5 fev. 2012.

colagem ou instalação, ao contrário da Europa e Ásia. Do Japão, o destaque é o *Beyond Pages*, livro eletrônico em que o espectador interage movendo as páginas e produzindo pequenos sons, movimento e luzes. Mas o entusiasmo do jornalista com os avanços no Oriente não foi muito longe: “São todos pequenos truques eletrônicos, que se sustentam apenas como jogos lúdicos, mas não como produtores de pensamento”.⁴⁸ Ainda prevalece, nesse período, a visão de alguns especialistas de que o livro eletrônico é mero entretenimento.

O movimento tardio que Fioravante identificou na indústria editorial também já havia sido verificado na computação. Os primeiros computadores chegaram na região no final dos anos 1950: uma empresa privada instalou um IBM 650 na Colômbia, em 1957 (inventado nos EUA 3 anos antes), e um IBM 305 RAMAC foi instalado, em 1959, na empresa Anderson Clayton & Company, em São Paulo (inventado nos EUA em 1956) (LEAL; CARNOTA, 2015, p. 24).

Essa percepção de descompasso com o resto do mundo trespassa também na cobertura que o *Estado* fez do evento citado organizado pela Academia Brasileira de Letras, em agosto de 2000, na tentativa de incluir o Brasil no debate internacional sobre o papel do livro digital. Naquele que foi o primeiro colóquio organizado pela ABL sobre o tema, foram convidados especialistas italianos (Gianni Vattimo), franceses (Michel Maffesoli), canadenses (Alberto Manguel), indianos (Homi K. Bhabha) e espanhóis (Rafael Argullol e Milagros del Corral). Procurou-se justapor a visão de especialistas estrangeiros, mais educados sobre o tema, com intelectuais brasileiros, que ainda estavam dando os primeiros passos no mundo digital.⁴⁹ Alguns meses depois, foi a vez do professor de literatura geral e comparada da Universidade de Artois (França), Alain Vuillemin, participar de um evento em São Paulo sobre “como mudam as relações entre a literatura e a leitura com o surgimento dos livros eletrônicos e de novos instrumentos de edição e difusão de textos”.⁵⁰ Entre as participações de acadêmicos estrangeiros, chamou a atenção o aviso de Alberto Manguel de que a Internet não é universal. “Somente as sociedades mais ricas a possuem; para milhões de seres humanos do planeta, a rede é tão inacessível quanto a mais distante lua do Universo”, afirmou em um evento, de acordo com notícia do

⁴⁸ “A arte não rima com tecnologia”, *Folha de São Paulo*, 22 dez. 1999.

⁴⁹ “ABL discute livro na era da Internet”, *O Estado de São Paulo*, 20 ago. 2000.

⁵⁰ “Café Filosófico debate o livro digital”, *O Estado de São Paulo*, 23 ago. 2000.

Estado.⁵¹ Esta observação é particularmente pertinente no Brasil. A internet foi disponibilizada à população em maio de 1995, quando a Embratel inaugurou seu serviço de acesso discado à internet. Entre 1996 e 2000, o mercado viveu um crescimento rápido. Uma pesquisa do instituto Datafolha divulgada em agosto de 1998 dizia que, de fato, o país tinha 2,1 milhões de usuários e que esse mercado já faturava US\$ 2 bilhões por ano.⁵² No entanto, apesar do volume alto, a vastíssima maioria da população brasileira continuava alheia às oportunidades geradas pela Internet.

Ainda assim, poderemos encontrar iniciativas interessantes na região, como a criação, em 1999, pela Asociación Bibliotecas Rurales Argentinas, da Biblioteca Virtual Universal, com o objetivo de digitalizar textos de autores clássicos; e o estabelecimento, também na Argentina e no mesmo ano, do portal Tiflolibros, o primeiro repositório digital para cegos. Um pouco mais tarde, em 2001, o escritor porto-riquenho criou a Biblioteca Digital Ciudad Seva, e no Peru se desenvolvia o site Cholonautas, com uma biblioteca virtual especializada em ciências sociais (projeto do Instituto de Estudios Peruanos) (KULESZ, 2011, p. 24).

No Brasil, o poder público começava também a perceber a importância que o tema ganhava. Em 5 de fevereiro de 1996, a capa do caderno “Ilustrada”, da *Folha*, dá destaque ao livro, e, na reportagem de Elvis Cesar Bonassi, discute-se a decisão do governo de Fernando Henrique Cardoso de criar a Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura (CSLLL), que integraria o Conselho Nacional de Políticas Culturais e teria o papel de sediar discussões e estudos sobre a política setorial. A matéria cita que a CSLL teria um grupo dedicado a estudar alternativas de desenvolvimento tecnológico, como a internet e ferramentas multimídia. O objetivo era também encontrar meios de baixar o preço do livro. “Será o grupo do ano 2000. Precisamos chegar ao livro eletrônico junto com os países mais avançados”, declarou Ottaviano de Fiori, Secretário de Política Cultural do MinC.⁵³

⁵¹ “Manguel diz que só sociedade rica tem Internet”. **O Estado de São Paulo**, 27 ago. 2000.

⁵² “Entenda como a Internet gira R\$ 2 bi”, **Folha de São Paulo**, 3 ago. 1998.

⁵³ “Governo cria Câmara Setorial do Livro”, **Folha de São Paulo**, 5 fev. 1996.

3.4 A experiência no contato com os primeiros dispositivos

Cerca de um mês após a feira de Frankfurt de 2000, que deu destaque ao livro eletrônico, a *Folha* aponta como se tornou atraente ler nesse formato. O jornalista Sérgio Dávila noticia que a literatura beat chega “ao byte”. O exemplo concreto apresentado é o livro *Orpheus emerged*, do escritor norte-americano Jack Kerouac, lançado apenas em e-book pela rede Barnes & Noble. A edição, da editora LiveReads, custava US\$ 3,95 e podia ser baixada no computador ou Palm Top. “Ler livro eletrônico ainda é algo muito chato. Não é o caso aqui. O time da LiveReads, associado à B&N trabalhou direitinho e deixou a coisa toda atraente, com mais de 500 links que funcionam como notas de pé de páginas interativas, além de fotos, animações, vídeo e música”. A reedição em papel sairia 2 anos depois.⁵⁴

O jornal trouxe outros relatos pessoais. O jornalista americano David Drew Zingg, residente no Brasil desde a década de 1960 até seu falecimento em 2000, conta, em 1999, à *Folha* como era o primeiro e-book que teve em suas mãos (recebido no Natal do ano anterior) – um pequeno volume chamado SoftBook (Tabela 1). Com custo de US\$ 299, mas obrigava o usuário a gastar US\$ 479 em livros digitalizados ao longo de dois anos seguintes. Sua vantagem é que permitia fazer download de livros diretamente no SoftBook, sem usar o computador, por meio de uma ligação telefônica, com conexão *dial up*. No texto, o jornalista elogia a ergonomia do aparelho mas critica seu design e usabilidade.⁵⁵

Em um especial de 4 páginas para a *Folha*, a jornalista Laura Miller, em 2000, fala também do seu primeiro contato com um e-book e descreve as vantagens e desvantagens da leitura no aparelho. Sua experiência baseava-se num Rocket eBook Pro, cujas dimensões eram as de um romance médio, com capacidade para armazenar 40 textos (Tabela 1). Entre os aspectos positivos ela aponta a facilidade de carregamento de livros, a utilidade dos hiperlinks e os menus que permitem passar para outros documentos ou livros e acrescentar anotações ou sublinhados. Entre os negativos, inclui o preço e o fraco catálogo – “mesmo jornais como o *New York Times* só disponibilizam alguns cadernos”, conta.⁵⁶

⁵⁴ “O movimento beat chega ao byte”, **Folha de São Paulo**, 22 nov. 2000.

⁵⁵ “O futuro da leitura vem aí: é o livro eletrônico”, **Folha de São Paulo**, 17 mai. 1999.

⁵⁶ “Duas semanas com um e-book”, **Folha de São Paulo**, 9 abr. 2000.

À medida que o livro eletrônico vai conquistando espaço, começam a surgir mais matérias sobre o impacto comportamental que o novo formato produz. Uma das mudanças mais sentidas foi a que tirou dos leitores a possibilidade de ostentar os livros que estão lendo. Marcelo Coelho fala em uma matéria da *Folha* dessa transformação de hábitos culturais com reflexos no cenário da vida comum provocada pelos dispositivos digitais. O jornalista cita a nova-iorquina Bindu Wiles, que gostava de exibir o romance *Anna Karenina*, de Liev Tolstói, em suas viagens de metrô, e conclui que, ao contrário do que achamos “que toda novidade tecnológica contribui para dissolver a esfera da vida privada, o livro eletrônico, como o iPod, torna o ato de ler e ouvir música muito mais secreto do que era antigamente”.⁵⁷

A experiência específica da leitura eletrônica levou o professor norueguês Espen J. Aarseth, citado pela *Folha*, a cunhar o termo “literatura ergódica”, que ocorre quando um esforço não trivial é requisitado para permitir que o leitor “percorra” o texto. Ou seja, ao leitor não cabe apenas olhar para o texto, ir virando as páginas e interpretar o que está escrito. Este tipo de literatura requer a participação do leitor na construção da própria obra, visto que lhe cabe o papel de terminar juntando ou separando palavras, lendo de uma ou de outra forma, tentando decifrar qual a mensagem está contida no texto. Ainda que isso seja tecnicamente possível também no impresso, no digital a liberdade de cocriação é exponencialmente maior, defende. Aarseth acredita que os jogos eletrônicos servem de inspiração para a literatura ergódica: “jogos mudam a maneira como leitores e autores veem o mundo. Isso fica óbvio à medida que autores que cresceram com games começam a escrever. Cada vez mais pessoas passam tempo em experiências lúdicas exploratórias, competitivas, em contraste com literatura tradicional, passiva e linear”.⁵⁸

Visões menos celebrizadas são expostas. Algumas notícias na imprensa brasileira reportam estudos que apontam que ler um livro físico é mais eficaz para a memória e até para a concentração dos leitores. Como afirmou Nicholas Carr, autor de *A geração superficial*, já citado nessa dissertação, numa entrevista ao *O Globo*:

⁵⁷ “Leituras privadas, livros públicos”, **Folha de São Paulo**, 14 dez. 2003.

⁵⁸ “Games são influência para literatura, diz pesquisador”, **Folha de São Paulo**, 3 dez. 2012.

A leitura não é uma habilidade nata nos humanos, como a fala, por exemplo. Temos que aprender a ler, e por isso as ferramentas que usamos para ler vão influenciar a qualidade de nossa leitura. O livro impresso, como tecnologia, nos protege de distrações e foca nossa atenção nas palavras do autor, no argumento ou na história. Estimulando a atenção e a calma, a página impressa encoraja uma forma mais profunda de leitura, na qual somos capazes de usar o máximo de nossa imaginação e nossa habilidade interpretativa para compreender o texto. A tela do computador não tem a calma da página impressa. As palavras do autor são forçadas a competir com outros estímulos que chegam através do computador. O leitor distraído não lê com profundidade; ele passa os olhos no texto, lê na diagonal. A leitura se torna um simples ato de decodificação, em vez de um sofisticado ato de interpretação e imaginação.⁵⁹

Segundo Carr, a web radicaliza o processo. Quando quebramos a linearidade e começamos a juntar cacos nem sempre conexos de informação, ficamos mais superficiais.⁶⁰ As vantagens e desvantagens dos dois formatos e o relacionamento muitas vezes dicotômico e conflitante entre ambos são temas recorrentes, ao longo das últimas três décadas, na imprensa brasileira. Um estudo, de origem franco-norueguesa, destacado em 2014 na *Folha*, indica que, ao ler em e-readers, a atenção pode diminuir. Para chegar a essa conclusão, pesquisadores dividiram 50 estudantes em dois grupos e compararam a compreensão de um conto da escritora Elizabeth George, em papel e Kindle. Outros pesquisadores, no entanto, exploram pontos positivos. Um estudo americano, feito com mais de cem estudantes com dislexia, comparou a compreensão e a velocidade de leitura dos que liam um texto em e-reader e os que liam em papel. Comprovou-se que pessoas com dislexia podem se beneficiar da flexibilidade gráfica dos e-readers. Cerca de um terço mostraram melhoras significativas na compreensão de textos e velocidade de leitura. A possibilidade de ajustamento e letra sem alterar suporte físico é a grande vantagem da leitura digital.⁶¹ Em 2014, um artigo de Reinaldo José Lopes para a *Folha*, citando vários estudos, dita um empate técnico. Por um lado, é possível que a leitura de uma narrativa num e-reader atrapalhe um pouco a percepção que a pessoa tem da estrutura da história, ainda que não interfira em outros aspectos. Por outro, a possibilidade de personalizar detalhes do texto parece ajudar quem tem dificuldades de ler no papel.⁶²

⁵⁹ “Nicholas Carr: ‘Precisamos olhar criticamente a tecnologia’”, **O Globo**, 11 fev. 2012.

⁶⁰ “Novas percepções do mundo digital”, **Folha de São Paulo**, 11 fev. 2012.

⁶¹ “Estudos comparam compreensão de texto de quem lê livros eletrônicos e de papel”, **Folha de São Paulo**, 16 set. 2014.

⁶² “Digital ou analógico”, **Folha de São Paulo**, 16 set. 2014.

3.5 O duelo entre o impresso e o digital

Em 2000, a *Folha* chama para o debate sobre as novas mídias o filósofo italiano Umberto Eco. Para o autor de *O nome da rosa*, o computador e a internet são a verdadeira revolução do século. O autor faz um paralelo entre a revolução digital e a imprensa de tipos móveis de Gutenberg, pelo potencial de modificar nossa maneira de pensar e aprender. “A criação de Gutenberg produziu a Bíblia, arruinou os calígrafos e causou a aparição de uma nova pedagogia, fundada sobre os livros e as imagens. Antes da invenção da prensa de Gutenberg, uma criança não podia ter manuscritos. Com a internet, podemos saber coisas que nossos ancestrais levaram uma vida para aprender”.

Mas Eco fala na importância da curadoria e do filtro. Ele faz um paralelo entre a internet e o universo. “Como nele, há florestas e cidades, encontramos tanto os EUA quanto o Burkina Faso. No mundo virtual, podem-se descobrir desde sites nazistas a uma edição do século XIX da *Crítica da razão pura*, de Immanuel Kant, isenta de direitos autorais”. O pensador alerta, no entanto, para a necessidade de criação de filtros de qualidade na área de educação, a fim de evitar o risco que classificou de anarquia do saber. “Antes tínhamos as igrejas, instituições científicas e outras que filtravam e reorganizavam o conhecimento e a informação – embora restringissem a nossa liberdade intelectual”.⁶³ Anos mais tarde, numa entrevista a um jornal italiano destacada por *O Globo*, ele reforça o papel importante da Internet: “Os inimigos dos livros são principalmente os homens, que os queimam, os censuram, os prendem em bibliotecas inacessíveis e condenam seus autores à morte. A internet ensina os jovens a ler, e serve para vender incontáveis livros”.⁶⁴

Outro pensador reconhecido, o historiador francês Roger Chartier, foi entrevistado pela jornalista Sylvia Colombo, da *Folha*, sobre o papel do texto eletrônico. Chartier concordou, como afirmou Eco, que atravessamos uma revolução, mas enxergou uma comparação apressada entre a invenção da imprensa por Gutenberg e a revolução eletrônica de nossos dias. “Essa comparação não é adequada, porque, no caso de Gutenberg, havia uma transformação da técnica de reprodução, mas não uma transformação do livro como suporte do texto”. Para ele, anotou a

⁶³ “A internet é a revolução do século”, **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2000.

⁶⁴ “O maior inimigo dos livros é o homem, diz Umberto Eco”, **O Globo**, 13 mai. 2009.

jornalista, a grande transformação do suporte é o códice. “O códice revolucionou os hábitos de leitura e surgiu nos séculos 2 e 3, quando o livro da Antiguidade, em forma de rolo, deu lugar ao livro herdado por Gutenberg”. Na entrevista, ele considerou que a transformação pela qual passamos hoje não é só uma mutação da técnica, mas uma revolução da relação dos leitores com o texto. “Existe a possibilidade de termos a biblioteca universal com que sonhava Borges”, estimou. Posição semelhante demonstrou Giselle Beiguelman, autora de *O livro depois do livro*, um ensaio que discute a condição do leitor e da leitura no âmbito da cultura das Redes e as transformações criativas e estéticas da cultura digital. Na 15ª Bienal do Rio, em 2011, *O Globo* enfoca suas críticas às “previsões apocalípticas” sobre o fim dos livros de papel. A pesquisadora desenhou um cenário em que as novas tecnologias não substituirão as antigas, apenas as complementarão: “O livro de papel é a tecnologia mais estável já criada no campo cultural, continua o mesmo há mais de mil anos”.⁶⁵

Beiguelman já havia sido notícia na *Folha*. Em 1999, o jornalista e tradutor José Geraldo Couto escrevia nas páginas do jornal paulista que papel e digital não são mutuamente excludentes. Ao referir-se a *O livro depois do livro*, afirmou que o primeiro equívoco que a autora se apressa em desfazer é a crença ingênua de que, com a predominância da Internet e as novas mídias, o livro “vai acabar”. “É a propaganda da indústria de software que acaba difundindo essa visão alarmista e infundada do ‘fim do livro’”, pontuou Beiguelman, na matéria de Couto. “O livro é, provavelmente o objeto de design mais perfeito da cultura ocidental, por isso se manteve praticamente inalterado ao longo de tantos séculos, e com certeza vai continuar ainda por muitos outros”, acrescentou.⁶⁶

Alinhado com a ideia da coabitação entre livro impresso e digital está também Robert Darnton, então diretor da biblioteca de Harvard, que na FLIP de 2010, como relata *O Globo*, declarou: “o futuro aponta para o mundo digital, mas os e-books não vão matar os livros de papel”. Ele também alertou para a importância de autores, editoras e livrarias se adaptarem a este novo mundo e frisou as oportunidades de integração multimídia que os leitores digitais oferecem, já difundidas nos EUA e Europa, mas ainda não no Brasil.⁶⁷ Curiosamente, apesar de registrar a importância

⁶⁵ “O fim do papel? Autores debatem futuro dos livros digitais”, *O Globo*, 9 set. 2011.

⁶⁶ “Intolerância visou aquilo que vemos como o mais civilizado, diz historiador”, *Folha de São Paulo*, 17 nov. 2015.

⁶⁷ “Flip 2010: A batalha dos novos e-books contra o velho papel”, *O Globo*, 7 ago. 2010.

dos e-books, Darnton relatou para o diário carioca não possuir e-reader: “Não leio livros em máquinas, nada contra quem lê, mas adoro papel, adoro folhear”.⁶⁸ Em entrevista também à *Folha*, na mesma ocasião, Darnton reiterou que “o futuro certamente é digital, mas a internet não fará com que desapareça o papel impresso. Uma nova tecnologia nem sempre substitui uma antiga. Pelo menos não num curto prazo”.⁶⁹ Para a *Folha*, cinco anos mais tarde, Darnton reforçou o seu ponto de vista: “Nos EUA, por exemplo, caiu em 10% a venda de e-books, e algumas publicações jornalísticas estão revertendo as quedas de circulação. Acho que digital e analógico não se excluem e alternativas estão surgindo”.⁷⁰

Em ensaio no caderno “Prosa & Verso”, do *Globo*, o professor João Cezar de Castro Rocha, destacado num artigo de opinião do escritor e jornalista Zuenir Ventura, lembra que o advento da palavra impressa causou impacto parecido no universo da palavra falada e escrita. “Décadas depois da invenção dos tipos móveis, o livro foi comparado a uma catedral, com um final que se anunciava infeliz: “O livro destruirá o edifício; a imprensa superará a arquitetura”. Mas isso não acabou, naturalmente, por acontecer, mantendo-se a coexistência entre todos os formatos e modelos.”

Em 2008, os autores que participaram do *We Tell Stories*,⁷¹ entrevistados pela *Folha*, anteciparam a evolução da tecnologia digital e a coabitação dos dois suportes: “Mesmo quando tivermos um laptop com a tela da densidade do papel, cujo conteúdo possa ser ‘virado’ com um toque, como páginas, e que armazene 100 mil obras, o livro de papel ainda vai ser mais fácil de levar para a praia e ainda terá uma bateria mais durável”.⁷²

A *Folha* também reproduziu artigo do *New York Times* assinado por Nick Bilton em que ele reforçou que novas tecnologias não eliminarão as tradicionais. Descrito como futurólogo e evangelizador digital, o autor do livro *I live in the future & here's how it works*, rejeitou uma visão apocalítica do futuro. “O jornal, por

⁶⁸ “Flip 2010: Robert Darnton e Peter Burke discutem os livros”, **O Globo**, 5 de ago. 2010.

⁶⁹ “O guardião dos livros”, **Folha de São Paulo**, 18 jun. 2010.

⁷⁰ “Intolerância visou aquilo que vemos como o mais civilizado, diz historiador”, **Folha de São Paulo**, 17 nov. 2015.

⁷¹ Projeto literário, apoiado pela editora Penguin, com o objetivo de contar seis histórias de seis autores em seis semanas e inspiradas em seis livros clássicos –, em que se valeram de ferramentas digitais para contar histórias baseadas em livros clássicos

⁷² “Literatura digital tem futuro, mas não substituirá o papel, afirmam autores”, **Folha de São Paulo**, 4 mai. 2008.

exemplo, continuará a circular em papel por muito tempo até que os aparelhos de leitura digital sejam muito baratos. Mas alertou: estamos no meio do caminho: a mídia que não se adaptar agora não vai sobreviver. Daqui a 10 anos a internet será como a eletricidade, estará em todos os lugares. Para a indústria cultural tudo deve ser tornar mais social e personalizado”.⁷³

Outro jornalista do *New York Times*, David Streitfeld, notou, como alguns estudiosos citados no capítulo anterior, que algumas funções dos livros físicos que não parecem ter lugar na era digital estão sendo conservadas, mesmo com os avanços da técnica. Deu como exemplo a sobrevivência de capas para e-books, apesar de a função delas – atrair a atenção de leitores numa loja repleta de títulos – ter deixado de existir, segundo ele. Devemos ressaltar que, ao contrário do que aponta Streitfeld, livros digitais também precisam de capas para serem notados entre as infindáveis opções de leitura nas lojas virtuais. Mas concordamos com o autor quando assinala que muitas das características do livro são mantidas no digital, a começar por sua formatação. “Parece que a ideia do livro está tão profundamente enraizada no inconsciente coletivo que ninguém suporta deixá-la para trás”, argumentou o jornalista.⁷⁴ Em sintonia com esse pensamento, o escritor cubano Leonardo Padura disse numa entrevista ao *Globo* que “para abordar histórias universais, não precisamos de tanta tecnologia”.⁷⁵

Este grupo inicial de reflexões defendeu, portanto, a convergência e não o antagonismo entre as tecnologias de comunicação e o livro impresso.⁷⁶ Posição diferente tem a crítica literária brasileira Walnice Nogueira Galvão. Entrevistada pela *Folha* em 1998, deu como certo que a cultura escrita – “gutemberguiana” – estava sendo superada: “Eu acho que o fim do livro se aproxima. É besteira tentar fazer grandes previsões, porque tudo de importante que aconteceu no mundo ninguém previu. Nem o golpe de 64 foi previsto, nada foi previsto. Mas a meu ver o livro não tem futuro”.⁷⁷ Na mesma linha, informa a *Folha*, a crítica norte-americana Marjorie Perloff advoga que um elemento central na poesia do século XXI é o trabalho literário feito por meio de apropriação, citação e colagem de textos alheios. Por isso, na era

⁷³ “‘E-readers’ tentam replicar funções do impresso”, **Folha de São Paulo**, 24 dez. 2013.

⁷⁴ “Manifesto diz que inovação está no livro físico, não em e-books”, **Folha de São Paulo**, 17 dez. 2010.

⁷⁵ “Histórias universais não precisam de tanta tecnologia, defende Leonardo Padura”, **O Globo**, 20 jan. 2017.

⁷⁶ “Digital x impresso”, **O Globo**, 22 dez. 2012.

⁷⁷ “As donzelas vão à guerra”, **Folha de São Paulo**, 2 ago. 1998.

digital, imerso em “um ambiente de hiperinformação” e onde todos são autores em potencial, o “gênio original” preconizado pela estética romântica estaria definitivamente extinto.⁷⁸

Ao abordar o dualismo entre o impresso e o digital, temas adicionais são tocados pela imprensa, configurando o que veio a ser chamada pela área de educação de letramento digital. Sobre a possibilidade do novo analfabetismo – os que não têm acesso ao computador – ser agora maior do que há 300 anos, Roger Chartier declarou à *Folha*: “Nas cidades europeias dos séculos 17 e 18 havia uma presença da cultura escrita para os iletrados, como cartazes, mediação dos que sabiam ler, textos impressos com imagens”. A diferença para a atualidade, sustentou ele, é que no passado não era tão presente o tema econômico, pois circulavam livros baratos nas ruas, como o cordel no Brasil.⁷⁹

Preocupações semelhantes tem Pierre Lévy, professor do Departamento de Hipermissão da Universidade de Paris. Na sua coluna de estreia na *Folha*, procurou desfazer a oposição entre real e virtual e refletiu sobre as possibilidades que as novas mídias e o ciberespaço oferecem para fazer da sociedade um organismo multifacetado de coletividades inteligentes. Sem cair no vislumbre com a velocidade de transmissão e recepção da informação que a internet favorece, destacou que a revolução cultural que ela desencadeia reside no fato de um ambiente de memórias compartilhadas, onde objetos rolam entre grupos, formam uma rede de hipertextos comunitários, esfera de compartilhamento propício para o desenvolvimento de uma inteligência coletiva. “O ciberespaço jamais será o criador de uma sociedade inteligente, mas o ambiente mais propício possível para o seu desenvolvimento”. Sublinhou também, tal como pontuou Eco, que a internet é ambivalente – tanto pode se transformar numa ferramenta de dominação e controle de circulação, quanto pode ser um espaço de navegação infinita, o que nos transformaria em nômades de um novo estilo, percorrendo espaços que se metamorfoseiam e se bifurcam. Nas suas palavras:

⁷⁸ “Crítica: Pesquisadora defende extinção da invenção na poesia do século 21”, **Folha de São Paulo**, 8 mar. 2014.

⁷⁹ “Flip 2010: A batalha dos novos e-books contra o velho papel”, **O Globo**, 7 ago. 2010.

aquilo que em geral se classifica grosseiramente sob a denominação de novas tecnologias encobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza de modo mais conspícuo em torno de objetos materiais, de programas informáticos e dispositivos de comunicação. É o processo social em toda a sua opacidade, é a atividade dos outros que aparece sob a máscara estranha e inumana da técnica.⁸⁰

A *Folha* continuou reproduzindo, ao longo dos anos, ensaios e reportagens publicados originalmente na imprensa internacional. Em um ensaio publicado pela escritora Helena Mulkerns no *New York Times*, em 2011, a escritora sublinha as vantagens das publicações digitais usando o ponto de vista da escritora indiana Niranjana Iyer, para quem

o “e-publishing” pode ser visto como uma resposta orgânica às lacunas deixadas pela publicação tradicional, visto que muitos livros eletrônicos são publicados por autores que escrevem a partir das margens e tratam de temas que as editoras tradicionais consideram polêmicos demais ou não comercializáveis demais. Também se dissolvem as fronteiras geográficas da publicação – em última análise, serve para ampliar a paisagem do leitor.⁸¹

Ao destacar que os livros eletrônicos dissolvem as fronteiras geográficas e ampliam a oferta de leitura em idiomas locais, aponta também algumas dificuldades, citando Jens Bammel, secretário-geral da Associação Internacional de Editores, que alerta contra expectativas irreais:

O tema dos “e-books” é muito mais complexo do que as pessoas pensam. Especialmente no mundo em desenvolvimento, temos iniciativas como “um laptop por criança”, “um Kindle por criança”, quando, na verdade, a questão é mais sobre como desenvolver o conteúdo adequado e ouvir o que os educadores precisam.

O artigo dá também exemplos de sucesso, como o de Declan Burke, autor irlandês de romances policiais, que comprou os direitos de sua aclamada obra de estreia *Eighthball boogie*, de 2003, e colocou-a à venda em formato eletrônico. Em

⁸⁰ “O digital e a inteligência coletiva”, *Folha de São Paulo*, 6 jul. 1997.

⁸¹ “Uma Paisagem Ampliada”, *Folha de São Paulo*, 9 mai. 2011.

pouco mais de um mês, segundo o artigo, vendeu 215 exemplares por US\$ 0,99. Sua opinião é a de que os dois formatos vão conviver em harmonia.⁸²

Outro tema recorrente é o impacto do digital nas bibliotecas. Para o pesquisador Matthew Battles, da Universidade de Harvard, o “digital” não se revela como uma ameaça. Diretor do metaLAB, centro de pesquisas da universidade sobre a influência da tecnologia nas artes e ciências humanas, disse à *Folha* que “as novas mídias” estão alterando completamente a maneira como escrevemos e experimentamos a leitura. Um dos maiores efeitos disso, contou, é o caráter imediato que a escrita passou a ter. Pode vir a público, a um grande público, logo após ser concluída, sem passar por longos processos de edição. Para ele, nunca se escreveu e se leu tanto quanto nos tempos atuais. Mas a “efemeridade e o dinamismo da internet são enormes desafios para a preservação. Como preservaremos fenômenos que aparecem subitamente, florescem e morrem logo depois?”. Para o autor do livro *A conturbada história das bibliotecas*, os meios de escrever e publicar mudaram de forma radical, mas as bibliotecas continuarão a sua missão de preservar. “Acho que a literatura nasce de uma necessidade humana muito profunda, de contar histórias e ouvir histórias, que é como a necessidade de sonhar. Se as histórias estarão em edições digitais ou impressas, não tem relevância”.⁸³

No contexto da digitalização das bibliotecas, recebeu também uma atenção significativa na imprensa o lançamento pela UNESCO da World Digital Library, que, na época da reportagem, reunia manuscritos e fotos de peças raras de cerca de 20 países. *O Globo* destacou que na página inicial do site, um grande mapa mundial apontava a quantidade de peças disponíveis em cada região. Na América Latina e no Caribe, eram 320 itens, sendo que 142 do Brasil.⁸⁴ Alguns anos antes, em 2006, conforme noticiou a *Folha*, reunidos no colóquio “Biblioteca e Informação Digital – A Herança Cultural e Científica como Bits e Bytes?”, representantes das bibliotecas nacionais de Alemanha, Brasil e França ressaltaram que a falta de dinheiro, a resistência de bibliotecários mais conservadores e dúvidas sobre a vida útil dos suportes virtuais são alguns dos principais desafios à digitalização de suas coleções. Segundo um dos participantes, “ainda que alguns já tenham compreendido que o

⁸² “Mudança no mercado editorial com a entrada de grandes players e livro digital”, **Folha de São Paulo**, 23 dez. 2012.

⁸³ “Para pesquisador de Harvard, ‘digital não ameaça bibliotecas’”, **Folha de São Paulo**, 14 ago. 2013.

⁸⁴ “Unesco lança hoje site da Biblioteca Digital Mundial”, **O Globo**, 21 abr. 2009.

processo se limitará a obras de domínio público, autores, editores e livreiros veem uma concorrência desleal na ideia de gratuidade do acesso”.⁸⁵

Na mesma linha, no Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, que aconteceu em São Paulo em 2010, como noticiado pelo *Globo*, Roberto Taddei, um dos curadores, disse que as dificuldades aumentam quando o assunto é a lei de direitos autorais brasileira. Criada em 1998, a lei sequer permite que a biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo digitalize o manuscrito de *Sagarana*, de Guimarães Rosa, preciosidade doada pelo bibliófilo José Ephim Mindlin, para fins de preservação.⁸⁶

3.6 A incorporação da tecnologia pelo mercado editorial

São várias as notícias da imprensa, no período mais recente, sobre novas tendências, avanços tecnológicos ou novos leitores de publicações eletrônicas – desde o aparecimento de fanzines virtuais, as chamadas e-zines;⁸⁷ ao uso de software que permite que autores possam assinar digitalmente os seus livros⁸⁸ e ao uso de apps de livros;⁸⁹ passando pelos livros interativos para crianças;⁹⁰ o surgimento de um novo tipo de serviço para consumo de livros digitais que pode revolucionar o mercado (a “Netflix dos livros”);⁹¹ ou o acesso eletrônico de universidades a revistas especializadas.⁹² Tudo isto revela um amadurecimento do mercado digital no Brasil, com mais players disponibilizando mais produtos e serviços.

Nesse período, a imprensa também noticiou o destaque do digital em feiras literárias internacionais. A *Folha* cobriu novamente a Feira de Frankfurt, cuja 52ª edição, realizada em 2000, privilegiou o mercado virtual, com prêmio de US\$ 100 mil para o melhor livro eletrônico. Pela primeira vez, o e-book ganhou posição privilegiada. Essa “eletronicização” do mercado literário também se refletiu na

⁸⁵ “Colóquio aponta desafios do acervo virtual”, **Folha de São Paulo**, 8 abr. 2006.

⁸⁶ “Falta muito para o Brasil entrar de vez na era digital”, **O Globo**, 26 abr. 2010.

⁸⁷ “E-zines divulgam ideias independentes”, **Folha de São Paulo**, 31 jan. 2001.

⁸⁸ “Empresas tentam criar alternativas para viabilizar autógrafos em e-books”, **Folha de São Paulo**, 27 set. 2014.

⁸⁹ “Depois dos e-books, editoras se arriscam agora nos app-books”, **Folha de São Paulo**, 24 ago. 2011.

⁹⁰ “Livros interativos começam a ser usados na educação de crianças”, **Folha de São Paulo**, 14 fev. 2011; “Narrativa multimídia”, **Folha de São Paulo**, 14 fev. 2011.

⁹¹ “Nova regra de ‘Netflix para livros’ enfurece escritores independentes”, **Folha de São Paulo**, 26 jul. 2014; “Amazon lança biblioteca digital sem cinco maiores editoras americanas”, **Folha de São Paulo**, 26 jul. 2014.

⁹² “Universidades Públicas de SP têm biblioteca digital online”, **Folha de São Paulo**, 24 mai. 1999.

análise do que os 6.643 expositores (42 deles brasileiros) levaram a Frankfurt. “Um quarto deles já traz ou CD-ROMs ou livro eletrônicos, ou apresentação de sites”, disse Lorenzo Rudolf, que dirigia pela primeira vez a Feira.⁹³

É este o novo contexto que leva os gigantes de software e do mercado editorial a se coligarem para responder afirmativamente ao novo mercado. O *Estadão* noticiou em maio de 2000 que a Microsoft e as editoras Random House e Simon&Schuster criaram uma parceria inédita para lançarem títulos das editoras em formato eletrônico. Ao descrever a iniciativa como “um novo capítulo no mercado do livro eletrônico”, o jornal especulou: “espera-se até mesmo que computadores de bolso e palmtops possam armazenar a informação dos volumes”. O tempo ditou que alguns dispositivos de leitura se tornassem obsoletos, mas o livro digital se mantém intacto.⁹⁴

Também nesse ano chegou a primeira grande publicação eletrônica brasileira. O livro *Miséria e grandeza do amor de Benedita*, de João Ubaldo Ribeiro, foi disponibilizado eletronicamente no site Submarino, atraindo bastante atenção da imprensa, que naturalmente deu prioridade à discussão do formato em vez do conteúdo. O *Estadão* decidiu fazer o oposto. Ainda que tivesse salientado que “a edição é caprichada, podendo ser lido com razoável conforto na tela do computador”, argumenta que “o que menos importa é o suporte: não há links, hipertexto ou coisa parecida. Sem a utilização desse gênero de recurso, a Internet funciona apenas como um novo modo de entrega - tem tanta importância quanto o motoqueiro que carrega a pizza: quem realmente interessa é o *pizzaiolo* e a execução da receita. Portanto, cabe muito pouco falar da tecnologia”.⁹⁵

Finalmente, é importante mencionar que várias outras notícias na imprensa brasileira, no final da década dos anos 2000, continuavam dando destaque aos dispositivos de leitura colocados no mercado por empresas de tecnologia para aproveitar o crescente interesse por publicações eletrônicas. A cobertura da componente técnica do e-book acompanha a imprensa desde a década de 1980. O G1, em 2009, destacou a entrada no mercado do Reader Pocket Edition, da Sony, dotado de tela de cinco polegadas que chegou com a intenção de disputar a liderança de mercado do Kindle da Amazon (Tabela 1).⁹⁶

⁹³ “Feira de Frankfurt adia a sua morte outra vez”, *Folha de São Paulo*, 17 out. 2000.

⁹⁴ “Empresas anunciam projetos para e-books”, *O Estado de São Paulo*, 24 mai. 2000.

⁹⁵ “João Ubaldo Ribeiro na era eletrônica”, *O Estado de São Paulo*, 15 jul. 2000.

⁹⁶ “Sony aquece batalha do livro eletrônico com lançamento de US\$ 199”, *G1*, 5 ago. 2009.

Tabela 1 – Linha do tempo de inovações tecnológicas (1949-2009)

ANO	INOVAÇÃO
1949	<i>Enciclopédia Mecânica de Ángela Ruiz Robles</i>
1959	Primeiro computador chega ao Brasil (IBM 305 RAMAC)
Anos 60	<i>oN-Line System</i> (NLS) de Douglas Carl Engelbart
Anos 40-70	<i>Index Thomisticus</i> de Roberto Busa
1971	Criação do Projeto Gutenberg, primeira biblioteca digital
1982	Criação do CD-Rom
1989	Lançamento do primeiro Palmtop PC (DIP Pocket PC , também conhecido como Atari Portfolio)
1990	Lançamento do modelo DD-1EX Data Discman da Sony
1998	Lançamento do e-reader SoftBook
1998	Lançamento do e-reader Rocket eBook
2000	Lançamento da primeira grande publicação eletrônica brasileira: <i>Miséria e grandeza do amor de Benedita</i> , de João Ubaldo Ribeiro
2000	Parceria entre Microsoft, Random House e Simon&Schuster para lançamento de livros em formato eletrônico
2007	Entrada no Mercado do Kindle da Amazon
2009	Entrada no mercado do Sony Reader Pocket Edition

Fonte: Elaboração própria

Foi nesse período que o mercado editorial brasileiro começou a despertar para os livros eletrônicos. A corrida de editores e livreiros para se adaptar à revolução digital teve início no final da década de 2000. Com isso, o país começou a ter algum protagonismo no contexto latino-americano. É significativo que um dos primeiros congressos regionais sobre livros digitais tenha ocorrido em São Paulo, em março de 2010. Ele foi seguido por encontros semelhantes organizados em Bogotá, em agosto desse ano (Primera Muestra Internacional del Libro Digital), e em Buenos Aires, em setembro (Tercera Conferencia Editorial, organizada por Opción Libros).

Em 2011, o *Globo* noticia que a Bienal do Rio, em sua 15ª edição dá, pela primeira vez, destaque aos livros digitais, contribuindo para a “discussão sobre as transformações provocadas no mercado editorial pelas novas tecnologias. Este ano, pela primeira vez, e-readers e tablets são vistos com frequência nos estandes do Riocentro.”⁹⁷ Em outra matéria, o jornal carioca põe em evidência o evento “E-books

⁹⁷ “Entre pilhas de papel, digital ganha espaço”, *O Globo*, 3 set. 2011.

e a Democratização do Acesso – Modelos e Experiências de Bibliotecas”, promovido, na Bienal, pela Biblioteca Nacional.⁹⁸ Visão oposta e menos regionalista do mesmo evento manifesta a *Folha de São Paulo*, ao apontar que, apesar do lançamento diário de e-books e da proliferação global de aparelhos para leitura, a Bienal do Rio de 2011 “menospreza livros digitais”. Sonia Jardim, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (que organiza a Bienal) declara que “o mercado do livro digital ainda não começou no Brasil [...]. Ele vai ter uma virada quando os aparelhos digitais de leitura se popularizarem”.⁹⁹ Este é um movimento contrário à Feira de Frankfurt, descrita por Sorá (2002, p. 128) como o “mayor ritual periódico del mundo editorial”. Na edição do mesmo ano, a jornalista da *Folha* Josélia Aguiar aponta que o evento é marcado pela “expansão digital”. Na véspera da abertura, houve um dia inteiro de debates sobre e-book, novas tecnologias e mídias – assim como nas feiras de Bolonha e de Londres desse ano.¹⁰⁰ No ano anterior, porém, Frankfurt já tinha dado um forte destaque ao livro eletrônico, como noticiou na altura *O Globo*, com a criação do “braço digital” da feira, chamado Frankfurt Sparks, que promoveu uma série de projetos, conferências e eventos relacionados a novas formas de produção, distribuição e leitura de livros.¹⁰¹ Outra matéria do mesmo jornal salientava que os discursos de abertura da edição de 2010 da feira, como o da presidente da Associação Alemã de Editores e Livreiros, Gottfried Honnefelder, enfatizaram a necessidade de debater a sobreposição dos mercados de impressos e e-books.¹⁰²

Além do acompanhamento de feiras literárias, a imprensa passa a cobrir regularmente diversos aspectos do mercado editorial: noticia o lançamento de novas publicações eletrônicas,¹⁰³ dá destaque à entrada de players estrangeiros de grande peso, como a Amazon e a Apple, no mercado brasileiro de e-books,¹⁰⁴ e descreve como o mercado brasileiro, nomeadamente suas editoras, estão se adaptando à revolução digital.

⁹⁸ “Seminário na Bienal discute experiências de bibliotecas com e-books”, *O Globo*, 6 set. 2011.

⁹⁹ “Na era do e-book, Bienal do Rio é analógica”, *Folha de São Paulo*, 12 set. 2011.

¹⁰⁰ “Crise econômica e expansão digital marcam Frankfurt”, *Folha de São Paulo*, 12 out. 2011.

¹⁰¹ “Frankfurt aposta em novas tecnologias”, *O Globo*, 9 out. 2010.

¹⁰² “Frankfurt 2010: política e tecnologia na cerimônia de abertura”, *O Globo*, 5 out. 2010.

¹⁰³ “Exemplo: ‘Pignatari faz conto de fadas multimídia para adolescentes’”, *Folha de São Paulo*, 18 abr. 2009.

¹⁰⁴ “Mesmo após quatro anos no País, Amazon avança com cautela”, *O Estado de São Paulo*, 15 jan. 2017; “Um ano e meio após chegar ao País, Amazon inicia a venda de livros físicos”, *O Estado de São Paulo*, 21 ago. 2014.

Numa matéria publicada em dezembro de 2009 pela jornalista Raquel Cozer, é informado o início do funcionamento, naquele mês, da primeira *e-book store* brasileira a oferecer o seu próprio leitor eletrônico de livros: a promessa da Ediouro de lançar ano seguinte todos os seus títulos em formatos papel e digital. Em março, a Saraiva anunciara um ambicioso sistema de downloads de títulos, apresentado como o iTunes dos livros. Os lançamentos foram apontados pela repórter como algumas das iniciativas que tentavam fazer frente a um mercado cujos os primeiros passos foram dados energicamente pelas gigantes americanas Google Books e Amazon. Mas não sem percalços, informou. “*O seminarista*, de Rubem Fonseca, lançado pela Ediouro deixou usuários desorientados, e o livro só pode ser baixado com atrasos de alguns dias (quando deveria ter acontecido em poucos segundos).” Há desafios técnicos e de ordem administrativa, alertou a *Folha*. “Por um lado, os leitores não conseguem acesso facilitado ao conteúdo digital produzido pelas editoras brasileiras. E por outro, é quase impossível as editoras atualizarem centenas de contratos com autores para incluir direito de publicação digital.”¹⁰⁵

Contudo, as grandes casas editoriais, mais estabelecidas, põem em marcha planos para a migração digital. A Companhia das Letras decide publicar em versão digital os títulos com venda superior a 500 exemplares por ano. Com essas mudanças, se estabelece a entrada no mercado editorial de especialistas em desenvolvimento tecnológico, que passam a ter tanta importância quanto os editores de texto.¹⁰⁶ São eles programadores, web-designers, produtores de ePub, desenvolvedores de HTML e especialistas em marketing digital, por exemplo.

Em 2010, seis das principais editoras brasileiras (Objetiva, Record, Sextante, Rocco, Intrínseca e Planeta) anunciaram também a criação de uma distribuidora virtual que almejava abrir caminho para a expansão do número de livros nacionais à venda em formato digital, na altura ainda na casa de algumas centenas de títulos. A Distribuidora de Livros Digitais (DLD) era uma solução para a principal preocupação dos editores com a comercialização de e-books: o controle preciso do número de exemplares vendidos, destaca *O Globo*.¹⁰⁷ No ano seguinte, segundo o jornal carioca, a companhia de aviação Gol apresentou o projeto Nuvem de Livros, um acervo na nuvem, por assinatura, que reunia mais de 3 mil obras literárias. As obras

¹⁰⁵ “O futuro chegou antes”, *Folha de São Paulo*, 7 dez. 2009.

¹⁰⁶ “Inteligência”, *Folha de São Paulo*, 9 mai. 2011.

¹⁰⁷ “Distribuidora digital abre caminho para e-books nacionais”, *O Globo*, 4 jun. 2010.

armazenadas poderiam ser visualizadas em várias plataformas, mas o download não estava disponível.¹⁰⁸

Apesar das iniciativas, relatou o jornal, o mercado revelava ceticismo. Em entrevista à *Folha* em 2011, o presidente da Livraria Cultura, Pedro Herz, informou que a sua empresa comercializava e-books há um ano e meio, e as vendas representavam menos de 1% de todo o montante. Herz afirmou não acreditar numa expansão veloz do e-book. Ele salientou que, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, havia expansão, sim, mas nas redes de livraria. Também considerou que o modelo que a Amazon aplica no Estados Unidos e em outros países – de remunerar os autores diretamente e impor uma precificação agressiva – não iria funcionar no Brasil, que, segundo ele, não aceitaria uma estratégia importada. “A Amazon quer ser a dona do livro”, comentou Herz. E garantiu: “a Livraria Cultura continuará vendendo conteúdo. A mídia o leitor escolhe”.¹⁰⁹ Na mesma linha, a jornalista Miriam Leitão, na sua coluna no jornal *O Globo*, entrevistou Sônia Jardim, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros que também expôs a diferença da participação dos livros digitais nos mercados norte-americano e brasileiro: “nos EUA, os livros digitais representam 25% do total de vendas; no Reino Unido, 12%; “mas no Brasil, apenas 0,01%”.¹¹⁰

O volume de vendas digitais no Brasil começa a ganhar cobertura mais sistemática no início dessa década. A primeira notícia é de 2011, no *Estado*. Penalizada pela falta de abertura de dados da maior parte das editoras entrevistadas, o artigo mencionou, mesmo assim, que “na [livraria] Cultura, o volume de e-books vendidos dobra a cada três meses e a receita desse setor chega a 1% do faturamento total da companhia, R\$ 300 milhões no ano passado”.¹¹¹ No ano seguinte, a *Folha* informou que, com faturamento de R\$ 870 mil em 2011, os e-books ainda representam menos de 0,5% do mercado editorial brasileiro – nos EUA, essa participação é de 15%. São lançados 5.200 títulos eletrônicos no Brasil em 2011, ante 58.200 impressos, segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial

¹⁰⁸ “Biblioteca em nuvem para leitura sem limites”, *O Globo*, 5 set. 2011.

¹⁰⁹ “Amazon vai precisar se adaptar ao mercado brasileiro”, diz dono da Livraria Cultura”, *Folha de São Paulo*, 16 dez. 2011.

¹¹⁰ “Um negócio de 2,5 milhões de livros e faturamento de R\$ 58 milhões”, *O Globo*, 6 set. 2013.

¹¹¹ “É hora de tirar a poeira das prateleiras virtuais”, *O Estado de São Paulo*, 9 dez. 2011.

Brasileiro, feita pela Fipe, a pedido da Câmara Brasileira do Livro (CBL), de acordo com a matéria.¹¹²

No ano seguinte, as vendas no exterior subiram, informou a *Folha*. Em 2012, os e-books representavam 23% do mercado de livros dos EUA, o que corresponde a uma receita gerada de R\$ 1,54 bilhão. A Association of American Publishers (AAP) lembrou na reportagem que, em 2002, quando começou a analisar o mercado de e-books, as vendas dos digitais não representavam mais de 0,05% do total do mercado.¹¹³

Em 2014 os e-books cresceram e chegaram a 3% das vendas de livros no Brasil, em movimento contrário à estagnação verificada em mercados mais maduros. Enquanto em países como França e Alemanha o segmento cresceu no mesmo ritmo dos EUA até 2011, com os digitais passando os 5% das vendas das editoras, os mercados onde os e-books já são superiores a 20% (EUA e Reino Unido) tiveram aumento quase nulo. Membro da comissão do livro digital na Câmara Brasileira do Livro (CBL), André Palme, defendeu que o mercado norte-americano parou porque atingiu o patamar de consolidação.¹¹⁴ Segundo uma pesquisa do Pew Research Center em 2016, destacada pela revista *Exame*, “65% dos americanos preferem o livro impresso, enquanto 28% adquirem o e-book e 14% o audiobook.”¹¹⁵

Esta estagnação do mercado de livros eletrônicos é reveladora da capacidade de sobrevivência do livro impresso. Quando Jeff Bezos, o fundador da Amazon, lançou o leitor digital Kindle em Nova York, ele declarou que “o livro [impresso] é tão altamente evoluído e tão adequado a sua tarefa que é muito difícil tirar seu lugar”. Curiosamente, em fevereiro de 2017, a imprensa norte-americana anunciou a abertura de uma livraria física da Amazon em Nova York, noticia o *Valor*.¹¹⁶ Outros são menos confiantes relativamente à manutenção da relevância do impresso no futuro. James Warner, autor de *All her father's guns*, fez resumo irônico no *Globo*, em 2011, dos debates sobre o futuro da escrita, do livro e da leitura:

¹¹² Editoras se adaptam a livros ‘enriquecidos’”, **Folha de São Paulo**, 9 ago. 2012.

¹¹³ “Em 2012, os e-books representam 23% do mercado de livros dos EUA”, **Folha de São Paulo**, 22 abr. 2013.

¹¹⁴ “Mercado de livros digitais não decola no Brasil e estagna nos EUA e Europa”, **Folha de São Paulo**, 9 abr. 2016.

¹¹⁵ “Não, a internet não está matando o livro impresso”, **Exame**, 5 set. 2016.

¹¹⁶ “Amazon muda a tática para vender livros”, **Valor Econômico**, 10 fev. 2017.

Os “livros” do futuro serão agrupados com trilhas sonoras, leitmotifs musicais, gráficos em 3-D e vídeo em streaming. Serão aprimorados com marcadores de página coletivos, namoro online e alertas emitidos por aplicativos sociais geolocalizados a cada vez que alguém na sua vizinhança comprar o mesmo livro que você — qualquer coisa desde que você não precise de fato ler a coisa. Autores vão fazer seu próprio marketing, o leitor será responsável pela distribuição, a sabedoria das multidões se encarregará da edição e a mão invisível do mercado vai cuidar da escrita (se houver alguma). Escritores reagirão tornando-se virais ou animais.¹¹⁷

A professora Cristiane Henriques Costa, também nas páginas do *Globo* descreveu de forma otimista esta nova realidade:

A “literatura” é contaminada pela lógica interativa dos games; cortada, colada e remixada, como fazem os DJs; integrada à internet, misturando palavra, vídeo, foto, som e animação, e explodindo em 3D nas telas com cenários e personagens em Realidade Aumentada. Estes “livros” podem ainda ser reescritos por seus leitores, em experiências interativas e colaborativas que colocam em questão o conceito de autoria e propriedade intelectual.¹¹⁸

E o espanhol Javier Celaya, vice-presidente da Associação Espanhola de Revistas Digitais (ARDE), rematou ao *Globo* que:

[o digital] vai transformar o formato do livro em algo multimídia. Muitas pessoas dizem que isso não seria um livro, porque se aproximaria mais de um videogame. Mas as transformações que temos visto, por exemplo, na mídia, não fazem com que o jornal on-line deixe de ser jornal por ser diferente do impresso. O mesmo vale para os livros digitais. Por isso, minha recomendação para as editoras é: descubram os novos tipos de autores do século XXI que apenas escreverão histórias no modelo digital, os representem e os coloquem no mercado, porque vai haver um grande negócio para eles.¹¹⁹

No entanto, apesar do grande otimismo de alguns autores, o comércio de e-books ainda não ganhava musculatura. As maiores editoras fecharam 2012 com e-books representando apenas 1% das vendas totais. Com a chegada da Amazon, Google, Kobo e Apple oferecendo e-books nacionais, a *Folha* informou que o digital chega a 3% em 2013. Marcos Pereira, editor da Sextante, disse que esperava mais que

¹¹⁷ “O futuro dos livros, por James Warner”, *O Globo*, 25 mai. 2011.

¹¹⁸ “Artigo: Por uma ideia de literatura expandida”, *O Globo*, 18 jun. 2011.

¹¹⁹ “Javier Celaya aponta os desafios para a cultura na revolução digital”, *O Globo*, 15 dez. 2012.

os 2% que os e-books representavam para sua editora, mas ressaltou que apenas metade do seu catálogo de 600 títulos já está em e-book. O best-seller *Inferno*, de Dan Brown, que vendeu 500 mil cópias impressas, teve comercializados 24 mil e-books – quase 5% das vendas. Para os especialistas ouvidos pela *Folha*, contratos antigos inviabilizam a conversão de mais títulos para o digital.¹²⁰

Três anos depois, em 2017, oscilando entre entusiasmo e ceticismo, o fato é que o mercado de e-books ainda não tinha verdadeiramente decolado no Brasil, noticiou a *Folha*. A estimativa, segundo o jornal, é que a participação dos livros digitais seja de 3 a 5% ante 20 a 25% nos Estados Unidos. As vendas de e-readers passaram de US\$ 2,3 milhões em 2014 para US\$ 2,4 milhões em 2015 no Brasil. Alex Szapiro, diretor da Amazon Brasil, apontou a autopublicação como segmento que mais cresce no mercado editorial digital. Na média dos 100 livros mais vendidos no Brasil semanalmente pela Amazon, 30 são de autopublicação.¹²¹ Em 2011, o colunista Ruy Castro escreveu uma coluna com o título “Fiasco”, em que antecipava as dificuldades da literatura digital no Brasil. Ironicamente, escreveu: “O e-book é um sucesso. Só não tem leitores, nem compradores”.¹²²

Outras fontes divulgam números ainda menos expressivos. Segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), as vendas de livros digitais no Brasil representam apenas 2,5%. Na ótica do presidente do sindicato, Marcos da Veiga Pereira, nunca houve um crescimento exponencial e nem consistente no país. A Amazon, que domina esse mercado, não abre números do país, mas estudos da empresa de pesquisa e consultoria Euromonitor, com base nos indicadores em e-readers, vislumbam um freio das vendas no Brasil.¹²³ Números semelhantes apresenta a edição de 2016 de *The Global E-book Report*, que revela que os e-books representavam 4,27% do volume de vendas das editoras brasileiras no ano anterior, enquanto a participação no faturamento ficou em 2,57%.¹²⁴

A mais completa pesquisa, porém, foi publicada em 2017 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o

¹²⁰ “E-books chegam a 3% das vendas de livros”, **Folha de São Paulo**, 4 jan. 2014.

¹²¹ “Mercado de livros digitais não decola no Brasil e estagna nos EUA e Europa”, **Folha de São Paulo**, 9 abr. 2016.

¹²² “Fiasco”, **Folha de São Paulo**, 16 set. 2011.

¹²³ “Por que os e-books não mataram (e não vão matar) o livro impresso?”, **Publishnews**, 19 abr. 2017.

¹²⁴ “No Brasil, e-books representam 4,27% do volume de vendas das editoras”, **Publishnews**, 11 abr. 2016.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Com o título de *Censo do livro Digital*, o estudo sobre a produção e comercialização de livros digitais no país concluiu que as editoras pesquisadas publicaram, em 2016, 9.483 novos ISBNs digitais (SNEL, 2017). O acervo total de e-books no país chegou a 49.622 títulos. E, nesse ano, foram comercializadas 2.751.630 unidades de livros digitais. O faturamento apurado com as vendas desses e-books foi de R\$ 42.543.916,96, o que correspondeu a 1,09% do mercado editorial brasileiro, excluindo nessa conta as vendas ao setor governamental. O *Censo* mostrou também que, das 794 editoras investigadas, só 294 produzem e comercializam conteúdos digitais. Isso representa apenas 37% do setor.¹²⁵

É interessante que essa dormência contraria as expectativas do mercado. Em 2011, a publicação *La edición digital en los países en desarrollo* (KULESZ, 2011), da Alianza Internacional de los Editores Independientes, um retrato detalhado sobre o mundo digital nos mercados editoriais de países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, previa o crescimento célere do mercado de eletrônicos no país devido ao crescimento da classe média brasileira e ao seu apetite por dispositivos eletrônicos (KULESZ, 2011, p. 39). Também Jorge Oakim, proprietário da editora Intrínseca, estimou na FLIP de 2010, como noticiou *O Globo*, que “[b]rasileiros gostam de tecnologia. Como os preços dos e-readers tendem a baixar, ao passo que eles serão aprimorados, os e-books devem se tornar populares aqui”.¹²⁶ Na mesma linha, o espanhol Javier Celaya, numa entrevista ao *Globo*, em 2012, deixou claro: “Minha mensagem para os editores e varejistas brasileiros é: levem a sério o digital. É um mercado enorme, é o seu futuro e ele avançará mais rápido do que nós esperamos”.¹²⁷ Mas este crescimento não veio a se concretizar.

Em outros países, porém, a tendência é diferente. No Japão, ainda que o mercado nacional de livros tenha encolhido 3,4% (vendas totais de US \$ 12.8 bilhões) em 2016, a venda de livros eletrônicos cresceu 13,2% em faturamento.¹²⁸ Na Espanha, segundo o *Informe anual del libro digital 2016*, a venda de e-books cresceu 11,3% ante o ano de 2015 (faturamento de 33 milhões de Euros), ocupando 4% do

¹²⁵ “63% das editoras brasileiras preferem ignorar os e-books, diz Censo do Livro Digital”, **Publishnews**, 23 ago. 2017.

¹²⁶ “Flip 2010: A batalha dos novos e-books contra o velho papel”, **O Globo**, 7 ago. 2010.

¹²⁷ “Javier Celaya aponta os desafios para a cultura na revolução digital”, **O Globo**, 15 dez. 2012.

¹²⁸ “Japanese eBook Sales Rose 13.2% in 2016”, **The Digital Reader**, 15 mar. 2017.

mercado nacional de livros.¹²⁹ Um estudo da distribuidora de livros Bookwire que cobriu mais de 200 editoras na Espanha e em países hispânicos da América Latina, concluiu que as vendas de publicações eletrônicas cresceram 41% de 2015 a 2016. Apenas na América Latina, o crescimento foi de 110%, devido ao aumento do catálogo de títulos eletrônicos.¹³⁰

Apesar das dificuldades em decolar no Brasil, tem surgido um mercado de aplicativos e dispositivos que beneficiam o comércio de livros eletrônicos no país. Em 2017, a imprensa noticiou, por exemplo, o aparecimento da Bibliomundi, uma plataforma nacional de autopublicação e distribuição de e-books que faz a ponte entre autores independentes ou editoras e o consumidor final, com um sistema de vendas de e-books por meio de redes sociais, blogs e sites.¹³¹ Também foi noticiada a compra da Shelfie pela Kobo (parceira das livrarias Cultura e Blook). Através desta tecnologia, o usuário fotografa a sua estante de livros e, pela imagem da lombada das publicações, o aplicativo reúne os metadados de cada volume e, a partir deles, cria uma lista de sugestões de livros digitais gratuitos ou com descontos para compra.¹³² Outros passos simbólicos também foram dados. Desde 2016 importantes prêmios literários passaram a aceitar candidaturas de livros eletrônicos. O prêmio Oceanos 2016 teve, entre seus 50 semifinalistas, dois livros publicados exclusivamente em formato digital (editora e-galáxia).¹³³

Neste cenário menos ambicioso, a indústria de impressão de livros no Brasil já não teme que a leitura digital leve grande parte de seus consumidores, como ocorreu no mercado musical. Nos EUA, as vendas de e-books caíram cerca de 18,7% nos primeiros 9 meses de 2016 e a venda de livros impressos subiu 7,5% (capa mole) e 4,1% (capa dura), em relação a igual período de 2015, segundo a Association of American Publishers.¹³⁴ Essa retração deriva, em parte, das disputas entre editoras e as gigantes de vendas on-line, segundo a associação.

Diversos fatores podem explicar a estagnação do mercado de livros eletrônicos no Brasil. O primeiro, já mencionado neste estudo, é a falta de hábitos de

¹²⁹ “El 'ebook' sigue creciendo un 11% en España”, **El Periódico**, 18 mai. 2017.

¹³⁰ Disponível em: < <http://www.bookwire.de/es/articulo/impresionante-crecimiento-en-la-venta-de-ebooks-en-america-latina-y-espana/>>. Acesso em: 4 novembro 2017.

¹³¹ “A lojinha aberta em toda e qualquer rede social”, **Publishnews**, 19 abr. 2017.

¹³² “A prateleira Black Mirror”, **Publishnews**, 18 abr. 2017.

¹³³ “Prêmio Oceanos e o livro digital”, **Publishnews**, 6 out. 2016.

¹³⁴ “Digital fatigue behind the overkill in ebooks”, **The National**, 4 mai. 2017.

leitura no Brasil. Outro elemento causal tem a ver com a baixa escolaridade dos brasileiros mais velhos. Segundo dados do Kobo, nos EUA, 77% dos leitores mais ativos têm mais de 45 anos, enquanto 30% dos leitores têm entre 55 e 64 anos. Segundo a empresa, a leitura digital é “a primeira revolução tecnológica que está sendo liderada por quem tem acima de 45 anos, ao invés das gerações mais jovens”.¹³⁵ No Brasil, só 49,5% da população, acima dos 25 anos, tem pelo menos o ensino médio. O país tem a menor média de anos de estudos da América do Sul, apenas 7,2 anos, segundo o PNUD.¹³⁶ A taxa de alfabetismo de pessoas acima de 15 anos de idade é de 8% no Brasil.¹³⁷ Estes dados, indicadores da baixa educação brasileira, principalmente da mais velha, poderão contribuir para o entendimento dos hábitos de leitura digital no Brasil. No caso brasileiro, seria importante inserir no argumento também outras variáveis como classe social, faixa etária e localização geográfica, assim poderíamos analisar se pessoas mais pobres, mais velhas e distantes dos centros urbanos teriam dificuldade para comprar, encontrar ou manusear os aparelhos digitais. Mas continua sendo interessante sublinhar que, pelo menos em países mais desenvolvidos (a pesquisa citada foi feita nos EUA), existe uma correlação entre maturidade etária e livros digitais.

Outro elemento é o fato dos e-books e e-readers não terem estado isentos de taxa de importação e impostos até 2017. Esse quadro tributário só foi revogado quando o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade atribuir aos digitais o mesmo estatuto tributário que têm os impressos, estipulada no artigo 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição Federal.¹³⁸ Adicionalmente, o acesso à internet no país ainda é restrito, caro e de baixa qualidade, seja via banda larga, internet 3G ou Wi-fi. Um estudo da empresa de tecnologia americana Akamai, divulgado pela revista *Veja*, sobre a velocidade média da internet banda larga em 54 países mostra que o Brasil ocupa a 9ª pior posição, empatado com o Vietnã.¹³⁹ Ainda que em 2015 56% dos brasileiros já estivessem conectados à internet, o Brasil ainda não é um verdadeiro

¹³⁵ “Digital reading driven by older women, study claims”, **The Guardian**, 15 abr. 2016. Tradução minha. Texto original: “the first technological revolution being driven by [those aged] 45 and older, rather than younger generations”.

¹³⁶ “Brasil tem a menor média de anos de estudos da América do Sul, diz Pnud”, **G1**, 14 mar. 2013.

¹³⁷ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

¹³⁸ STF decide que livros digitais têm imunidade tributária, 8 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=337857>>.

¹³⁹ “Brasil é o 9º país com a pior velocidade de internet banda larga”, **Veja**, 11 fev. 2017.

paradigma daquilo que o sociólogo Manuel Castells cunhou como sociedade “informacional”. Segundo Castells, a intensidade e o ritmo acelerado das mudanças permitem afirmar que estamos vivendo uma revolução tecnológica, saindo de uma era industrial para uma era “informacional”. Esta revolução seria um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, “induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura” (CASTELLS, 2003).

Finalmente, temos que considerar a possibilidade de as edições digitais não estarem sendo devidamente cobertas por estatísticas e pesquisas. Como alertou, em entrevista ao *Globo*, o historiador Roger Chartier:

É preciso relativizar a baixa participação dos e-books no total de vendas de livros. Se ela se mantém em uma porcentagem marginal num país como a França, de 3%, é porque há novas formas de edições digitais, comercializadas por subscrição ou que não possuem um número de ISBN (International Standard Book Number), e assim não estão visíveis nas estatísticas. Então, hoje o que há é uma forma intermediária entre a comunicação, que é a forma de fazer circular textos em meio digital, e a publicação tradicional, que consiste numa série de intervenções sobre o texto.¹⁴⁰

De fato, como também sublinha, numa entrevista ao *Globo*, Angus Philips, diretor do Oxford International Centre for Publishing Studies, a facilidade da edição digital estimula a autopublicação e as editoras independentes, muitas delas fora do radar de estudos e estatísticas. Na entrevista, Philips parafraseia o escritor mexicano Gabriel Zaid: “se nossa paixão pela escrita continuar com a mesma intensidade, no futuro próximo haverá mais pessoas escrevendo livros do que lendo-os”.¹⁴¹

3.7 Hábitos de leitura em análise

Apesar destes avanços, como noticiou o *Estadão*¹⁴² e mencionado anteriormente, foi só em 2012 que chegou o primeiro estudo com um panorama sobre o hábito de leitura de livros digitais no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012). Realizado pelo Instituto Pró-Livro (IPL), com o apoio da Associação Brasileira de Editores de Livros

¹⁴⁰ “Para historiador Roger Chartier, e-book jamais substituirá livro físico”, *O Globo*, 30 jul. 2016.

¹⁴¹ “O futuro do livro - uma visão otimista”, *O Globo*, 11 dez. 2006.

¹⁴² “Livros, leitura e acesso na cultura digital”, *O Estado de São Paulo*, 4 jun. 2011.

Escolares (Abrelivros), Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), chamou a atenção o fato de que 45% dos entrevistados terem dito que nunca ouviram falar de livros digitais, o que é um indicador da falta de penetração de e-books no Brasil. E, nesse grupo segmentado, apenas 18% já tinha lido algum livro digital.

Estes valores não mudaram significativamente quando uma nova edição dos *Retratos* foi publicada em 2016 (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016): 52% dos entrevistados nunca tinham ouvido falar de e-books, e entre os 41% que já tinham ouvido falar, apenas 26% já tinham lido algum. Entre 2011 e 2015, diminuiu, portanto, o número de brasileiros que já ouviu falar de livros digitais, mas, entre aqueles que já ouviram falar, aumentou o número dos que, de fato, já leram algum.

A análise da leitura de e-books no Brasil, com características, como visto, ainda pouco expressivas, não pode estar dissociada de uma reflexão sobre a leitura de livros no Brasil, como um todo. O mesmo estudo indicou que o número de livros lidos por ano por brasileiros não variou muito na última década (4,7 em 2007, 4,0 em 2011, 4,96 em 2015). A edição mais recente dos *Retratos* (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016), revelou que 44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro. Para 67% da população, não houve uma pessoa que incentivasse a leitura em sua trajetória, mas dos 33% que tiveram alguma influência, a mãe, ou representante do sexo feminino, foi a principal responsável (11%), seguida pelo professor (7%). A Bíblia é o livro mais lido, em qualquer nível de escolaridade, destaca um artigo do *Estado*.¹⁴³ Seja por caminhos mais tradicionais ou mais tecnológicos, o Brasil ainda tem uma longa jornada a percorrer para se tornar um país leitor. Contudo, é interessante mencionar que os maiores países leitores são emergentes e não desenvolvidos – indicando que um grande conjunto de fatores, além da baixa escolaridade, precisa ser contabilizado para entender os hábitos da leitura da população. Segundo um estudo, a Índia é o país do mundo em que as pessoas devotam mais horas à leitura por semana (10,4), seguido pela Tailândia (9,24), China (8), Filipinas (7,4) e Egito (7,3).¹⁴⁴

¹⁴³ “44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro, aponta pesquisa Retratos da Leitura”, *O Estado de São Paulo*, 18 mai. 2016.

¹⁴⁴ “9 datos sobre la lectura en el mundo (incluido México)”, *El Economista*, 26 nov. 2016.

4 O LIVRO DIGITAL NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DO LIVRO NO BRASIL

A professora universitária Ana Elisa Ribeiro, num artigo publicado na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* e analisado no capítulo 2 desta dissertação, descreve as publicações digitais como parte de um “movimento” em permanente metamorfose. O digital é uma “coisa viva e respirante” (2016, p. 108), afirma a autora. No mesmo sentido, esta dissertação tem demonstrado a falta de consolidação e cristalização dos livros digitais, fenômeno que gera diferentes pontos de vista e tendências conflitantes. Para percebermos na sua amplitude os rumos do livro digital no Brasil, é importante avaliarmos, em detalhe, o posicionamento dos principais envolvidos desde o início desse processo no Brasil: autores, editores, pesquisadores, jornalistas, formuladores de políticas públicas e gestores de marketing, falando de diferentes instâncias, cada qual com interesses bem específicos, vale notar.

Algumas das pessoas entrevistadas acompanham a evolução do livro digital no Brasil desde o seu preâmbulo, há cerca de 30 anos. O que aprenderam nesse período sobre o digital? Mantêm sua opinião? O digital decolou ou estagnou? Se livro é feito para ser lido, qual o papel do digital na promoção da leitura? O que se pode esperar desse formato? Quais desafios superar?

Os profissionais que ouvimos são atuantes no mundo acadêmico, na imprensa e mercado editorial brasileiro. Como as opiniões não são construídas isoladamente, refletindo, em algum nível, o pensamento de um grupo no qual se está inserido, acreditamos que as respostas colhidas compõem um amplo quadro de análise e apresentam uma amostra consolidada de um universo maior. Procuramos um perfil de entrevistado que tivesse ou tem alguma relação com o livro digital, seja na esfera editorial ou na elaboração de estratégias para a sua difusão. O grupo é formado por profissionais com experiência múltipla, como a pesquisadora Ana Elisa Ribeiro, que também é poeta e trabalha com edição, como Carlos Henrique Schroeder, que além de escritor é editor de livros impressos e digitais ou Roberto Taddei, autor, professor de escrita criativa e consultor para a implementação de um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento no país. Além de representarem comunidades ligadas ao livro, os entrevistados também foram selecionados por seu reconhecimento no campo profissional, influência e credibilidade. Finalmente,

seguindo a ótica de Baker e Edwards (2012), foram selecionadas profissionais com quem a autora tem familiaridade, rapidamente gerando-se um ambiente de confiança e mais refratário a algum tipo de condicionamento. Alguns potenciais entrevistados não chegaram a declinar do convite, mas explicaram não poder priorizar a participação na pesquisa devido ao tempo escasso disponível entre a Bienal do Livro do Rio de Janeiro e a Feira do Livro de Frankfurt, da qual participaram no mesmo período em que a entrevista foi realizada.

O número de entrevistados (10) foi o bastante para atingirmos o ponto de saturação – quando a coleta de dados por intermédio de uma nova entrevista não produz nenhuma informação relevante e começa a se tornar repetitiva. As 10 entrevistas foram igualmente suficientes para conseguirmos identificar os pontos de divergência e convergência entre os entrevistados.

Do ponto de vista metodológico, as entrevistas foram estruturadas. Todos os entrevistados tiveram oportunidade de responder livremente, mas o número e o formato das perguntas foram exatamente iguais para todos. Consideramos o formato estruturado apropriado para a obtenção de análises mais aprofundadas sobre as opiniões dos entrevistados. Mantendo-se, ao mesmo tempo, o direcionamento nas perguntas, evitaram-se divagações desnecessárias. No total, foram formuladas 20 perguntas aos entrevistados, cobrindo os vários ângulos do livro digital – desde mercado, crítica a recepção, temas abordados ao longo da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas por e-mail entre setembro e outubro de 2017. Para facilitar a sua compreensão, as respostas de três entrevistados foram levemente editadas, respeitando-se em absoluto suas opiniões.

Ao longo deste capítulo as respostas dos entrevistados foram encadeadas de modo a reforçar as ideias apresentadas, complementá-las ou contrariá-las. Como veremos, alguns entrevistados são entusiastas do digital, enquanto outros não acreditam na sua força de interferência no sistema literário brasileiro, embora alguns a desejem. Para a grande maioria, o digital não vai eliminar e substituir o impresso. Entre as preocupações que o suporte suscita estão as relacionadas a uma possível concentração entre canais de distribuição e a instabilidade do suporte que pode pôr em risco a conservação do seu conteúdo.

Em muitas questões, os entrevistados apontam também que os problemas encontrados pelo digital são os mesmos do impresso, como o caso da pirataria. A

maioria também não vê uma mudança significativa nos processos de produção que poderia apagar o papel do editor. Entre as principais vantagens, apontam a praticidade e facilidade de produção e circulação, mas não deixam de salientar a necessidade de um sistema de visibilidade e legitimação que garanta que o livro chegue ao conhecimento do leitor. O leitor e seus hábitos culturais também foram apresentados como peça importante do tabuleiro.

4.1 Entraves atuais para maior participação do digital no mercado e tendências futuras

Como observamos no segundo capítulo desta dissertação, a despeito da potencialidade do texto digital de alcançar um público distante das livrarias e bibliotecas, as estatísticas sugerem que, após vários anos da introdução da tecnologia, o crescimento do mercado no quesito digital ainda é diminuto. O *Censo do livro digital* indicou que o conteúdo digital faturou apenas 1,09% do mercado de livros em 2016 (SNEL, 2017). As razões para esse entrave parecem pouco claras e de difícil acesso, uma vez que as editoras não apresentam seus balanços abertamente, como visto.

A reação dos entrevistados a esta questão começa com uma crítica ao modo como os dados do *Censo* foram coletados. Dois entrevistados, inclusive, apresentam ressalvas ao *Censo*. Para Felipe José Lindoso¹⁴⁵ “as conclusões são, para dizer o mínimo, incompletas” e lista vários fatores que em sua opinião não foram refletidas no *Censo do livro digital*, mostrando um panorama distorcido. Na sua ótica, a pesquisa ignorou segmentos importantes do mercado, como a autopublicação, editoras independentes e de nicho.

¹⁴⁵ Lindoso é graduado em antropologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Peru) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional). É jornalista, foi sócio fundador e diretor da Editora Marco Zero, de 1980 a 1998. Tem publicados artigos, ensaios e livros, entre os quais *O Brasil pode ser um país de leitores?* (Summus Editorial). É autor do capítulo sobre o Brasil da *História de las Empresas Editoriales de América Latina – Siglo XX* (organizado por Juan Gustavo Cobo Borda). Escreveu análises para as publicações *Retratos da leitura no Brasil* de 2008 e 2012. Foi assessor da Câmara Brasileira do Livro (CBL), ocupando diferentes cargos. Foi consultor do Centro Regional para el Formento del Libro en América Latina y el Caribe (CERLALC). Atualmente dedica-se a projetos e iniciativas na área do livro e leitura, como consultor do Instituto Itaú Cultural, além de projetos encomendados de consultoria editorial. Mantém o blog www.oxisdoproblema.com.br no qual analisa questões do mercado editorial brasileiro e internacional.

Mesmo considerando que as editoras trade tenham computado as vendas feitas através da Amazon e das outras lojas digitais – Kobo, Google Play e iTunes Apple – deixou muito a desejar. No caso da Amazon, por exemplo, os títulos publicados pelo KDP (Kindle Direct Publishing) ficam de fora. As compras do MEC, que passou a exigir tanto arquivos digitais dos livros como também versões acessíveis (formato Daisy) não foram consideradas.

É importante o destaque que ele dá ao fato de não terem sido computados pelo *Censo* as informações sobre os livros digitais sonoros, como o formato Daisy¹⁴⁶ e suas derivações (o da Fundação Dorina Nowill), para ele o mais completo, que permitem o acesso dos deficientes visuais aos títulos didáticos.

Isso inclusive provocou um substancial aumento no número dos deficientes que fazem o ENEM e ingressam nas universidades, segundo comunicação pessoal do Pedro Millet¹⁴⁷, que cuida não apenas da tecnologia na Fundação Dorina Nowill como é o principal divulgador do adendo à Convenção de Berna (Acordo de Marrakesh, já em vigor).

Também não foram consideradas as informações sobre as assinaturas de revistas acadêmicas feitas pelo CNPq e pelas Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados (FAPESP, FAPERJ e outras), lembra Lindoso:

Tanto no que diz respeito ao valor, porcentagem de revistas profissionais e técnicas nacionais incluídas nos pacotes, além dos índices de acesso. Essas compras consomem recursos quase tão significativos como os alocados ao PNLD. Embora a maioria dessas publicações seja de editoras acadêmicas, a redução da produção de exemplares impressos é notável também nas principais revistas científicas brasileiras. Aliás, a vanguarda no uso das publicações digitais há muito está sendo proporcionada pelo segmento internacional CTM (Cientific, Technical and Medical). Pergunte porque Pearson, Elsevier, Thompson e as outras gigantes do ramo estão no topo da lista das maiores editoras? É o digital, que para eles significa, pura e simplesmente, mais \$\$\$\$\$\$.

Por último, ele aponta que não está especificado se foram incluídos projetos digitais com formatos variados, como a “Pasta do professor”, da empresa multinacional Pearson, programas de bibliotecas digitais, como a Árvore de Livros, etc. Em acréscimo ao exposto por Lindoso, apontamos ainda a ausência de dados

¹⁴⁶ O Daisy (Digital Accessible Information System, sistema de informação digital acessível) é um sistema de livros digitais sonoros que tem como objetivo ajudar deficientes visuais ou qualquer outra pessoa que possua dificuldade de acesso a materiais escritos tradicionais, se caracterizando como mais uma ferramenta na inclusão no mundo da leitura.

¹⁴⁷ Membro da Fundação Dorina Nowill e desenvolvedor do aplicativo de audiobook Daisy Reader.

sobre o acesso a conteúdo digital em bibliotecas públicas. Como vimos, o *Censo* só se preocupou em coletar volume de vendas, não refletindo, como afirmou Lindoso, um panorama real de consumo de livros em suporte digital.

Gabriela Dias¹⁴⁸ endossa as críticas de Lindoso, observando ainda que, além dos e-books autopublicados ou gratuitos, igualmente ficaram fora do *Censo* aplicativos, como o Wattpad, que, segundo ela, promovem escrita e leitura em suporte digital. Feita essa ressalva, aponta como entrave um modelo da indústria ainda muito aferrado ao impresso.

Na mesma linha, Susanna Florissi¹⁴⁹ pôs em dúvida a própria metodologia utilizada pelo primeiro *Censo* e sugeriu uma comparação acurada com outras pesquisas feitas ultimamente. A editora atribuiu possíveis falhas em levantamentos do gênero à própria dificuldade do universo editorial em responder pesquisa de qualquer tipo. Quanto aos obstáculos que impedem o digital de ter uma participação maior no circuito de produção, circulação e recepção do livro, devem-se segundo ela, e complementando o raciocínio de Dias, a um mercado muito fechado para mudanças. Para Florissi, quem está transformando o ramo editorial são as novas empresas de tecnologia. Do seu ponto de vista, a absorção em maior escala do conteúdo produzido depende desse desenvolvimento, que tem sido rápido, no seu entender.

Concordamos com Dias e Florissi quando apontam um certo conservadorismo do meio editorial, deixando espaço ocupado por outros setores. Resta saber quão construtiva será uma mudança de rumo pautada por startups de inovação no lugar dos tradicionais publishers e livreiros, operando uma nova lógica de negócio com impacto social ainda imprevisível. Ou seja, a técnica poderá deixar de estar a serviço da edição de livros e a edição de livros passar a se submeter à técnica.

¹⁴⁸ Gabriela Dias é editora especialista em conteúdos multiplataforma, graduada pela ECA-USP com extensão no Ithaca College e especialização em estratégias para líderes digitais na Yale University (EUA). Fundou o coletivo AED (Amigos dos Editores Digitais) em 2012 e, desde então, vem atuando como consultora, promovendo eventos e cursos e lançando iniciativas próprias, como o app Rio de Machado.

¹⁴⁹ Florissi é sócia da Editora Galpão. Formada em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco, com curso de pós-graduação em Teoria da Literatura pela PUC Campinas e de Aperfeiçoamento para Executivos do Mercado Editorial, MBA FIA. Foi Diretora Editora da CBL – Câmara Brasileira do Livro, fez parte da Comissão Organizadora do Prêmio Jabuti, e coordenou a Comissão do Livro Digital. Foi Diretora Internacional da Editora SBS. Ajudou a Coordenar o Departamento de *Inbound* da BELTA. É autora de materiais didáticos impressos e digitais. É idealizadora do Projeto multimídia Tribo dos Golfinhos (livro impresso + Aplicativo + Comunidade Virtual). Atuou como consultora do Clube de Autores, plataforma de autopublicações, e da UBOOK, plataforma de audiolivros.

Cruzando os dados do *Censo* (SNEL, 2017), com a última edição de *Retratos* (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016), Juliana Leite¹⁵⁰ não vê diferença, em sua base, nos problemas que, para ela, afetam tanto o livro digital quanto o impresso, como o déficit educacional e pedagógico do letramento para o livro.

Sublinhando a importância da mediação de leitura, Leite salienta que embora uma parte relevante da população brasileira tenha hoje acesso à internet pelo celular,¹⁵¹ as escolhas de uso deste acesso se restringem a um domínio pequeno de conteúdos. A escritora e pesquisadora pensa num processo de mediação que “apresente o e-book ao leitor médio brasileiro de modo a ajudar na criação de elos entre instrução, entretenimento e fruição”. Além disso, ela questiona-se sobre a possibilidade de uma ação para mostrar ao “usuário que livros digitais existem, onde estão disponíveis e como acessá-los para, finalmente, elegê-los, apesar da concorrência “com outras ofertas digitais imediatas”.

De fato, o que ela reitera é um problema de base que afeta a leitura independentemente do suporte – afinal também os livros impressos concorrem com as várias opções de entretenimento dentro e fora do digital. E antes do digital, poderíamos citar a televisão, e antes dessa, o cinema, o teatro. O desafio é formar público leitor.

As estatísticas amparam as preocupações de Leite. Ainda que, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad-IBGE) a taxa de pessoas com mais de 15 anos que não sabem ler e escrever tem diminuído – de 11,1% em 2005 para 8% em 2015,¹⁵² em 2015 mais da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos, não tinham concluído o ensino médio e 17% da população sequer tinham concluído o ensino básico. Apenas

¹⁵⁰ Juliana Leite é graduada em Comunicação Social e mestre em Teoria da Literatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua dissertação de mestrado “Leitores Eloquente: os Booktubers e as Novas Práticas de Leitura Amadora na Internet”, defendida em 2017, reflete seu interesse na pesquisa dos cenários contemporâneos da leitura em interface com as tecnologias digitais. Como escritora de ficção, recebeu o Prêmio SESC Machado de Assis de Contos 2015 e integrou a coletânea *14 Novos Autores Brasileiros*, com curadoria da escritora Adriana Lisboa e edição da Revista Pessoa/Mombak. Seu primeiro romance, *Magdalena usa as mãos*, está em fase de leitura crítica.

¹⁵¹ O Brasil tem 241 milhões de celulares ativos. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/dados/destaque-1/283-telefonica-movel-registra-aumento-de-156-155-linhas-em-agosto>>.

¹⁵² “Brasil tem 12,9 milhões de analfabetos, aponta Pnad”, **Valor Econômico**, 25 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4787959/brasil-tem-129-milhoes-de-analfabetos-aponta-pnad>>.

15% dos estudantes brasileiros entre 25 e 34 anos têm ensino superior.¹⁵³ Os baixos índices de formação escolar estão diretamente relacionados aos baixos índices de leitura.

Na mesma linha de Leite, a hipótese apresentada pela jornalista e curadora da FLIP 2017 Joselia Aguiar¹⁵⁴ como fator de inibição do livro digital é o “baixíssimo índice de leitura”. Aguiar questiona porque alguém que não tem hábito de leitura compraria e carregaria um equipamento para ler. O seu palpite é que o número de “leitores-leitores” não ultrapassa o 1,09% apontado como consumidores de e-books pelo *Censo*: “quem lê muito tem um e-reader, e somente quem lê muito. Os demais 99,01% nunca leem ou leem pouquíssimo”.

Para o escritor Carlos Henrique Schroeder,¹⁵⁵ parte do problema também tem como responsável o leitor, “muito reticente”, em sua opinião. Além disso, ele aponta ainda um obstáculo de ordem técnica para o crescimento do livro digital no mercado editorial brasileiro:

Falta de um e-reader que seja líder e agregue todas as vantagens para os usuários, assim como foi o iPad para os tablets e o iPhone para o celular, contribuindo para a sua adesão. Nos primeiros anos dessa revolução, cada livreria virtual tinha o seu próprio e-reader, e todos eram muito ruins. Hoje, Kindle e Kobo, que dominam o mercado brasileiro, são bons, mas têm muito a melhorar.

¹⁵³ “Mais da metade dos adultos brasileiros não chegam ao ensino médio, diz OCDE”, **Agência Brasil**, 12 set. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/mais-da-metade-dos-adultos-brasileiros-nao-chegam-ao-ensino-medio-diz>>.

¹⁵⁴ Joselia Aguiar é jornalista da área de livros, mestre e doutoranda em história pela Universidade de São Paulo. Na Folha de S. Paulo, foi repórter, redatora e correspondente em Londres. Assinou posteriormente uma coluna e um blog de livros. Editou a *EntreLivros*, revista mensal sobre livros, já extinta. Foi curadora do Festival da Mantiqueira (2014) e da Festa Literária Internacional de Paraty (2017). É professora do núcleo de não ficção no Instituto Vera Cruz. Escreve para o jornal *Valor Econômico* e para a *Revista Pessoa*. A convite da editora Três Estrelas, escreveu a biografia do escritor Jorge Amado, prevista para este ano.

¹⁵⁵ Carlos Henrique Schroeder é autor de vários livros com destaque para as seguintes obras: o romance *Ensaio do vazio*, lançado em 2007 e adaptado para os quadrinhos em 2012 pela editora carioca 7Letras; a coletânea de contos *As certezas e as palavras*, obra vencedora do Prêmio Clarice Lispector da Fundação Biblioteca Nacional, em 2010; e o romance *As fantasias eletivas*, lançado no Brasil em 2014 pela editora Record e na Espanha em 2016 pela Maresia Libros. O livro também foi indicado nos vestibulares UFSC, UDESC e Acafe no ano de 2016. Editou entre 2012 e 2014 o selo digital *Formas breves*, especializado em contos. É editor-associado da revista *Pessoa*.

A gerente de projetos editoriais Ana Carolina Neves¹⁵⁶ também acredita que uma das principais barreiras está relacionada ao uso da tecnologia, ou melhor, à falta de intimidade com os dispositivos móveis de leitura. Neves ignora, todavia, que a maioria da população brasileira, como indicamos anteriormente, possui celulares, que também são um suporte de leitura. Mesmo o usuário sem acesso à internet pode baixar os aplicativos de leitura disponibilizados pelos principais e-readers.

Opinião mais sólida tem a professora Ana Elisa Ribeiro,¹⁵⁷ citada no início deste capítulo. A chave para compreender essa questão está para ela na recepção, que define o consumo real dos livros.

O que mais tem tido efeito sobre a estagnação do livro digital são as práticas sociais de leitura, que não aderiram como muitos previam e como outros gostariam à leitura em telas. As tentativas de aceleração ou de fomento ao livro digital empacam justo onde não se pode controlar: as pessoas em suas preferências, práticas e hábitos. A circulação do digital é muito mais rápida e fácil, como sabemos, mas é preciso separar os tipos de produto editorial que circulam mais do que se mantêm em compasso de espera. O livro, também a depender do gênero (romance, dicionário, livro técnico, infantil, etc.), circula de maneiras e em velocidades diferentes.

Para impulsionar o interesse pelo conteúdo em suporte digital e o seu uso rotineiro, a professora Mirhiane Mendes de Abreu¹⁵⁸ aposta na escola como estratégia

¹⁵⁶ Neves é gerente de marketing e de projeto editoriais na editora Pearson Clinical Brasil. Há mais de 12 anos no mercado editorial, trabalhou na Editoria Planeta e Cosac Naify. É formada em comunicação social pela FAAP e tem pós latu sensu em psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae. Encabeçou um projeto de biblioteca digital *on demand* (<https://biblioteca.pearsonclinical.com.br/>) no qual 90% dos livros do catálogo de 700 livros, foram convertidos em PDF/ePub.

¹⁵⁷ Ana Elisa Ribeiro é doutora em Linguística Aplicada pela UFMG, com mestrado e doutorado em leitura em ambientes digitais. É professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, onde atua nas linhas 3 (educação, linguagem e tecnologia) e 4 (edição, linguagem e tecnologia), orientando mestrandos e doutorandos. É autora de diversos livros literários e acadêmicos. Publicou a coleção *Leve um Livro*, que tem site e a preocupação de ser também digital. São livros de poesia contemporânea impressos e disponíveis no site do projeto (www.leveumlivro.com.br).

¹⁵⁸ Mirhiane Mendes de Abreu é Professora Adjunta de Literatura Brasileira da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduada em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é mestre e doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde também realizou o pós-doutorado. Seus estudos de pós-graduação versaram sobre os romances indianistas de José de Alencar, de que resultou o livro *Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar*. Desde o pós-doutoramento, vem desenvolvendo projetos de pesquisa acerca de Ronald de Carvalho. Atualmente, é colaboradora do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da Universidade Nova de Lisboa (IELT/UNL) como parte da equipe “modernismo.pt - Arquivo Virtual da Geração Orpheu”. Pertence também ao grupo de pesquisa “Leitores e Leituras na contemporaneidade”.

e informa que, desde 2014, o edital do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) contempla a possibilidade de inclusão de conteúdo digital em livros didáticos.

Contrariando as expectativas depositadas na mediação, seja escolar ou de outra natureza, para o incremento de leitores em tela, o escritor Roberto Taddei¹⁵⁹ não acredita que sobre muita margem para a expansão dos livros digitais no Brasil:

Nos EUA, que é um mercado muito maior que o Brasil, o percentual parou de crescer. Com isso acho que chegamos a um impasse. Os livros digitais vieram para ficar, mas serão apenas uma fração do todo, como os audiolivros. Talvez tenhamos potencial para fazer esse número crescer um pouco mais, mas não muito. Dificilmente chegaremos aos 10% dos EUA. Nem mesmo na Europa se conseguiu isso. Aumentaremos o número certamente quando tivermos mais leitores. O que é um problema de outra natureza. Quando as questões de popularização dos acessos à internet se debatiam com mais vigor no Brasil, essa era uma questão esperada. Com mais usuários com acesso à rede, mais leitores teríamos. Isso não se comprovou. A difusão de celulares com acesso à internet hoje é maciça no Brasil, mas os índices de leitura não acompanharam o movimento, apenas reproduziram as desigualdades já encontradas anteriormente.

Tal como defendido por Taddei, que aposta na estabilização das publicações digitais, Leite considera que o livro digital já teve um tempo considerável de amadurecimento no Brasil:

Não vislumbro uma mudança comportamental que impacte de maneira relevante o consumo de livros digitais por aqui. Já não se trata mais de falta de conhecimento da sua oferta ou de hábito. Certamente o buraco é mais embaixo do que apenas uma tendência de mercado.

Aguiar insiste, o desempenho do suporte vai acompanhar o dos leitores:

Se a pergunta se refere a e-books, vai estabilizar, acompanhando o crescimento do número de leitores, que é lentíssimo ou nenhum. Se refere-se a publicações que podem ser lidas pela internet, aí acho que é outra coisa. Na proporção inversa, acho que a leitura se dará cada vez mais pela internet.

¹⁵⁹ Taddei é autor dos romances *Terminália* (2013) e *Existe e está aqui e então acaba* (2014). É Coordenador da pós-graduação em formação de escritor do Instituto Vera Cruz. Em 2010 coordenou e produziu um documento com propostas e diretrizes para orientar políticas públicas do setor do livro, encomendado pelo MinC. O estudo propõe a criação de um Comitê de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento no Brasil, e a implementação de um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento no país.

Também Dias faz uma diferenciação entre o livro fechado em formato eletrônico e publicações disponíveis na internet ou em aplicativos, e aposta num crescimento da leitura dessas publicações. Sem inovação por parte das editoras tradicionais, ela alerta, autores e leitores vão preferir se concentrar em plataformas como Wattpad e Amazon.

Contra uma resposta generalista, Florissi arrisca uma previsão diferenciada para cada segmento do mercado editorial:

Na minha opinião e considerando-se algumas possíveis divisões do mundo editorial:

1. DIDÁTICOS e CTP¹⁶⁰ – Crescimento certo e contínuo
2. INFANTIS e JUVENIS – Idem, com a tendência a manter o livro impresso como produto principal e a ter áudiolivros, aplicativos, plataformas etc como produtos secundários
3. RELIGIOSOS – Crescimento gradual e manutenção da leitura híbrida
4. OBRAS GERAIS – Crescimento rápido, leitura segmentada e manutenção da situação híbrida.

Como Florissi, Ribeiro também vê espaço para os livros acadêmicos, mas já é mais hesitante em relação aos livros de literatura:

Já se viu, por exemplo, que livros ligados ao universo acadêmico podem ganhar espaço se digitais e perder se impressos. Com as revistas científicas isso já ocorre e é evidente. Livros de consulta, de maneira geral, que têm um uso muito peculiar, tendem a se tornar digitais, como já ocorreu às enciclopédias e aos dicionários. São todos, afinal, livros. Já a literatura tem mostrado um ritmo diferente. Mesmo pessoas muito jovens podem preferir comprar livros de papel.

Ela observa um aspecto interessante em relação a celebridades digitais que, se leem ou não no digital, geram como subproduto da fama livros em papel:

Nesse sentido, é interessante notar como Youtubers ou outros agentes diretamente ligados às práticas digitais tenham tanto interesse em publicar livros de papel. E as editoras demonstrem interesse neles. Não é à toa. Penso que as práticas de leitura ditam isso e que não há exatamente uma concorrência entre os meios, mas uma interpolação entre os objetos e as práticas das pessoas.

¹⁶⁰ Livros científicos, técnicos e profissionais.

Na contramão, Schroeder acredita que há uma grande frente de oportunidades para o crescimento de todos os segmentos:

Sem dúvidas, os livros técnicos e universitários irão crescer exponencialmente nos próximos anos, pela facilidade de se encontrar nas plataformas, pela rapidez da compra. Mas todas as áreas do conhecimento e da ficção devem crescer muito nos próximos anos no formato digital, é o futuro, não adianta torcer contra. É claro que sempre haverá o culto ao livro de papel, principalmente na ficção.

Em concordância com Schroeder, Lindoso vê que ainda há um espaço considerável a ser ocupado, na medida em que os editores disponibilizem os livros nesses formatos, usando o protocolo Epub 3, que, aponta, é o atual padrão internacional de formatação. Para ele, as facilidades logísticas proporcionadas pelo livro digital estão longe de ser exploradas, assim como as do POD (Print On Demand).

Mas, como outros entrevistados, Lindoso critica a falha das editoras na difusão do formato:

Muitas editoras ainda não disponibilizam os títulos publicados na forma de e-books, seja por minimizarem a importância econômica, ou por não entenderem vários aspectos da questão. Alguns contratos mais antigos não incluíam a licença para publicação digital, e há editoras que nem se dão ao trabalho de atualizar isso entre autores ou herdeiros.

Também para Neves as publicações digitais têm tendência a crescer, “porém não substituirão o mercado de livros impressos”. Evitando um exercício de presciência, Abreu também espera que haja crescimento, acreditando que assim o formato eletrônico poderá “ampliar o acesso à leitura”.

4.2 Digital x impresso

Essa dualidade, como visto nos capítulos anteriores, ocupou um espaço significativo nas abordagens sobre o livro digital. Nosso objetivo ao trazê-la de volta é assuntar até que ponto essa oposição entre um suporte e outro ainda faz sentido atualmente,

quando se verifica uma convivência nada ameaçadora entre os dois. Curiosamente, Florissi recusou-se a responder alegando considerar a questão óbvia e ultrapassada. Mas foi a única. Os demais entrevistados descreveram as principais características que podem a levar à preferência por um ou outro, sem o espírito de adversidade visto nos capítulos II e III. Na sua comparação entre o suporte digital e impresso, Abreu vê vantagens em ambas as plataformas: “O livro digital tem baixo custo, é ecologicamente mais viável, não ocupa espaço. O livro impresso é tátil e está no terreno do fetiche. Além disso, o leitor que aprecia anotação, em geral, prefere anotar na folha do livro”.

Praticidade, economia de espaço e preço menor são fatores do digital também apontados como vantajosos por Schroeder, Neves e Aguiar. Quanto à preferência pelo impresso, associam aspectos do âmbito sensorial, afetivo. Schroeder destaca ainda as percepções possíveis no contato com cada tipo de “capa, texturas e vernizes, papel do miolo, seu peso e cheiro”.

Sem enxergar diferença na textualidade entre um suporte e outro, para Leite, a diferença principal entre o digital e o impresso seria a ordenação perceptível e legitimadora, baseada em curadoria, que, em sua opinião, está ausente no digital. Contrariando Stuart Hall, citado no segundo capítulo dessa pesquisa, Leite insinua a necessidade não apenas de um mediador, mas de um tutor para o leitor se situar no emaranhado de informação disponível no digital. Também não elabora métodos de promoção de autonomia do sujeito perante o excesso informacional, como defendem os teóricos da apropriação cultural:

Podemos nos perguntar, acerca dos ambientes massivos de apresentação do livro digital: onde fica a curadoria que legitima e apresenta esses conteúdos?

Me pergunto isso não perdendo de vista, em nenhum momento, que o papel do mediador é crucial junto ao livro, que é ele, o mediador, que abre os caminhos de distinção para que determinada publicação seja percebida fora da lógica comercial, de vendas – podendo este mediador, em papel de amplo espectro, ser um professor escolar que adota uma publicação, um editor que escolhe publicá-la, um jornalista que decide resenhá-la, um booktuber que comunica seu efeito de leitura, e muitos outros sujeitos capazes de chamar atenção e despertar desejo por determinada leitura.

Portanto, se o leitor médio brasileiro não tem informação/conhecimento, tampouco autonomia técnica para encontrar e selecionar livros em bibliotecas (curadoria bibliográfica), ou em livrarias (curadoria mercadológica), imagine como usuário “sozinho” na rede, em que é difícil encontrar um centro, um pólo notadamente legitimador e apresentador dessas publicações – centro este que, mesmo que não seja capaz de falar de

fruição, prazer, qualidade, seja ao menos eficiente em posicioná-lo quanto a critérios que vão além do interesse puramente mercadológico.

Ela também chama atenção para a importância da “filiação” da publicação:

O aspecto da coleção de livros, algo cuja imagem mais pungente é a biblioteca, se perde com os livros digitais. Com eles, a consolidação dos títulos de um leitor-colecionador em um único aparato de mídia, ainda que ordenados em arquivos e pastas (gesto possível de curadoria), retira a visualidade da coleção (algo cuja importância a História aponta ao registrar os processos de leitura ao longo dos séculos); e isso, como consequência, desordena ou ao menos dilui a imediata filiação entre textos conforme proposta pela lógica visual da biblioteca.

Pensando na maioria dos ambientes digitais contemporâneos (ou pelo menos naqueles que exercem visibilidade massiva, como as lojas virtuais), os livros digitais seguem uma catalogação mercadológica, lógica de marketing, não se correspondendo com uma “origem” ou uma “linhagem” bibliográfica legitimadora - que, desejável ou não, exerce distinção.

Apontamos ainda nesse ponto que, assim como as lojas virtuais, também as físicas, com algumas exceções, obedecem a uma lógica de exposição mercadológica. Quanto às bibliotecas virtuais particulares, podem se tornar visíveis ou públicas, de acordo com o interesse de cada leitor. As redes sociais de leitores estão aí para provar como é fácil expor as preferências literárias, como a Goodreads.¹⁶¹

Lindoso chama mais a atenção para aspectos técnicos do digital, que para ele, estão em evolução:

Os e-readers mais comuns (Kindle e Kobo), são ótimos para os livros de texto corrido e são inadequados para o aproveitamento total das vantagens e flexibilidade do padrão Epub 3, que funciona muito melhor em tablets, notebooks e laptops. Os livros editados em Epub 3 e acessíveis em tablets permitem uma riqueza enorme. Veja a edição da coleção de títulos do Elio Gaspari, editados pela Intrínseca. Fizeram um trabalho magnífico, que deixou o produto muito mais rico que a edição mais simples para Kindle/Kobo, e mesmo que dos livros impressos. O fato é que a tecnologia e-ink, usada nos readers mais simples, ainda não disponibiliza publicações coloridas, e por isso mesmo dificulta o aumento do mercado para livros infantis e livros de arte em geral. Mas as pesquisas estão bem avançadas, e acredito que em breve haverá acesso a tecnologias de ponta disponíveis mesmo nos readers mais simples.

Dias vê como vantagens do digital as funcionalidades que oferece:

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/listas/noticia/2015/07/conheca-11-redes-sociais-e-apps-para-apaixonados-por-livros-e-escretores.html>>.

Não precisa ser nada grandioso nem complexo tecnicamente, basta que agregue valor em relação à experiência normal. Fazer buscas e mudar a fonte, por exemplo, são recursos simples e úteis, assim como achar palavras no dicionário automaticamente.

Também centrando-se em aspectos técnicos, Ribeiro aponta como característica do digital a falta de formato definido, o que lhe confere alguma versatilidade:

O básico sabemos: a natureza das tecnologias é diferente, o que traz também diferenças em seus modos de circulação e consumo. O livro impresso não depende de outro meio para ser lido, como ocorre ao livro digital. Aliás, o livro digital pode ser um pdf, um aplicativo, um software. Ele não tem um formato definido e talvez nem vá ter. Há pesquisas apontando como as pessoas misturam tudo, usando ora um, ora outro, preocupando-se com sua conveniência. O principal, acho, é que são tecnologias diferentes que promovem circulações e mesmo modelos de negócio diferentes. Mas é bom pensar que a produção dos livros impressos é digital até a saída para a gráfica, há décadas. Isso nos ajuda também a relativizar essa ideia furada de que o livro impresso seja impresso desde o início. Só é impresso desde o início o livro tipográfico, já quase extinto, mas elevado a objeto de arte, nos dias de hoje.

Se colocarmos de lado as diferenças óbvias entre livros digitais e impressos, relativas à materialidade do suporte, os entrevistados destacam, curiosamente, os pontos de continuidade. Por exemplo, a maioria dos escritores brasileiros ainda não escreve pensando em otimizar os recursos digitais. Simplesmente escreve. Cabe à editora fazer os ajustes técnicos necessários para a sua formatação. Ainda que a tecnologia avance no sentido de garantir mais praticidade ao editor e mais conforto no ato de leitura, o digital ainda teria que vencer uma barreira simbólica, de sacralização do livro, conferida ao impresso, para atrair mais leitores. Terá também o mesmo problema do impresso – o de formação de público.

4.3 As similaridades entre livros digitais e impressos

Com o crescimento exponencial da busca por informação, a integração de plataformas de comunicação em um único dispositivo passou a ser comum – como usar a TV para navegar na internet ou o celular para assistir TV ou ouvir rádio (VINCE; EARNshaw, 1999). Ainda que o livro digital tenha potencial para abarcar todas

essas ferramentas, o seu uso no Brasil ainda é relativamente elementar, como afirmou Ribeiro, para quem é preciso arriscar mais:

É questão mesmo de experimentar, tentar propor. Na sequência, vem o leitor com suas práticas, que também precisa dos recursos e de uma aprendizagem nova sobre como ler isso, fruir. Popularizar livros digitais significa também ampliar infraestrutura e o acesso aos equipamentos, o que nem sempre é possível. Mesmo livros infantis digitais não alcançaram toda a potência de algo que pode ser digital.

Leite também vê falta de preparo técnico por parte dos produtores do livro, a começar pelo autor até à disposição (técnica e intelectual) do leitor médio para manejar esses recursos fora do terreno lúdico:

Veja que a indústria dos games explodiu de maneira impressionante com o digital, portanto sabemos que os usuários são capazes, sim, de utilizar recursos, de “ler” intertextualidades na tela, de lidar com cenários complexos de estímulos e de tomada de decisão. Mas isso aconteceu no campo lúdico, do entretenimento. Mesmo no jornalismo, por exemplo, que migrou fortemente produção e recepção para o digital (ou seja, há um lastro de experiência já mapeada por eles) o uso desses recursos é extremamente acanhado.

A falta de formação no mercado editorial também é apontada por Taddei como motivo para que o livro digital seja tão parecido com o impresso:

Justamente porque esses recursos o afastam da experiência da leitura e se aproximam da experiência dos apps, dos aplicativos. Esses livros concorreriam, portanto, com uma oferta muitíssimo mais sedutora. Se poderia investir nisso, mas é tarefa diferente da edição de livro, apenas. Estamos no universo dos apps com narrativa. Mas não temos formação para isso no mercado editorial.

Florisse apresenta novamente o que considera uma aversão por parte do mercado editorial ao risco, falta de interesse em pesquisas e na prática de se testar o que será melhor digerido pelo mercado de agora em diante. Opinião com a qual Aguiar concorda, confessando, por outro lado, que duvida da necessidade de alteração do formato, no caso de livro para adulto.

De fato, o processo de produzir livros digitais com recursos que permitam a navegação por várias linguagens, é realmente mais caro e exige maior habilidade técnica. Na opinião de Lindoso:

Os editores custaram a perceber que a simples transformação do arquivo em programas de editoração eletrônica para o formato digital não é tão simples como parecia. É necessário efetivamente um trabalho editorial específico, muito maior em se tratando de produtos com a chamada convergência digital. De qualquer maneira, o segmento mais usado – e que foi popularizado com grande sucesso pela Amazon, é o do livro texto, corrido e, eventualmente, com ilustrações muito esquemáticas. Se essa transformação, mais simples, ainda não foi totalmente absorvida pela indústria editorial brasileira, a segunda etapa, então...

Dias alega que os produtos menos conservadores preponderam porque os que apresentam recursos “convergentes” têm funcionalidades vistosas que na prática não acrescentam nada à experiência de leitura. Ainda pontua que não há uma fórmula nesse sentido:

cada tipo de conteúdo ganha com funcionalidades distintas. Busca pode ser ótimo em livros adultos, já nos infantis animações e áudio podem ser mais importantes. Assim como no papel, cada tipo de história pede recursos específicos.

Outros entrevistados têm uma visão mais otimista. Seja como plataforma de convergência digital ou não, Schroeder acredita que o segmento de digitais vai se desenvolver, da mesma forma que aconteceu em outros países:

É um processo, é preciso ter mercado, investimento das editoras e público para isso. Nos EUA isso está bem avançado, mas lá o digital tem uma fatia mais substancial do mercado. Em breve isso será uma realidade por aqui também.

Na mesma linha, Abreu reitera que “se as escolas investirem no conteúdo didático digital esses recursos se tornarão mais populares”.

É possível argumentar que nem no Brasil nem no exterior, os dispositivos de leitura de livros digitais (Kindle, Kobo etc.) são exemplos icônicos de avanços tecnológicos. É indicativo que as principais empresas de tecnologia (Microsoft,

Apple, Google) se mantêm distantes do mercado de e-readers. Os equipamentos estão longe, como afirmou Schroeder, de se tornarem plataformas de convergência tecnológica. Ainda que já seja possível a integração de diversos recursos e fontes de informação com o iBook - o aplicativo distribuído pela Apple (anunciado em 2010), e que pode ser usado nos celulares, computadores e tablets da marca americana - na prática a convergência tecnológica só vai chegar aos livros quando se popularizar o hipertexto:

Diferentemente do texto escrito, que em geral compele os leitores a lerem numa onda linear – da esquerda para a direita e de cima para baixo, na página impressa – hipertextos encorajam os leitores a moverem-se de um bloco de texto a outro, rapidamente e não sequencialmente. Considerando que o hipertexto oferece uma multiplicidade de caminhos a seguir, podendo ainda o leitor incorporar seus caminhos e suas decisões como novos caminhos, inserindo informações novas, o leitor navegador passa a ter um papel mais ativo e uma oportunidade diferente da de um leitor de texto impresso. Dificilmente dois leitores de hipertextos farão os mesmos caminhos e tomarão as mesmas decisões. (MARCUSCHI, 2007)

4.4 Um caminho fácil para o entretenimento?

Entretenimento é aquilo que diverte, distrai, entretém; arte, segundo o Houaiss, é a “produção consciente de obras, formas ou objetos voltados para a concretização de um ideal de beleza e harmonia”. Outro dos debates associados ao livro digital é o risco de tornar o livro – visto como um elemento de cristalização da arte – um objeto de recreação à medida que o digital vai ganhando novos recursos tecnológicos e de interatividade.

Sobre essa possibilidade a maioria não vê relação clara entre esse fenômeno e o suporte. É o caso de Taddei, Florissi e Abreu, que, pelo contrário, consideram os digitais interativos excelentes recursos de aprendizagem. Também para Aguiar, o digital pode ser um recurso pedagógico valioso:

Mas é claro que, se crescer esse mercado, haverá imensa oferta de títulos de entretenimento, sem tanta preocupação pedagógica. Seria algo como acontece nas livrarias, com listas de mais vendidos ocupadas por best-sellers.

Dias não vê o entretenimento como vilão. Na mesma linha, Leite considera o

entretenimento como uma porta de entrada importante para formação de leitores:

Quem disse que ler não pode ser divertido, ou que para ser intelectualmente estimulante um processo de leitura não pode ser entretido? Sinto, de verdade, que é fundamental contornarmos os binarismos redutivos para nos adaptarmos aos tempos. O caso todo é que costumamos parar no primeiro degrau, ou seja, num entretenimento manejado pelo mercado, focado no consumo, divulgado de maneira massacrante pela mídia. Para mim é algo parecido com a polêmica que se coloca sobre os livros de youtubers: o fato deles existirem é essencialmente ruim? Ou ruim é não sermos capazes de fazer esses milhões de leitores enganchados pelo marketing editorial seguirem seus caminhos de leitura para outras vertentes, em uma continuidade de vida de leitura?

Ainda que declare não ter receios, Ribeiro prefere manter uma postura de observação, de pesquisadora:

Preciso entender o que se passa, mais do que defender um lado ou outro. Já digo que nem concebo que haja um lado ou outro. Está tudo misturado. Se os livros digitais se tornarem entretenimento, será um resultado de um processo de produção e recepção. Há livros impressos que também são puro entretenimento.

Como Ribeiro, Lindoso lembra que há livros impressos que se reduzem exclusivamente a álbuns de colorir, aludindo ao projeto editorial que teve a adesão das principais casas editoriais brasileiras e foi um fenômeno de venda, sendo indicado ao posto de salvador do mercado livreiro em 2015:

Além do mais, entretenimento é o que predomina por todos os lados. Ou você acha que essa proliferação de bloggers, vloggers e os escambaus, adolescentes fascinados pelo acesso online descarregam (ia dizer vomitam) suas platitudes é algo mais que entretenimento? E nem discuto a qualidade...

Para Neves também depende muito do público consumidor-alvo de cada tipo de literatura: “Acredito que a interatividade pode engajar mais novos leitores e despertar interesse em obras de qualidade”.

Assim como Neves, Schroeder vê espaço não só para o consumo como também para a criação de boas obras:

Talvez sim, mas quem sabe surja um “Jogo da amarelinha” digital nesse caminho e as próprias vanguardas literárias se aproveitem disso. Há anos os livros-brinquedos e os livros de entretenimento (hoje, de youtubers e gamers) são os que impulsionam e mantem o mercadão. Há nichos e mercados para todos.

A rigor, e à luz dos estudos culturais, as diferenças entre as boas obras e aquelas de entretenimento não são dadas a priori. Bom é um conceito instável, sempre em construção. Mas enquanto um produto de entretenimento tem como objetivo maximizar audiências e retornos comerciais, tende-se a considerar uma obra de qualidade como aquela com menos disponibilidade para fazer concessões de linguagem, o que afetaria sua qualidade artística. No que diz respeito aos livros digitais, o debate não tem que ser maniqueísta. Tal como o cinema ou o teatro, o livro – digital ou impresso – pode ser adotado por obras de ambas as índoles. Um leitor, como disse Leite, pode iniciar sua trajetória por livros fáceis e chegar a outros mais exigentes.

4.5 Interferências da forma e meio na concepção e recepção do conteúdo

No capítulo 2 desta dissertação analisamos em detalhe as transformações experimentadas pelo livro, de rolos de pergaminho ao códice, do códice ao impresso e do impresso ao digital. Destacamos também que cada alteração no formato afetou a forma como o conteúdo é exposto e recepcionado. A maioria dos entrevistados, como Taddei, Neves e Florisse, é também categórica ao se posicionar sobre este tema. Para eles, o formato do livro interfere diretamente na forma como ele é recepcionado. Na mesma linha, Ribeiro afirma que nem se trata de opinião: “Os sentidos podem ser construídos a partir de todos os signos de um livro. Forma e meio certamente estão entre eles”.

Schroeder vê possibilidade de o autor tirar vantagem disso:

A literatura é um jogo e a forma do tabuleiro pode mudar algumas regras. Se você produzir um livro exclusivamente para o meio digital, terá que pensar nisso, na distribuição dos capítulos, na maneira que o leitor receberá o livro.

Abreu acredita que “desde que o conteúdo seja apresentado de maneira organizada, a interferência da forma e o meio é reduzida”. Por outro lado, Leite se divide:

Sim e não. Quando as colunas e matérias jornalísticas (cito este mercado por considerar que eles estão à frente no consumo de conteúdo digital em relação ao literário) começaram a sair nos sites, esperava-se que o espaço ilimitado do online em comparação à limitação de espaço do papel permitisse textos mais longos, mais abrangentes. No entanto, com o tempo essa liberdade não se comprovou, visto que os próprios leitores mostraram-se incapazes de ficar mais do que x minutos interessados no mesmo texto (o x virou a regra de ouro da audiência). Os critérios restritivos de colunagem e número de linhas dos impressos são representados no online pelo tempo demandado de leitura (muitos sites inclusive avisam ao internauta quanto tempo determinada leitura lhe tomará). No fim das contas a briga ainda é por atenção e concentração.

Acreditamos que, ao contrário de Leite, não devemos olhar o leitor como uma massa uniforme. Cada um tem o seu repertório e exercita a leitura de modo singular (CHARTIER, 1998).

Temos experiência na revista *Pessoa* – publicação que não estipula um teto máximo de caracteres para seus autores – de textos muito longos que tiveram boa aceitação do público, como é o caso de artigo de Rafael Cardoso sobre o ator Alexandre Frota.¹⁶² O que não podemos garantir é se o leitor leu o artigo num suporte digital ou se o imprimiu para lê-lo no papel. Para Lindoso, as pesquisas aos quais teve acesso sobre o tema são inconclusivas:

Sei até de algumas pesquisas sobre isso, mas inconclusivas. Muitas das reclamações partem de uma suposta dificuldade para fazer marcações e anotações nos livros digitais. Que são feitas, ao que me parece, por pessoas que já rejeitam o formato mesmo sem tê-lo usado. O uso dos recursos do Epub 3 pode, sim, provocar em alguns autores a vontade de explorar novas formas de expressão. Que são, foram e serão exceções. Lembrem-se das experiências gráficas dos concretistas... Tem gente que ainda reclama do “cheiro de livro novo”. Vai ver que a Johnson&Johnson logo lança no mercado um spray com cheiro de livro novo, cheiro de livro com vinte anos de ácaros, cheiro de livro mofado. Por aí...

¹⁶² Disponível em <https://www.revistapessoa.com/artigo/2422/o-brasil-solta-o-frota-interior>. Acesso 5 de novembro de 2017.

4.6 Novos modos de fazer literário

Uma das questões que mais mobilizam estudos no campo digital referem-se às possibilidades que o suporte oferece para a ampliação de novas formas na criação literária. Entre os nossos entrevistados o tema não é consensual. Lindoso, por exemplo prefere não vincular diretamente a experimentação literária ao suporte: “O que acontece hoje se dá pela facilidade (muitas vezes superestimada) de publicação. Se papel aguenta tudo, o digital possibilita a muita gente ‘experimentar’ verdadeiros nonsenses”.

Para Schroeder, ainda que o digital possa fertilizar novas experiências, não é o bastante para ser considerado o principal recurso para a criação: “No campo da literatura a ferramenta mais poderosa é a imaginação. O digital vai ter que encontrar a sua maneira de lidar com isso, e acredito que é possível criar novas experiências, sempre”.

Também Ribeiro afirma que todos os formatos têm condições que levam à exploração, a diferença é que o digital oferece uma plataforma suplementar de criatividade:

Certamente, dada a natureza do meio. Um livro impresso pode e sempre pôde trazer experiências literárias novas ao leitor quando pensamos que a linguagem precisa ser experimentada, revolvida, remexida. Nisso, vários escritores inovaram, mesmo quando ainda não existia livro digital. O digital pode dar outras condições de se propor uma obra literária, inclusive aliando mais linguagens, mais modalidades, como o som, para dizer algo bem simples. Há tentativas nesse sentido e pesquisadores debruçados sobre isso, mas ainda não ocupam um espaço hegemônico de pensamento.

Taddei, porém, relativiza:

Abre algumas possibilidades, mas que já estavam contidas na experiência da interatividade da internet como um todo, nas linguagens HTML e hoje, HTML5 ou formatos de ePub mais sofisticados. Há, desde o início da internet, inúmeros exemplos de autores que tentaram escrever livros “interativos”. Passamos pela época dos CR-ROMs, das narrativas com hiperlinks, com vídeos, sons, etc. E voltamos aos livros impressos.

Na mesma trajetória, Aguiar vislumbra um cenário de acréscimo, não de substituição, com o surgimento de opções novas: “Penso que podem ser feitas

experiências com texto e audiovisual; livro e entretenimento; games. Mas não me parece que o formato que conhecemos irá desaparecer. Nada disso”.

Outros entrevistados são mais enfáticos relativamente à natureza exploratória do digital. Abreu acredita numa maior possibilidade de experimentação por intermédio do digital, a começar pela interação entre público e fazer literário. Ela salienta que por conta dessas possibilidades alguns escritores “já iniciam a carreira no ciberespaço”. Dias não tem dúvidas de que o digital abre novas possibilidades.:

Hoje em dia já se fala em “chat fiction” como um gênero, por exemplo, e há diversos apps dedicados a isso: Amazon Rapids, Tap (do Wattpad), Hooked. Se essas experiências terão permanência, é outra história — mas com certeza aprenderemos com elas, que é o fundamental para a inovação.

Do mesmo modo pensam Florrisi, Neves e Leite. Para Leite, a possibilidade “se dá na criação, em termos de linguagem, mas também na recepção, do ponto de vista técnico”. Como discutimos atrás, as possibilidades abertas pelo hipertexto são infinitas, mas esta realidade ainda não foi massivamente explorada e não pauta a maioria das experiências dos leitores brasileiros.

4.7 Contribuição para a diversidade bibliográfica e o fenômeno da autopublicação

Seguindo os passos da gigante Amazon, surgiram várias plataformas de autopublicação, até mesmo entre grandes editoras e livraria, como a Leya e a Livraria Saraiva. O serviço permite que o autor envie seu material em formato Word, para ser transformado automaticamente em ebook e colocado imediatamente à venda. Supõe-se que a facilidade da publicação digital – seja ela realizada por editoras ou pelos próprios autores, – poderá levar à inclusão bibliográfica, já que teria facilidade de absorver os autores que estão à margem do sistema ou não são considerados “vendáveis”.

Para Aguiar, a facilidade não é exclusiva do livro digital, visto que isso já tem ocorrido com o livro impresso.

Com as novas tecnologias, ficou mais barato ter uma pequena editora e vão surgindo iniciativas que aproveitam os mais diversos nichos. Sim, talvez possam se multiplicar esses projetos editoriais no caso do crescimento da base de leitores que usam e-readers.

Dias argumenta que amplia o leque de publicações, ou seja, nesse sentido é mais inclusivo, o que não significa necessariamente uma maior diversidade: “Muita coisa continua repetindo fórmulas consagradas, só que agora em maior escala”.

Para Abreu, Neves e Florrisi a contribuição é para a inclusão autoral é, de fato, notória. Florissi indica que “os resultados alcançados pelas plataformas de autopublicação digitais são excelentes, principalmente com a possibilidade de impressão sob demanda, na quantidade de exemplares desejada”. Schroder destaca também que essa é a grande virtude do digital:

Ele poderá contribuir para a bibliodiversidade, há muito mais facilidade na publicação, já que é muito mais barato montar uma editora digital ou mesmo se autopublicar gratuitamente. É uma grande ferramenta de popularização da edição.

Taddei concorda, mas vê pouco efeito nos índices de leitura: “É um recurso fundamental para a difusão de títulos, mas não creio que gere alterações nos números do mercado”.

Lindoso acredita que contribuição do digital é relativa e depende da capacidade do autor encontrar o público-alvo que, em teoria, o espera:

É sempre bom lembrar que o livro só existe, realmente, com o ato da leitura. Se o livro não é lido, não existe. Por isso, a forma de acesso não elimina questões muito mais profundas e sérias. Ed Nawotka, que é um dos mais conhecidos especialistas do mercado editorial internacional, me disse, em conversa aqui em São Paulo, que as estimativas de leituras da grande maioria dos livros digitais é precisamente a mesma dos livros impressos autopublicados. Leem papai, mamãe, tia, primos e os amigos mais próximos, e para por aí.

Como sempre foi, publicar é apenas a primeira etapa da jornada. Ser lido é que é o busílis. Existe também a ilusão de que qualquer livro pode atingir um grande número de leitores. Gabriel Zaid, um ensaísta mexicano extremamente perspicaz, desmontou há muito essa história. Seu ensaio *Livros demais?*, que traduzi (Summus), mostra isso com clareza. Ou, como digo no prefácio: existe certamente um número de leitores para um livro que trate de aranhas transgênicas. Mas, certamente, o número dessas pessoas é reduzido. Se o autor achar que vai vender que nem um autor de best-seller, está ferrado. Diz o Zaid que cada livro tem um determinado número de leitores, que é mais estreito na medida em que o livro é mais

especializado. O grande problema é fazer esse livro chegar às mãos dos leitores que, em tese, o esperam. O resto é cascata.

Por outro lado, ele nota que grandes grupos editoriais, nos EUA e na Europa, já têm plataformas de autopublicação:

Estas funcionam como campos de testes. Vendeu bem, teve repercussão, a nave mãe oferece um contrato. E mais, existem programas que fazem uma espécie de “autópsia” dos originais, o “DND”, como eles dizem, que chegam nas editoras e normalmente vão para a chamada slush pile. Esses programas dissecam e classificam tramas, objetos presentes no texto e uma multidão enorme de componentes. Foi assim que o mercado foi rapidamente inundado por um monte de títulos parecidos com o *Cinquenta tons de cinza*. As editoras acionaram os resultados desses programas e detectaram de imediato todos os textos do tipo pornô soft para senhoras desesperadas ou masturbadores latentes que haviam chegado. E despejaram.

Assim como Lindoso, Leite vê ainda uma contribuição limitada à teoria, mas com potencial transformador:

A lógica da visibilidade é perversa. Por enquanto, percebo mais como um gesto de resistência (que é por si só valiosíssimo, importante e desejável) do que de efetiva alternativa ao mainstream. Contudo, sinto que é uma estratégia muito relevante, embasadora, que o digital crie e encabece uma nova agenda, para toda a cadeia (de autores a leitores), de reconfiguração do que entendemos por visibilidade. E, logo, de reconfiguração do que é legitimidade editorial de um selo digital. Me parece urgentíssima uma nova compreensão, adaptada aos tempos, de que “colocar luz” é um gesto que deve assumir a potência e relevância dos nichos. Que falar para nichos é tão estratégico/economicamente produtivo, quanto relevante na geração de discurso público (entendendo que “público” já não pode ser mais a capa de jornal, mas o que se coaduna e dialoga com as múltiplas agendas sociais que guiam cotidianos). Talvez isso gerasse mais produtividade e menos frustração.

Para Ribeiro a visibilidade também é uma questão importante para o sistema digital:

O digital facilita a circulação desses novos e marginais, em relação ao mercado mainstream, mas não sei se facilita de fato. Há cada vez mais bibliografia... mas não sei se isso ameniza as dificuldades de circulação real, de ser lido de verdade, de ganhar visibilidade e de ser legitimado.

Pelas afirmações, podemos concluir que a viabilidade autoral se tem materializado em grande parte no digital por intermédio da autopublicação, suposição levantada na introdução dessa pesquisa. Apesar do seu custo menor, as editoras tradicionais têm mostrado a preferência por não correr riscos, cooptando para seus catálogos autores que se destacaram por conta próprio no digital. Um exemplo dessa estratégia é o livro *Cinquenta tons de cinza*, da escritora E.L. James, que só foi comprado pela Random House e comercializado no formato físico depois de ter sido autopublicado.¹⁶³

Por facilitar a circulação de autores e livros que não tinham voz nem espaço, como afirma Schroeder, ou garantir mais autonomia ao autor, como afirma Leite, e romper com as lógicas institucionais, à margem da legitimação tradicional, a maioria dos entrevistados considera positivas as ferramentas de autopublicação. “É claro que sai muita coisa ruim, muita mesmo, mas a peneira chamada tempo cuidará deles”, afirma Schroeder.

Para Dias um autor bem preparado pode se dar muito bem no digital, é daí que vem a consagração, no seu entender. Florissi também acredita que a diferença vai ser feita de acordo com a qualidade do livro, defendendo ainda que o sucesso depende sempre de uma passagem pela experiência editorial.

Na nossa perspectiva é importante relativizar o conceito de sucesso. Se for medido pelo volume de venda, os livros digitais de maior alcance não se enquadram na categoria de alta literatura. No Brasil, o livro *Aposta*, de Vanessa Bosso, uma das autoras que mais despontam nos rankings, foi baixado mais de 10 mil vezes até junho de 2015.¹⁶⁴ A publicação, que conta a história da primeira experiência amorosa de uma jovem, foi completamente ignorada pela crítica especializada. Vale dizer que os livros em papel também classificados como de entretenimento raramente são resenhados pelos suplementos e pelas revistas relevantes de literatura no Brasil. A diferença no digital, é que mesmo as obras de autores mais incensados não são resenhadas quando lançadas apenas no formato e-book. Ainda assim, consideramos importante, sublinhar a diferença entre sucesso de venda e sucesso de crítica.

¹⁶³ “Apesar de revelar novos autores, autopublicação ainda gera pouco lucro”, **O Globo**, 14 out. 2014.

¹⁶⁴ “Autores independentes brasileiros elogiam alteração na remuneração feita pela Amazon”, **O Globo**, 24 jun. 2015.

Esse é um ponto crucial na análise de Ribeiro. Para a professora universitária, a autopublicação sempre existiu e as tecnologias fazem apenas com que se torne mais popular, viável e barata, ampliando-se a circulação de livros. No entanto, argumenta, “o processo não para por aí. Há um trajeto na legitimação e na circulação de valores que não passa apenas pela tecnologia usada”.

Na mesma visão, Lindoso considera que “o digital facilita mesmo é a ilusão de que basta ter o livro na rua. Alcançar os leitores é que é o problema. Tenho pena dos frustrados que publicam, autopublicam e não veem acontecer nada”. Tadei concorda:

Por um lado, alguns autores podem ganhar mais projeção com a autopublicação. Mas ainda estão reduzidos a um nicho do mercado, ou girando dentro de universos fechados de seguidores. Não me parece uma possibilidade ampla para autores.

Se a democratização da autoridade pode ser vista como um benefício, deixando que o digital rompa com obstáculos que beneficiam círculos instalados de poder e de pequenos grupos, a popularização deve ser casada com o papel da curadoria. Seja no impresso ou no digital, seja uma publicação tradicional ou autopublicação, o papel do *gatekeeper* é necessário para legitimar e qualificar a obra. É ele que vai dar visibilidade a uma obra entre “infinidades de ofertas”, tal como pontuou Aguiar ao justificar porque acredita que autopublicação “não funciona bem”.

4.8 O descaso da crítica especializada

No entanto, partindo da suposição segundo a qual se, para os livros impressos, o espaço na imprensa especializada já é exíguo, para os livros digitais, é praticamente nulo. Como resolver o impasse da legitimação se um dos seus principais elementos é justo a crítica?

Ribeiro afirma que se trata de um processo social para que o livro de papel deixe de gozar de maior prestígio entre todos nós, e entre os críticos. “Pode haver esforços no sentido de promover livros digitais e quem sabe um dia isso mude”. Schroeder vê uma lógica mercadológica operando a favor do impresso:

Livros impressos vendem muito mais, geram muito mais dinheiro, por enquanto. Então o trabalho de marketing de algumas editoras e seus contatos com jornais, curadores e críticos, se volta para os impressos. Mas com o passar dos anos o digital terá o mesmo espaço do impresso, e surgirão editoras digitais com poder de inserção. Eu acredito no digital, nas pequenas editoras independentes, enfim, há vida fora do mercado.

Aguiar atribui o desequilíbrio ao excesso provocado pela autopublicação:

Se a crítica especializada não consegue dar conta do que sai impresso, imagine do que sai apenas no formato digital por autopublicação, nicho que ainda não é expressivo e é visto com bastante desconfiança.

Taddei compartilha da mesma análise:

A própria ideia da autopublicação é um problema. A publicação por editoras comerciais e em formato impresso pressupõe uma curadoria, um processo de avaliação e edição que agregam valor ao livro. Os críticos preferem trabalhar com os títulos que já passaram por algum crivo a ter que garimpar entre aquilo que está ofertado apenas a partir do desejo do próprio autor.

Lembramos, conforme exemplos citados na introdução dessa dissertação, que livros digitais editados com chancela curatorial e edição elaborada também foram ignorados pela crítica.

Na contramão, Abreu duvida que os livros digitais recebam pouca atenção:

Não tenho o dado estatístico concreto. Acho que essa informação não procede porque está ocorrendo uma convergência entre a cultura de suporte impresso e a cultura digital. Os artigos acadêmicos e as revistas universitárias indexadas pelos índices de qualificação, hoje, são quase totalmente digitais. Além disso, no mundo inteiro, existe a crítica literária especializada em cultura digital.

Para Florrissi, há uma limitação de quem faz crítica especializada. Dias atribui a pouca atenção dada ao livro digital à falta de hábito de quem resenha. Mas sublinha algumas exceções:

Alguns exemplos são, no Brasil, a Cátedra de LIJ da PUC-Rio, e, nos EUA, a Common Sense Media. Há também o fato de que os prêmios literários muitas vezes não admitem textos publicados só no digital.

Lindoso defende que esse tratamento se deve ao conservadorismo e à diminuição geral do espaço dedicado a livros na chamada grande mídia, problema que ele localiza aqui no Brasil

O New York Times mais que duplicou o espaço e a equipe para acompanhar o mercado editorial nos EUA. Por outro lado, para compensar, temos visto o surgimento de publicações de altíssima qualidade (como a Pessoa), e blogs de críticos sem vinculação com os jornalões. Para esses, o problema continua sendo a monetarização das publicações, que é o resultado direto das dificuldades de divulgação. Mas, note-se, essa cegueira não se restringe aos livros digitais. A literatura escrita por mulheres sofre do mesmo tipo de discriminação.

Leite aponta os booktubers como atores que podem jogar luz sobre novos conteúdos, em alternativa ao conservadorismo e a espaços tradicionais cada vez mais limitados:

Sou grande entusiasta do movimento de leitura criado pelos booktubers, leitores amadores que registram efeitos de suas leituras no youtube. Também eles acabam exercendo papel de legitimação para uma enorme audiência, servindo de mediadores de livros e leituras para um público essencialmente jovem. Bem, o que eles fazem não é uma crítica especializada, mas afetiva, da ordem do gosto. Isso é importante para o campo literário? Importantíssimo, afinal todo leitor importa e não podemos abrir mão de nenhum deles. Será, então, que esta legitimação afetiva, de prazer, em grande escala de audiência não nos aponta algo sobre a potência do ambiente digital para o desempenho do livro no Brasil (desempenho não sendo apenas mercado, mas índice de leitura e índice de envolvimento do jovem com livros)? Creio que sim.

Ela registra um dado curioso. Também os booktubers integralmente dependentes dos processos comunicativos digitais manifestam preferência por comentar livros físicos, impressos. Acrescentamos que além dos booktubers, é em sites e blogues e páginas no Facebook, como a “Resenha de Bolso, de Mateus Baldi”, (<https://www.facebook.com/resenhadebolso>) que têm proliferado espaços para análise, interpretação ou simples divulgação de obras. Mas, mesmo aí, os livros impressos, possivelmente por serem estatisticamente a maioria, são os mais recenseados.

4.9 O papel do editor com o novo suporte

Nas últimas décadas houve mudanças significativas, ainda em curso, na indústria da publicação de livros – com novas técnicas e novo ecossistema de varejo. E ao mesmo tempo em que a publicação comercial está, cada vez mais, concentrada em grandes casas, pequenas editoras e auto-editores têm mais presença no mercado do que nunca. Uma editora pode ser uma corporação multinacional como a Penguin Random House, uma pequena empresa literária sem fins lucrativos ou uma editora universitária, ou mesmo um autor independente de e-books. Neste contexto, muitos se perguntam se o papel do editor está prestes a se tornar obsoleto.

Peter Ginna, organizador de *What Editors Do: The Art, Craft, and Business of Book Editing*, duvida que os editores se tornem dispensáveis “seja qual for o formato da publicação, a menos que seja redefinida como algo parecido com blogar ou distribuir fotocópias – as funções editoriais sempre serão críticas” (2017, p. 3). Leite concorda: “Um dos legitimadores dos quais o livro não pode prescindir, independentemente de sua forma final é o editor. A textualidade continua sendo a matéria sobre a qual o trabalho editorial se dá”.

Esse profissional não seria então dispensado num circuito cada vez mais acelerado de produção e reprodução, também mais prático e menos oneroso? Ribeiro pensa o contrário, que o mercado se ampliou para os editores:

Há mais espaço para profissionais de edição, se considerarmos que também se edita para o meio digital. Sem dúvida. Talvez as condições de trabalho venham ficando mais precárias. A produção e a reprodução de livros digitais são tão especializadas quanto as do impresso, no entanto ainda são um tanto experimentais e desconhecidas. Não sei se são menos onerosas.

Podemos afirmar que as publicações digitais são menos onerosas, afinal não contabilizam o custo com impressão gráfica, geralmente um dos mais altos na produção de um livro.

Aguiar e Florissi partilham a mesma opinião sobre a centralidade do papel do editor, independentemente do formato do livro. Para a primeira, “a edição de um texto de livro continua a ser uma operação essencial, em qualquer modelo”; enquanto a segunda comenta que “um livro bem feito precisa, impreterivelmente, passar por

todos os processos editoriais, mesmo que o final, da impressão, nem sempre aconteça”.

Dias acredita na ampliação do campo de trabalho, cujas oportunidades só serão aproveitadas para o profissional que se requalificar.

Para Schroeder, a questão não tem a ver com extinção, mas com adaptação:

No futuro alguns profissionais perderão seus empregos, mas surgirão outros, em outras áreas, ligadas ao digital. É um círculo. Não acredito que preparados e antenados, como editores, designers, e profissionais ligados ao marketing estejam ameaçados, talvez apenas tenham que se adaptar aos novos tempos.

Na mesma linha de raciocínio de Schroeder, Abreu prevê que: “O profissional da edição deverá migrar para as formas de edição do livro digital. Além disso, o que ocorre hoje é a oferta dos livros em ambos os suportes”.

Também Neves não vê o digital como uma ameaça ao editor, bem pelo contrário, porque livros digitais podem reforçar a venda de livros impressos, potencializando o seu papel:

O livro digital é uma alavanca para a venda de livros físicos. O maior acesso a publicações através de bibliotecas on demand, ou Amazon que oferece amostras de livros digitais, serve como uma grande vitrine particular. Muitas obras passam depois para o impresso. Ou seja, a mão do editor de um jeito ou de outro será requisitada.

Para Lindoso mais uma vez o problema não está no suporte:

Já pode se verificar que a ausência do processo editorial de produção, que nós sabemos que é complexo, produz, na esmagadora maioria dos casos, livros de leitura péssima. Erros de revisão, de pontuação, de formatação. Todas as porcarias que um amador faz ficam tão transparentes no digital como no impresso. Só que o número de iludidos, presunçosos e autossuficientes não deixa de aumentar. O resultado é o aumento da oferta de serviços editoriais, tanto autônomos como vinculados às próprias plataformas ditas de autopublicação.

4.10 Os riscos na produção, difusão e conservação do conhecimento

Em linhas gerais, entende-se que o livro, seja ele impresso ou digital, apresenta peculiaridades que influenciam de forma significativa o acesso à informação e são de fundamental importância para a conservação e criação de novas culturas e conceitos na sociedade da informação. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo digital para se firmar como opção de suporte de leitura, a maioria dos entrevistados vê nele um grande potencial como difusor de conhecimento e não como ameaça. Para Florissi não há risco algum, pelo contrário: “só vantagens na produção e disseminação de conhecimento pelo meio digital”. Na mesma linha, Abreu afirma que: “o digital é muito mais inclusivo”. Esta é a tônica da maioria dos entrevistados. Neves também reforça que “o digital ajuda a promover tanto a produção como a difusão e a conservação do conhecimento. É mais democrático”, enquanto Schroeder destaca que “a internet é uma rede, com muita informação, muito lixo, mas também coisas muito importantes. Está muito mais fácil compartilhar e armazenar conhecimento”.

Leite vê uma grande vantagem de interconexão entre leitor e obra:

Não, muito pelo contrário. Oferece ferramentas. Penso, por exemplo, em iniciativas verdadeiramente magnânimas como a de Harvard, com sua impressionante biblioteca de 22 milhões de livros, uma iniciativa que não “apenas” digitaliza milhões de páginas, mas oferece aplicativos capazes de estabelecer conexões entre livros, imagens, áudios, vídeos, obras de arte, diários, cartazes (e todo e qualquer tipo de material disponível no acervo das instituições participantes).

É um projeto que questiona, então, as fronteiras de nicho de acervos específicos (disponíveis unicamente em algumas bibliotecas, portanto apartados de muitos leitores), fazendo da digitalidade um ambiente de conexões e, especialmente, de trânsito entre contingentes mais numerosos de conhecimento. Este é um cenário de interconexão massiva entre publicações e acesso remoto a acervos que apenas a internet poderia produzir.

Ribeiro, Aguiar, Taddei e Lindoso debruçam-se sobre a questão da conservação do conhecimento. Desde a Antiguidade que os livros – pergaminhos, códices ou impressos – se estabeleceram como lugares de memória e exercem a função de preservação da cultura. Estes entrevistados apontam como desvantagem do livro digital este quesito. Enquanto Ribeiro destaca que:

O digital ainda é muito mais instável do que o impresso, se pensarmos na duração. O digital é incompatível com ele mesmo, com o equipamento que o expõe, com o ambiente em que está, enfim. Há muitas questões para se pensar sobre conservação e duração. É preciso pensar em por que as pessoas usam de tudo e misturam as estações. Não deve ser por acaso.

Aguiar reforça que “é um pouco assombroso pensar que as fontes físicas serão descartadas. Qual o potencial de adulteração do que está no formato digital?”. Na mesma linha segue Taddei:

Só aumenta a difusão. Mas há sim o risco de conservação, à medida que pode gerar um descaso pela manutenção dos arquivos físicos. O arquivo digital, por incrível que pareça, sofre mais riscos de se perder do que aqueles físicos. O ideal é sempre trabalhar com as duas mídias, impressa e digital.

Lindoso também aponta um problema real, representado pela velocidade no uso e no desenvolvimento de formatos:

Quem ainda tem diskdrivers em casa capazes de ler os antigos discos flexíveis? Essa história que entrou na “nuvem” nunca mais sai também é um mito. Mas a consciência do problema já aumentou o cuidado na preservação disso tudo em bibliotecas especializadas (principalmente nos EUA e no norte da Europa) na preservação de arquivos digitais. Por outro lado, o quanto as traças, guerras, incêndios, enchentes e outras catástrofes naturais ou provocadas pelo homem já destruiu da cultura letrada?

Acreditamos que digitalização de arquivos públicos e bibliotecas, discussão tão central nos dias de hoje, deve também ser acompanhada por um debate sobre a capacidade dos dispositivos digitais conservarem informação. Um livro, se bem encadernado, pode durar 300 anos, talvez 500, embora, como sublinhou Lindoso, também estejam sujeitos a intempéries. Mas não podemos ignorar o risco de obsolescência que carrega o digital. As novas gerações nem conhecem o CD, inventado pela Philips e pela Sony em 1982, ou o DVD, criado pela Panasonic, Philips, Sony e Toshiba em 1995.

4.11 As grandes preocupações em torno do livro digital

Como visto anteriormente nesta dissertação, em 2011 foi organizado o 2º Congresso Internacional do Livro Digital para discutir os desafios desta plataforma no Brasil. Entre os participantes, foram elencados vários desafios como a baixa qualidade da internet no Brasil, o preço dos dispositivos para ler e-books ou o apego ao papel, tema presente no evento, e em qualquer debate sobre digital, foi também a possibilidade do livro impresso ser extinto, como foram os rolos ou o códice.

Lindoso aposta que o impresso não vai desaparecer e viveremos num contexto de pluralidade de suportes:

Existe a obtusidade e a resistência ainda forte de leitores e editores quanto ao meio. Isso será vencido. Se você ler o livro *A conturbada história das bibliotecas*, do Mathew Battles (teve apenas uma edição em português, esgotada e não publicada em digital pela Planeta, disponível em inglês, por certo), poderá ler vários exemplos de como a invenção do Gutenberg sofreu enorme resistência por parte de eruditos. Ele previa isso em relação à Igreja, e foi por estratégia que a primeira grande obra impressa (grande obra, não o primeiro livro impresso), foi a Bíblia. Ele queria apresentar a imprensa como instrumento da difusão da palavra divina, para facilitar a adoção da descoberta. Aliás, é importante reafirmar sempre: o digital NÃO VAI substituir o livro impresso, e este NÃO VAI “acabar”. Tal como a fotografia não eliminou a pintura, o cinema não acabou o teatro e a TV não acabou com o cinema. Todos os novos formatos só acirram a disputa pelo único bem realmente finito e irrecuperável: o tempo que as pessoas dedicam para o estudo, a cultura, a diversão, etc.

Também Ribeiro não imagina um mundo sem impresso:

O livro digital é uma preocupação das minhas pesquisas e da minha prática como leitora. Não penso nele como uma preocupação que me angustie. Tenho visto que as práticas sociais são mais indicadoras e inteligentes do que costumamos supor. Não tenho medo, por exemplo, de que o digital extinga o impresso. Seria uma burrice social impensável.

Como usuária, Aguiar questiona-se sobre a ameaça que ronda os seus livros. Esta é uma questão geralmente menos abordada, mas igualmente importante. Se a leitura passa a depender de um equipamento eletrônico, como lidar com o risco de uma avaria?

Confesso que não sei se há esse risco com o que compro via Livraria Cultura, que abastece meu kobo. O que compro pela Amazon continua na nuvem, então por ora não sei se é um temor que faz sentido ou totalmente improvável.

Dias teme que o digital não inove rapidamente o suficiente para competir com as outras formas de cultura e entretenimento. “Nessa era da economia da atenção, UX (*User experience*) é essencial”.

Como escritor, Schroeder receia a concentração de mercado: “Temo que tudo se restrinja a dois ou três canais de distribuição, tipo Amazon e Apple. Isso é preocupante”. Se Schroeder e Aguiar já não discutem a questão primária da sobrevivência do livro impresso, reforçam, assim, um indicador de que esse debate está se extinguindo. Como sublinhado pelos outros entrevistados, a visão profética, iniciada há uma década atrás sobre o futuro domínio do digital e a morte do impresso, hoje é menos relevante, visto que ambos os suportes deverão conviver por várias gerações. As tendências de vendas de livros digitais, no Brasil e no exterior, atestam estas previsões.

4.12 Pirataria

Experiências anteriores, como as ocorridas nas indústrias fonográfica e cinematográfica, mostram que o formato digital gerou crises por perda de receita, seja devido à venda de cópias ilegais ou à troca de arquivos feitas pela internet.

Na indústria do livro não é diferente. Para Schroeder, o risco de pirataria é sempre maior com o digital: “O Brasil, por exemplo, é o rei do pdf. Será um desafio, a indústria do cinema e da música não conseguiram superar os problemas com pirataria”. Abreu também acha que o sistema de pirataria digital é mais ágil, mas não exclusivo: “O que dizer dos textos em xerox?”, pergunta.

Para Florrisi e Aguiar o risco é igual do impresso, enquanto Leite questiona

se chegará o momento em que esta seja, de fato, uma questão relevante para o livro como foi para o segmento da música, por exemplo. Talvez a chegada das máquinas de fotocópia tenha suscitado a mesma pergunta. No entanto, legalidades à parte, a xerox não se comprovou como algoz do mercado do livro (excetuado aqui o impacto objetivo para os livros teóricos e acadêmicos).

Neves lembra que, como no impresso, também há no digital mecanismos de combate à prática:

O risco de pirataria existe, porém hoje as plataformas estão bem instrumentalizadas para evitar esse risco. As bibliotecas e livrarias digitais, contam com sistema DRM¹⁶⁵ que protege o conteúdo, permitindo o uso do arquivo somente dentro de condições pré-determinadas na hora da venda.

Ao contrário de Neves, Lindoso argumenta que o DRM não impede a reprodução ilegal do livro e sim boa política de preços e facilitação do acesso ao livro:

A pirataria existe, claro. Mas a estupidez e a ilusão também. Achar que o uso de mecanismos de DRM impedem a pirataria (e 99% dos editores fazem isso) é uma balela. Qualquer pesquisa no Google mostra dezenas de programas de quebra de DRM, de livros e de música. Existem marcadores muito eficientes para rastrear a circulação de textos (ou quaisquer outros arquivos digitais) no dito cyberspaço. Por exemplo, o DOI – Digital Object Identifier, que é mais usado nas publicações acadêmicas, para autenticar a fonte de uma citação.

Para Lindoso, pirataria é sempre resultado de falta de oportunidade de acesso:

Alguém já disse: pirataria digital é a consequência direta de editores que não sabem usar os mecanismos de preço e as facilidades de acesso. E prejudica muito os editores estúpidos que fazem reserva de mercado digital. Por exemplo, a maioria dos livros digitais disponíveis na Europa não pode ser vendida fora da União Europeia. E, acredito, boa parte dos editores brasileiros não estão vendendo seus e-books de autores brasileiros no exterior. O resultado disso é simples: pirataria, com a consequente perda de faturamento e, pior, abdicação da possibilidade de ampliação do mercado. Eu, particularmente, fico ensandecido quando quero comprar um livro editado na Europa que não está disponível para venda, apesar de existir o e-books. Peço desculpas por não dizer que atitude tomo...

Por isso, declara-se um ardente defensor das bibliotecas públicas, lugares nos quais os cidadãos, destacou ele, que pagam impostos, podem acessar livros de forma gratuita. Por outro lado, alerta:

Isso é importante, há um aumento significativo da cultura do “grátis” na Internet. Como mencionei acima, há modos de fazer negócio nos quais o

¹⁶⁵ DRM (Digital Rights Management) é um controle de acesso a conteúdos digitais que implementa restrições ao uso, cópia e manipulação do conteúdo em questão.

acesso grátis aos conteúdos (digitais ou impressos) pode ser possível. Ou seja, o problema é de caráter social, de políticas públicas e, no fundo, não é um problema tecnológico.

Ribeiro adota uma postura de desdramatização:

Livros impressos sempre foram muito pirateados e são até hoje, quando pensamos na quantidade de xerox que se tira, autorizadamente, em qualquer universidade brasileira. Isso não tem solução. Simplesmente é parte das tensões do mundo do livro, seja ele em que tecnologia for. A pirataria é ruim para o comércio, mas é boa para o leitor e para o autor que quer ser lido.

O comércio e a distribuição de cópia de livro não autorizada são considerados crime. A lei 9.610 (de 19/02/1998), que regula os direitos autorais e os que lhe são conexos, e a lei 10.695 (de 01/07/2003), do Código Penal, são bem claras no que se considera violação de direitos do autor e quais as punições possíveis para os responsáveis. Mas os órgãos de fiscalização são escassos para mitigar esse problema generalizado. No caso dos e-books, a aplicação do DRM no formato ePub foi um passo importante no gerenciamento de direitos digitais, um recurso que inibe a cópia ilegal do livro mas, como sublinhou Lindoso, não a impede. E ainda proliferam na internet muitos PDFs e arquivos em Word, de fácil reprodução. Há sites em que o leitor pode optar se prefere baixar PDF, ePub, Mobi ou ler on-line. Dias acredita que a facilidade de copiar e difundir realmente é maior no digital. Porém, informa que, segundo pesquisas,¹⁶⁶ a distribuição ilegal não tem impacto sobre as vendas, ao menos na União Europeia.

4.13 A vigilância e o controle no ambiente digital

A história, como demonstramos anteriormente, indica que a leitura sempre foi sujeita ao controle. Sabemos que, no ambiente digital, também esse monitoramento se tornou mais fácil. É possível para os distribuidores de e-book, se o desejarem, saber quanto tempo o leitor demora a ler um livro, o quanto lê, em que trecho da obra abandona a leitura, e levantar o gasto anual dos leitores com a compra de livros digitais. A nós

¹⁶⁶ “União Europeia ocultou estudo que mostra que a pirataria não reduz vendas legais”, **Tecnoblog**, 22 set. 2017.

pareceu importante questionar os entrevistados sobre como pensam essa questão. Ainda assim, poucos souberam responder ou sequer entenderam a pergunta, ligando-a novamente à questão da pirataria, o que poderá ser um indicativo da falta de atenção que este assunto tem merecido pelo mercado editorial brasileiro. Taddei entendeu a questão da vigilância como customização e restrição de hábitos, mas não vê risco: “Há casos de títulos alterados após o lançamento, e alguns leitores digitais têm essa ferramenta automatizada. Isso pode, sim, causar problemas no futuro. Principalmente se pensarmos em termos de censura”.

Dias interpretou que a pergunta se referia à negligência por parte de autoridades e não dos usuários, que é o alvo da nossa questão. Nesse sentido, opinou que não há nada mais controlado do que o ambiente digital. Para Ribeiro, como Abreu, há tantas tentativas de controle no digital quanto no impresso. “Essas coisas é que são fluidas demais. Portanto, não sei se está sendo negligenciada ou não”, afirmou Ribeiro. Florissi partilha da mesma opinião e acha que não chega a ser um problema.

4.14 Revolução na prática da leitura?

Estas transformações, analisadas anteriormente nesta dissertação, foram destacadas por Robert Darnton (DARNTON, 2010), para quem o digital se reveste de uma nova transformação, com as mesmas proporções das anteriores (do pergaminho ao códice e do códice ao impresso). Em uma entrevista, chegou a afirmar que “não é exagero dizer que o mundo do livro está passando por sua maior transformação em 500 anos”.¹⁶⁷

Taddei discorda: “Era o que se dizia no início de 2010. Mas isso se provou uma projeção, não realidade”. Neves também não vê a leitura digital como uma transformação da prática da leitura, “uma vez que não substituirá a leitura do livro físico”.

Lindoso, apesar de não acreditar na substituição do digital pelo impresso preferindo a ideia de acréscimo, tal como defende Neves e Dias, entende que estamos testemunhando uma revolução.

¹⁶⁷ “Robert Darnton: ‘O público leitor está crescendo graças ao livro digital’”, **O Estado de São Paulo**, 13 ago. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,robert-darnton-o-publico-leitor-esta-crescendo-gracas-ao-livro-digital,10000069042>>.

Acho que é o mesmo que aconteceu o com o formato folio.¹⁶⁸ Mudanças profundas na fabricação do papel, da tecnologia da impressão. Ou você acha que linotipo e editoração eletrônica são a mesma coisa que os “tipos móveis” do nosso querido alemão? É uma enorme vantagem para a humanidade ter essa possibilidade de acesso exponencialmente maior. Imagine só a trabalhadeira que era fazer uma pesquisa antes da Internet? E o aumento da possibilidade de acesso à multidão de obras que passaram a ser chamadas de “órfãs” depois do digital, e que estavam perdidas nas catacumbas das bibliotecas, exigindo a leitura presencial?

Leite vê revoluções mais nos processos reprodutivos do que na forma do livro em si:

Em pergaminho, no códice e nas páginas digitais a textualidade permanece essencialmente a mesma, linhas, parágrafos, capítulos etc. Por isso acho que a passagem do manuscrito para a prensa de tipos móveis, como processo reprodutivo foi tão revolucionária quanto o surgimento do digital. Mas não sei afirmar se foram apenas 3 as revoluções, porque o próprio processo de impressão ofereceu outras revoluções que mudaram radicalmente a oferta de livros, aumentando tiragens e afetando o próprio comportamento de leitura (fico pensando: no manuscrito o livro só poderia ser lido por um leitor a cada vez; com a prensa, por alguns leitores ao mesmo tempo; com a impressora, por milhares de leitores ao mesmo tempo. Esse aspecto da coletividade, da formação de grupos de leitores, me parece muito revolucionário também).

Ribeiro acha “que estamos no centro de uma grande revolução, no sentido de revolver, remexer. Tudo se reposiciona, práticas de produção, consumo, circulação. A forma do livro se fluidifica”. Da mesma ideia compartilha Abreu, que considera o processo muito positivo. Para Florissi “estamos no processo de Leitura 3.0, caminhando para a Leitura 4.0... Igualzinho ao que acontece com as indústrias dos mais diversos setores do mercado”. Aguiar, na mesma lógica, acredita que essa terceira revolução começou, na verdade, com a emergência da internet. O mesmo ponto de vista é advogado por Schroeder: “Sim, a internet revolucionou o cinema e a televisão, está revolucionando a maneira como lemos e leremos”.

¹⁶⁸ Formato de folha de papel de 215 mm x 315 mm.

4.15 Contribuição para o incentivo ao hábito de leitura

Examinadas em capítulos anteriores, seja à luz do recorte da imprensa ou de pensadores, as vantagens e desvantagens da leitura em tela foram devidamente cristalizadas em 2005 numa pesquisa realizada por Ziming Liu, da San Jose State University. Segundo o estudo,

[o] comportamento de leitura em tela é caracterizado por mais tempo gasto na navegação, no manuseio de palavras-chave, na leitura única, na leitura não linear e na leitura mais seletiva, enquanto se gasta menos tempo em leitura aprofundada e leitura concentrada. Anotar e destacar partes do texto durante a leitura é uma atividade comum no ambiente impresso. No entanto, esse padrão “tradicional” ainda não migrou para o ambiente digital quando as pessoas leem documentos eletrônicos”. (LIU, 2005)

Para os entrevistados, este não é um dado adquirido. Na opinião de Schroeder não se pode responsabilizar o digital se a leitura é feita com pouca atenção:

De modo geral, o exercício da leitura está mais disperso em qualquer formato, no impresso ou no digital, pois temos muito mais estímulos ao redor. Toca o celular, chega mensagem, curtidas et cetera. Estamos mais distraídos com tantos estímulos.

Como Schroeder, Ribeiro não toma essa percepção como certa:

Depende da leitura, depende do gênero do livro, depende do que o leitor deseja. Não acho que o equipamento defina isso. É o leitor que define. O equipamento talvez defina se o leitor vai se cansar menos ou mais rápido. Ou se a bateria vai acabar.

Acompanhando a análise de Ribeiro, Neves relaciona a dispersão ao tipo de conteúdo e ao interesse do leitor pela obra, enquanto que para Florissi é uma questão de prática: “Não temos tempo suficiente ainda para estudos mais históricos e consistentes sobre os resultados da leitura no mundo digital”.

Para Dias, não há uma resposta única, depende do tipo de leitura e do grau de proficiência leitora de cada um. Segundo ela, o tipo de leitura talvez tenha relação com a idade e ou geração dos leitores.

Outros entrevistados deixam mais clara a correlação entre dispersão e digital. Abreu acredita que para quem tem tendência à desatenção, as plataformas digitais são difíceis de manter a concentração. Também para Aguiar no digital a leitura é mais rápida e menos concentrada. Ela pondera que, para as novas gerações, talvez essa questão possa ser totalmente irrelevante ou nem exista.

Leite acha que “o nível de interrupção proporcionado por um aparato digital é certamente maior que a calmaria de um livro físico”.

O argumento tem adesão de Taddei, para quem a materialidade do livro é um fator importante para uma experiência plena de leitura. “Ela facilita a concentração e o envolvimento do usuário com a leitura, a construção de uma relação pessoal e imediata com o universo da leitura”.

Ao contrário, para o escritor, o digital disputa atenção com muitos outros estímulos:

Tem uma fragilidade maior nessa concorrência. Com isso, diante das dificuldades intrínsecas da leitura, o usuários (sic) acaba facilmente sendo levado a outras atividades que momentaneamente geram maior satisfação e o afastam do livro digital. Não há como mudar isso, senão contando com leitores melhor preparados.

Quanto a aspectos como melhor envolvimento com a leitura, acreditamos tratar-se de uma experiência única de cada leitor, e que merece análises mais profundas. Ainda do nosso ponto de vista, o escritor Taddei incorre num erro quando afirma que o livro digital, em relação ao impresso, perde no confronto com outros estímulos por atenção. Como já dissemos antes, um leitor de livro impresso pode igualmente abandonar a leitura atraído por outras atividades. A não ser que se imagine um leitor romantizado, isolado numa torre para se dedicar exclusivamente ao prazer de um livro em papel. Também podemos conceber um leitor em tela capaz de recusar os estímulos para percorrer caminhos para fora do livro.

Como afirmou Florrisi ainda são poucos os estudos efetivos sobre o impacto do livro digital na capacidade de apreensão de informação. Acreditamos que este é um tema que poderá centralizar as discussões futuras sobre o digital. Muito deste debate foi descrito nos capítulos anteriores desta dissertação, mas possivelmente

apenas em algumas décadas saberemos como as novas formas de apreensão de conhecimento contribuirão para as práticas culturais das novas gerações.

Para Darton, a importância de democratizar o acesso à cultura por meio da internet é central. E, segundo ele, o público leitor está crescendo graças ao livro digital.¹⁶⁹ Na mesma lógica, Ribeiro opina que “talvez seja mais fácil levar livros digitais a pessoas que não têm acesso a livros impressos. Se a pessoa tiver por perto um computador (que seja um celular, por exemplo) e não tiver na cidade uma livraria, isso poderá inaugurar uma nova prática. A leitura pode ser alcançada a partir daí”.

Schroeder acredita também que,

quando o livro digital realmente for popular, as pessoas lerão muito mais, pela facilidade de baixar e ter uma infinidade de livros ao alcance. As pessoas assistem muito mais séries e filmes hoje depois da Netflix, mas porque quase todos tem internet e aparelhos para assistir. No futuro, quando e-readers forem populares de verdade, isso também acontecerá com os livros.

Neves partilha da mesma opinião, destacando o acesso e tendências geracionais:

O livro digital tem menor custo, mais facilidade de acesso e infinitas ferramentas com as quais o leitor pode entrar em contato com o conteúdo de vários livros, o que pode leva-lo a decidir por adquirir um livro físico que realmente o encante. Além disso o meio digital é imperativo para as novas gerações.

Também para Lindoso o digital pode contribuir de forma positiva para a facilidade de acesso à literatura:

Principalmente pela facilidade de acesso, pela eliminação de um entulho logístico inimaginável para a maioria das pessoas. Quando assessorava o [presidente] Galeno Amorim, na Biblioteca Nacional, e seu projeto do Livro Acessível, fiz uma pequena pesquisa. Para mim, a questão da logística é sempre percebida quando penso nas dificuldades de levar livros (ou outros materiais físicos, tipo CDs, etc.) para Manicoré. É uma cidade no meio da bacia do Rio Madeira, no Amazonas, onde meu pai nasceu. Pois bem, mandar livros para Manicoré,

¹⁶⁹ “Robert Darnton: ‘O público leitor está crescendo graças ao livro digital’”, **O Estado de São Paulo**, 13 ago. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,robert-darnton-o-publico-leitor-esta-crescendo-gracas-ao-livro-digital,10000069042>>.

usando o PAC dos Correios, levava mais de um mês e custava, na época (2013), R\$ 23,00 o quilo. Ou seja, só um sujeito tarado pela leitura encomendava um livro para ler em Manicoré. Com o digital, o livro está disponível lá em 30 segundos... E, fique surpresa, a infraestrutura de banda larga brasileira, projeto concebido e executado quase totalmente nos governos Lula e Dilma, é mais extensa que a dos EUA. A qualidade e o preço que as operadoras cobram aqui é, sim, de qualidade muito pior, mas havia hotspots incluídos no projeto. A cobertura de banda larga já atinge o total da população e todos os municípios. Nos EUA, 90% da área continental tem cobertura. Percebeu como isso elimina, como num passe de mágica, as dificuldades de acesso às publicações?

Por sermos um país tão grande e com poucas livrarias, além dos problemas de logística, como apontou Lindoso, Dias aposta no potencial do digital, livre das barreiras de infraestrutura, na formação dos leitores:

Já há grandes apostas nesse sentido, como a coleção Kidsbook, do Itaú, com foco na leitura em dispositivos móveis. Mas não basta disponibilizar — as políticas de formação e incentivo à leitura precisam ser ampliadas para também incluir o digital, por exemplo.

Os outros entrevistados são menos otimistas. Para Aguiar, o cerne da questão está na formação de novos leitores: “num segundo momento, os livros digitais, sendo mais baratos, podem contribuir para o aumento do hábito. Mas os livros digitais, por si sós, não farão isso”. Florrisi, igualmente, não aposta no suporte como mobilizador:

O que incentiva o hábito da leitura é: pais que leem, professores e bibliotecários que leem e que desenvolvem atividades estimulantes com seus alunos, escolas engajadas com a prática da leitura, clubes de leitura, feiras com atividades interessantes, de qualidade, e estimulantes, alguns programas de governo que forneçam livros consistentes a escolas, bibliotecas etc.

Como Florrisi, Abreu crê que “o incentivo à leitura independa do suporte, embora seja naturalmente mais ampla a plataforma digital”. Ela aponta “a existência de várias iniciativas no mundo nesse sentido, com produção de aplicativos de leituras e construção de conteúdos para esse suporte. Acho que o principal desafio é desenvolver a concentração, que é mais vulnerável no conteúdo digital”, insiste.

Leite vê o digital “contribuindo com o seu ferramental para os projetos pedagógicos e de incentivo que mapeiam e abordam o problema da falta de leitura em seu amplo espectro, cuja base é comprovadamente educacional”.

Ainda que naturalmente a formação dos hábitos de leitura dependa mais de investimentos em educação do que no suporte, é importante considerar o perfil digital das gerações mais jovens. A Geração Z (nascida em meados da década de 90) é a primeira nativa do digital. O livro digital, mais próximo ao seu perfil e interesses do que o livro impresso, será uma ferramenta fundamental para incentivar os seus hábitos de leitura.

Isto foi, na verdade, devidamente capturado numa pesquisa realizada em 2016 pela CPB Educacional com 2.700 alunos do Ensino Médio de todas as regiões do país. O estudo mostrou que os alunos da Geração Z são favoráveis à utilização dos livros digitais e de recursos tecnológicos para a aprendizagem. Entre os entrevistados, 93% concordaram que a tecnologia facilitará o aprendizado e que o livro digital tem vantagens que a versão impressa não apresenta, tais como: diminuição do volume de materiais transportados; acesso aos livros em qualquer hora e local a partir de smartphones; recursos multimídia e informações complementares que facilitarão o entendimento de conceitos teóricos; integração com redes sociais; e rapidez na atualização das informações.¹⁷⁰

Por outro lado, apesar do Brasil dispor, em seus domicílios, de 31,4 milhões de computadores em 2015,¹⁷¹ segundo o IBGE, ainda é significativo o número de pessoas que não tem domínio natural e ágil das regras da comunicação em ambiente digital. Nesse quadro, ficam impedidos de alcançar o livro digital e usufruir da leitura em tela, configurando-se uma nova forma de exclusão social – a exclusão digital. Para Leite está é uma questão fundamental:

Incluir a agenda do digital nas pautas pedagógicas desde a primeira formação do leitor é uma atitude de urgência não somente prática, mas também política. Ser capaz de ler e discernir conteúdos digitais, fontes, percursos de interesses, é algo que definirá o futuro de uma sociedade que resista a ser massa de manobra. Mas isso está, evidentemente, abaixo da urgência de formação de uma sociedade leitora como base, capaz de intertextualidades, raciocínios críticos, correlações, questionamentos, no digital e fora dele também.

¹⁷⁰ Pesquisa disponível em: <<https://educacional.cpb.com.br/conteudos/universo-educacao/a-geracao-z-e-a-tecnologia-na-aprendizagem/>>.

¹⁷¹ “Nº de casas com computador cai pela 1ª vez no Brasil, diz IBGE”, **G1**, 25 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/n-de-casas-com-computador-cai-pela-1-vez-no-brasil-diz-ibge.html>>.

Lindoso defende que essa é uma questão de política pública, tal como as bibliotecas:

Infelizmente o que se percebe hoje no que restou do Brasil é a sistemática destruição dessas iniciativas que existiam. Se querem acabar até com a Luz Para Todos, acabar com esse “luxo” do acesso digital é brincadeira de criança. As operadoras, evidentemente, não gostaram nem um pouco das exigências de universalização do acesso, e acho que vão conseguir derrubar essa obrigatoriedade.

Florrisi endossa a opinião de Lindoso: “Lembro-me do surgimento dos programas Word e Excel. Não havia profissionais capacitados a utilizá-los nas indústrias em geral. O que as empresas fizeram? Capacitaram seus funcionários... É só uma questão de interesse político”.

Abreu acredita que “o maior desafio é saber lidar com a hiperleitura proporcionada pelas plataformas digitais. Assim, entendo que devam ser desenvolvidas formas que respondam a esses desafios. É tarefa escolar a sistematização dessa aprendizagem”, defende novamente.

Para atingir essa meta, Neves defende que “vídeos interativos podem ajudar o leitor mais conservador a entender como utilizar a ferramenta e compreender que em realidade é muito fácil e prática. É preciso romper com a barreira do medo”.

Mas o contexto é difícil. Segundo Ribeiro,

garantir o letramento digital é complexo. As pessoas precisam aprender práticas diversas e se apropriar delas. O leitor precisa ler nas telas, mas também lê em outros ambientes. Penso que letramento seja prática social e que seja algo amplo, que abarca as tecnologias de ler e escrever que vierem.

Aguiar acredita que o enfoque deve estar na educação infantil: basta “ajudar a todas as crianças a ter contato com o digital. Mas me parece que isso tem acontecido naturalmente, pois todo mundo hoje, mesmo com poder aquisitivo muito baixo, usa iPhones ou computadores”.

Dias opina que letramento digital deve ser o eixo central da proposta curricular, mas também ser encarado como política pública fora das escolas com o objetivo de incluir também os adultos iletrados nessa área de conhecimento.

A maioria das linhas fraturadas encontradas no debate sobre livro digital, exploradas nos capítulos anteriores, é também visível entre os profissionais do livro. Há mais dissenso do que consenso. Vamos por partes.

Relativamente aos entraves para o digital do Brasil, para alguns dos entrevistados, o cerne da questão está primariamente na formação educativa da população brasileira, ainda baixa, impactando negativamente não só o interesse pela leitura quanto a capacidade para usar dispositivos tecnológicos. Mas como se explica, como mencionamos em capítulo anterior, que os países que mais leem em nível mundial – Índia, Tailândia, China – são países em desenvolvimento, com baixos níveis educativos? Ainda que, como visto, a discussão sobre se o digital contribuiu ou não para melhorar os hábitos de leitura esteja presente entre acadêmicos, jornalistas e profissionais do livro, podemos concluir que o Brasil carece de estratégias claras e informações precisas sobre os caminhos que deve tomar para se tornar um país leitor.

Também não existe consenso sobre o potencial de vendas do digital. O *Censo do livro digital* mostra que os e-books correspondem a apenas 1,09% do faturamento total das editoras; 2,38% se excluirmos livros técnicos, didáticos e religiosos. Das 794 editoras pesquisadas, só 294 produzem e comercializam conteúdos digitais – 63% das editoras brasileiras ainda estão fora desse mercado. Três dos entrevistados contestam as premissas metodológicas do estudo. E apenas quatro sinalizam expectativas sobre o crescimento das vendas digitais, e exclusivamente em nichos como livros didáticos, infantis e juvenis, e livros técnicos e científicos. Além das questões culturais e educacionais mencionadas anteriormente como fatores de inibição de vendas, existem também obstáculos na própria indústria do livro. As editoras ainda são relativamente avessas à tecnologia e ao risco, como mencionaram alguns entrevistados, e os livros didáticos, que pesam significativamente no volume de vendas no país, têm formatação mais difícil e não se adaptam facilmente a todos os tipos e tamanhos de telas. Mas apesar de todas as dificuldades, o livro digital pode crescer ocupando nichos que convivem melhor com esse suporte e que não foram devidamente contemplados pelo *Censo*, como livros para pessoas com deficiência ou publicações acadêmicas.

Por estas razões, é difícil anteciper uma revolução universal na prática de leitura,. Quatro entrevistados discordam desta observação, acreditando que a revolução já está em atividade e pode ser verificada nas práticas de produção, consumo e circulação. Refletindo a opinião do público em geral, a maioria concorda

que o livro ainda é visto como objeto de desejo e de materialidade e ainda está atrelado a uma questão sensorial e de fetiche. A posse do suporte pode ser tão importante quanto o conteúdo. Esse componente material é menos eficaz no suporte digital, que reúne um número quase ilimitado de livros em um único dispositivo, dispensando o seu caráter de distinção que expõe a bibliofilia e até mesmo o contexto social do leitor. Ainda que a internet seja uma ferramenta revolucionária, a prática da leitura continua sendo majoritariamente exercida da mesma forma como era feita há centenas de anos atrás – por intermédio do impresso. A possibilidade de estarmos entrando numa terceira revolução da prática da leitura será mais plausível quando os hábitos culturais dos leitores se adaptarem às novas tecnologias.

Nesse processo, existem riscos – como a pirataria, a vigilância ou a transformação da arte em entretenimento, a maioria deles também sujeitos ao impresso, como observamos. Mas curiosamente, para um número significativo de entrevistados, nem os ataques aos direitos de autor, com a prática de pirataria, (7 entrevistados desdramatizaram ou naturalizaram os seus efeitos negativos), nem o controle do digital (9 não entendem que existe vigilância) nem a substituição da alta literatura por entretenimento (para 8 entrevistados) são verdadeiros obstáculos. Entre os 10 entrevistados, os principais riscos dos suportes digitais dizem respeito às suas dificuldades inerentes de conservar informação (ponto destacado por 6 deles), dada a volatilidade dos instrumentos tecnológicos que vão sendo lançados para o efeito, e aos aparentes impedimentos que geram uma leitura aprofundada (5 entrevistados).

5 CONCLUSÃO

O livro eletrônico abriu um novo capítulo na história do livro, enriquecendo-a, promovendo novas reflexões nos campos cultural, social e econômico. Foi alvo nas últimas décadas de um debate muitas vezes marcado por posições extremadas, que ou o apontavam como o algoz do livro e de toda uma cultura fixada no impresso, ou como a ferramenta prodigiosa na capacitação de novos leitores.

Essa tônica preponderou entre críticos e na imprensa brasileira, que como mostramos, demorou para cobrir o surgimento do livro digital e até mesmo para tratá-lo como livro propriamente.

Neste estudo, em que analisamos criticamente o tema sob a ótica de acadêmicos, imprensa e profissionais do livro, procuramos explorar as reais fragilidades e potencialidades do digital bem como levantar novas perspectivas para as questões que o suporte suscita no campo do livro e da leitura no Brasil.

Uma primeira consideração a ser feita é que nenhuma dessas projeções se confirmou. O impresso segue firme como suporte preferido, enquanto o digital se apresenta como alternativa que atende a uma demanda específica de cada leitor, a maioria deles já habituada a ler (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).

Não deixa, ainda assim, de acarretar mudanças no circuito do livro, que se concretizam em novos projetos editoriais, novos atores e novas habilidades técnicas, novos modelos de distribuição e, finalmente, novos modos de ler.

Ao autor é ampliada a possibilidade de publicar a própria obra, menos onerosa na produção, já que elimina algumas barreiras, como o custo gráfico, deixando a pele de refém dos critérios das editoras tradicionais. A sua autonomia reflete-se também na distribuição, uma vez que não depende de uma logística cara e precária, bem como no restante do processo: divulgação e comercialização. Com essas facilidades, e com uma grande oferta de ferramentas de criação, o digital apresenta-se como um importante espaço de experimentação. Por conta disso, também, o digital parece despontar como porta de entrada facilitada para o mercado editorial, não apenas por meio de autopublicação mas como de publicação por editoras independentes. Todavia, a despeito de poder acionar uma máquina de publicação, o autor do digital carece de visibilidade e legitimização, tanto quanto o do impresso, ou talvez mais, supondo que haja um certo preconceito por parte dos leitores em relação a conteúdo

exclusivamente digital, hipótese que não estudamos aqui. De qualquer modo, podemos afirmar que a sua desvantagem reside no fato de não conseguir atrair a atenção da crítica especializada, ainda concentrada nos livros impressos. Nem por isso seu empreendimento se anula. Outros elementos de validação de sua obra podem de ser mobilizados, como um prefaciador ou organizador renomados. Quanto ao tão desejado leitor, concluímos que o digital lhe confere um protagonismo inédito. Se em épocas pós-renascentistas o centralismo era do autor, na era das novas mídias, a pluralidade de opções de acesso e manipulação da escrita à sua disposição o colocam no centro da criação, na figura de um coautor. O digital permite a redefinição da extensão dos escritos, bem como reconfiguração da linguagem, com o uso de várias semioses, desejando-se mais enxuta e inventiva. A favor do novo leitor pesa ainda a possibilidade que lhe é dada para, ao se apropriar do texto, desviá-lo de várias formas, refazendo, mixando, descontextualizando, extraindo trechos, embaralhando ainda mais a noção de autoria, e, principalmente, produzindo e compartilhando significados inesperados. Inserido na comunicação em rede, o leitor exercita a prática do “read-write-post” (RWP) (CARDOSO, 2013, p. 266), uma das marcas da internet. Ou seja, ele expande a leitura para outros espaços não imaginados pelo autor. Seus movimentos podem ser abertamente seguidos e submetidos a uma análise textual do reescrito. A outra face desse trânsito livre é que ao desdobrar as suas experiências de leitura no ambiente digital, o leitor pode ser inserido numa rede de controle e vigilância com regras pouco tangíveis. Embora sempre tenha havido, como vimos, tentativas de controle do quê e de como se lê, no digital a possibilidade de rastreo se amplifica. Paradoxalmente, a liberdade do leitor em ambiente digital é a armadilha do seu condicionamento. Outro aspecto da vigilância, a nosso ver mais preocupante, é o uso de informação sobre os hábitos dos leitores para a customização de oferta. O risco, que acreditamos merecer ser melhor estudado, é o de isolar, por um lado, o leitor em uma bolha, superficial e redundante, e por outro limitar a diversidade bibliográfica, pela prática de dar visibilidade apenas a obras mais populares, desencorajando o investimento em títulos menos penetráveis.

Outra questão norteadora dessa pesquisa são os mecanismos de apropriação na prática de leitura no digital. Acreditamos que o livro nas novas mídias, com uma estrutura que se projeta em várias camadas, hipertextual, híbrida, fazendo uso de novas formas, diferentes linguagens, demanda novas competências interpretativas e

de apreensão estética. Sem o investimento, portanto, em múltiplos letramentos, no informacional, no literário e no digital para que leitores se apropriem dos multiconteúdos produzidos e distribuídos em ambiente digital, é ilusório acreditar na democratização do acesso à leitura apenas porque as porteiras do ciberespaço estão abertas para que a avalanche de conhecimento esteja disponível a partir de qualquer ponto do mundo.

“Cerca de 90% dos dados de todo o mundo foram criados nos últimos dois anos. Em 2020, a quantidade de dados armazenados poderá ser 50 vezes maior do que em 2010. A capacidade para capturar, organizar, extrair conhecimento e transacionar dados tornou-se uma competência central para qualquer indústria em qualquer setor”, observa Dominic Barton, diretor-geral global da McKinsey & Company.¹⁷² Neste contexto avassalador, é indispensável refletirmos sobre a relação material e estética com o mundo dos textos, mas também sobre as forças sociais e políticas que agem a favor da inclusão ou da exclusão em um cenário que pressupõe o domínio de sistemas complexos de comunicação.

Ainda que não tínhamos inicialmente o objetivo de nos debruçar sobre como o mercado lida com o livro digital, não pudemos ignorar o primeiro *Censo do livro digital no Brasil*, abordado no terceiro capítulo dessa dissertação. Apesar de muito criticado por alguns dos nossos entrevistados, sobretudo pelos métodos que empregou na pesquisa, das estatísticas de vendas de livros digitais que apresentou, emergiu a conclusão que suporte ainda não se firmou como modelo de negócios. Em um paralelo com a história do livro impresso, lembramos que esse serviu aos interesses do mercantilismo no século XV (VILLAÇA, 2002, p. 31). E como explica Regina Zilberman, “dinheiro e escrita podem não ter nascido ao mesmo tempo, mas passaram a infância juntos”,¹⁷³ talvez aí esteja a explicação para um percentual baixo do livro digital no mercado livreiro. O círculo vicioso é claro: as editoras não investem na massificação do suporte alegando baixa penetração mercadológica; não conseguem aumentar as vendas porque não investem no produto. Se não fossem tão conservadoras e temerosos de riscos, como apontaram os entrevistados no terceiro capítulo desse trabalho, provavelmente poderiam alcançar mais consumidores de livros digitais. Pesquisas (Gulbenkian) apontam que leitores (44%) estão dispostos a

¹⁷² “Uma era de transformação”, *O Estado de São Paulo*, 9 jan. 2011.

¹⁷³ “A leitura no Brasil: sua história e suas instituições”. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html>>.

experimentar livros nesse suporte. Também a Biblioteca digital Nuvem, acessível no Brasil há 4 anos, registrou recentemente 2 milhões e 500 mil usuários, enquanto que 65% das escolas brasileiras não têm uma biblioteca física sequer.¹⁷⁴

Sem defender o “solucionismo tecnológico,”¹⁷⁵ que não corrigiria as nossas disfunções sociais, e poderia resultar num ambiente inóspito para a experiência e seu intercâmbio, vemos nesse cenário uma oportunidade de expansão de acesso à leitura, mal explorada.

Reiteremos que, na nossa visão, se físico ou digital, não importa, que os dois suportes coexistam para atender os diversos perfis de leitores. A propósito, o cenário atual aponta para uma convergência, e não ruptura, como vimos ao longo dos capítulos entre críticos, imprensa e profissionais do livro. Já não paira um clima de ameaça. Alertamos, no entanto, para o risco de reproduzirmos o mesmo preconceito com o qual foi recebido o impresso – que chegou a ser considerado uma degradação – e perdermos a chance, nas brechas sociais e culturais, de promover todas as possibilidades na construção de uma sociedade leitora, capaz de se alimentar de um saber coletivo.

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/nuvem-de-livros-abre-biblioteca-virtual-e-democratica-na-espanha>> . Acesso em: 15 julho 2015.

¹⁷⁵ “Evgeny Morozov: ‘Los datos son una de las más preciadas mercancías’”, *El País*, 21 dez. 2015. “‘Solucionismo tecnológico’ é um termo criado pelo escritor bielorusso Evgeny Morozov para designar a crença de que a tecnologia pode funcionar como panaceia para problemas históricos que diversas instituições falharam em resolver.

REFERÊNCIAS ¹⁷⁶

ABBATE, Janet. **Inventing the Internet**. Cambridge: MIT Press, 2000.

ALBARRÁN, Ali; RIBEIRO, Ana Luisa. O livro: questões presentes e futuras. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 16 (39), p. 3-18, 2015.

BACON, Francis. Of Studies. In: VICKERS, Brian. (ed.). **Francis Bacon: The Major Works**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BAKER, Sarah Elsie; EDWARDS, Rosalind. (Org.). **How Many Qualitative Interviews is Enough?** Expert Voices and Early Career Reflections on Sampling and Cases in Qualitative Research. Southampton: GB National Centre for Research Methods, 2012.

BARBOSA, Vânia Soares; ARAÚJO, Antonia Dilamar; ARAGÃO, Cleudene de Oliveira. Multimodalidade e multiletramentos: análise de atividades de leitura em meio digital. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 16 (4), p. 623-650, 2016.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLAIR, Ann. Reading Strategies for Coping with Information Overload ca. 1550-1700. **Journal of the History of Ideas**, v. 64 (1), p. 11-28, 2003.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **As técnicas da comunicação da história**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, Classificação e Controle nos Dispositivos de Vigilância Digital. **FAMECOS**, v. 36. p. 10-15, 2008.

_____. Monitoramento, Classificação e Controle nos Dispositivos de Vigilância Digital. In: ANTOUN, Henrique. (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2014.

BUSA, Roberto. The Annals of Humanities Computing: The index Thomisticus. **Computers and the Humanities**, v. 14, Issue 2, p. 83–90, 1980.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

¹⁷⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 (2002).

CARDOSO, Gustavo. (Org.). **O livro o leitor e a leitura digital**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2013

CARR, Nicholas. **The Shallows**. New York: WW Norton & Company, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel et al. **Comunicación móvil y sociedad, una perspectiva global**. Espanha: Ariel-Fundación Telefónica, 2007.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998. V1.

CHAMBERS, Roland. After e-Literature, There's no Going Back. [Entrevista a Jessica Pressman]. 2012. Disponível em: <http://www.salon.com/2012/10/29/after_e_literature_theres_no_going_back/>.

CHARTIER, Roger. **Forms and Meanings**: Texts, Performances, and Audiences from Codex to Computer. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.

_____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Brasília: Ed. UnB, 1998a.

_____. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Algés: Difel, 2002.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002a.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2002b

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **Cultura escrita, literatura e historia**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. (Ed.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

COELHO, Nelly Novais. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**: séculos XIX e XX. São Paulo: EdUSP, 1995.

COLE, Peter; HARCUP, Tony. **Newspaper journalism**. London, New York e New Delhi: Sage, 2009.

COSTA, Rogério da. Sociedade de Controle. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18 (1), p. 161-167, 2004.

CRESWELL, John W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. London, New York, New Delhi: Sage Publications, 2013.

DADICO, Luciana. **Constelações do livro**: fisionomia e experiências de leitura. 220f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In: DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

DI LUCCIO, Flavia. **As múltiplas faces dos blogs**: um estudo sobre as relações entre escritores, leitores e textos. 113f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

ECLESIASTES. Bíblia. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulinas, 1993.

ECO, Umberto. **Leitura do texto literário**. Lisboa: Presença, 1979.

ELIADE, Mircea. **Mitos, sonhos e mistérios**. Edições 70. Lisboa, 2000.

EISENSTEIN, Elisabeth L. **The Printing Press as an Agent of Change**. Cambridge e NYC: Cambridge University Press, 1979. 2v.

ENCICLOPÉDIA INTERCOM de comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao

livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

FISH, Stanley. **Is There a Text in This Class?:** the authority of interpretative communities. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura.** São Paulo: UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestes:** la littérature au second degré. Paris: Seuil, 1992. [Formato Kindle].

GINNA, Peter. **What Editors Do:** The Art, Craft, and Business of Book Editing. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

GRAFTON, Anthony T. Review: the importance of being printed. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 11 (2), p. 265-286, 1980.

_____. Como criar uma biblioteca humanista: o caso de Ferrara. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian Jacob. (Org.). **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

GROSSMAN, Lev. From Scroll to Screen. **The New York Times**, 2 set. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/09/04/books/review/the-mechanic-muse-from-scroll-to-screen.html>>.

HALL, Stuart. **Encoding and Decoding in the Television Discourse.** Birmingham: Centre for Cultural Studies, 1973.

_____. **Da diáspora:** identidades de mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAMESSE, Jacqueline. El Modelo Escolático de la Lectura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). **Historia de la lectura en el mundo occidental.** Madrid: Grupo Sanrillana de Ediciones, 2001.

HASLAM, Andrew. **Book Design.** New York: Abrams, 2006.

INGARDEN, Roman. **A obra de arte literária**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1931.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008.

_____. **Retratos da leitura no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

_____. **Retratos da leitura no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996. V1.

JAUSS, H.R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNS, H.R. **The Nature of Book**: Print and Knowledge in the Making. Chicago, University of Chicago Press, 1998.

KATZENSTEINS, Úrsula Ephraim. **A origem do livro**: da Idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente. São Paulo: Hucitec. 1986.

KRESS, Gunther. Visual and Verbal Modes of Representation in Electronically Mediated Communication: The Potentials of New Forms of Text. In: SNYDER, I. (org.). **Page to Screen**: Taking Literacy into the Electronic Era. London: Routledge, 1998.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. **Reading Images**: The Grammar of Visual Design. London: Routledge, 1996.

KULESZ, Octavio. **La edición digital en los países en desarrollo**. Alianza Internacional de los Editores Independientes, 2011. Disponível em: <http://alliance-lab.org/etude/wp-content/uploads/edicion_digital.pdf>.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, UFSC, 2001.

LALLANILLA, Marc. Is This 1949 Device the World's First E-Reader?. **Live Science**, 30 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.livescience.com/26728-first-e-reader.html>>.

LANDOW, George P. What's a Critic to Do? Critical Theory in the Age of Hypertext. In: George P. Landow. (Ed.). **Hyper/text/theory**. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1994.

LARA, M.L.G; FUJINO, A. Noronha, D.P. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2008.

LEAL, Luis Germán Rodríguez; CARNOTA, Raúl. **Historias de las TIC en América Latina y el Caribe**: inicios, desarrollos y rupturas. Madri: Fundación Telefónica, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LITTAU, Karin. **Theories of Reading**: Books, Bodies and Bibliomania. Cambridge: Polity Press, 2006.

LIU, Ziming. Reading Behavior in the Digital Environment: Changes in Reading Behavior Over the Past Ten Years. **Journal of Documentation**, v. 61 (6), p. 700-712, 2005.

LYONS, Martin. **Readers and Society in Nineteenth-Century France**: Workers, Women, Peasants. London: Palgrave Macmillan, 2001.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Cambridge: MIT Press, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MCGANN, Jerome. **Radiant Textuality**: Literature after the World Wide Web. New York and Hampshire, Palgrave, 2001.

MORETTI, Franco. The Novel: History and Theory. **The New Left Review**, v. 52, 2008.

MOTOYAMA, S. (Org.). **Prelúdio para uma história**: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da segurança nacional**: do golpe de 64 ao início da abertura. São Paulo: Atual, 1995.

PAIVA, Ana Paula Matias de. **A aventura do livro experimental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2008.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Hedra, 1997.

PINSKY, Luciana. **Do papel ao digital**: como as novas tecnologias desafiam a função do editor de livros de história. 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUEIROZ, Sonia. (Org.). **Glossário de termos de edição**. Belo Horizonte: Fale/Viva Voz, 2008.

RAVELO, M. T. Breve ensayo sobre publicaciones digitales. **Revista Digital Universitaria**, v. 12 (7), p.1-7, 2011.

RIBEIRO, Ana Elisa. O que é e o que não é um livro: materialidades e processos editoriais. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 9 (4), p. 333-341, 2012.

_____. Multimodalidade e produção de textos: questões para o letramento na atualidade. **Signo**, v. 38 (64) p. 21-34, 2013.

_____. Questões provisórias sobre literatura e tecnologia: um diálogo com Roger Chartier. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 47, p. 97-118, 2016.

_____. La lectura en los últimos siglos de la Edad Media. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). **Historia de la lectura en el mundo occidental**. Madrid: Grupo Sanrillana de Ediciones, 2001.

SANTOS, Alckmar dos. Texto digital e reconfiguração do leitor. **Revista Z Cultural** (UFRJ), Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, abr./jul. 2008. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/texto-digital-e-reconfiguracao-do-leitor-de-alckmar-luiz-dos-santos-2/>>.

SARAIVA, António José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1995. VI.

SARTRE, Jean-Paul. **Situations I**: essais critiques. Paris: Gallimard, 1947.

SERFATY-GARZON, P. **Dictionnaire critique de l'habitation et du logement**. Paris: Armand Colin, 2003.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, 2002.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS (SNEL). **Censo do livro digital**. Ano base 2016. São Paulo: Sindicato Nacional dos Editores de Livros; Câmara Brasileira do Livro; Instituto de Pesquisas Econômicas, 2017. Disponível em: < <http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresentacao-Censo-do-Livro-Digital.pdf>>.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 31, p. 143-160, 2002.

SORÁ, Gustavo. Frankfurt y otras aduanas culturales entre Argentina y Brasil. Una aproximación etnográfica al mundo editorial. **Cuadernos de Antropología Social**, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 15, p. 125-143, 2002.

THE NEW LONDON GROUP. A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures. **Harvard Educational Review**, v. 66 (1), p. 60-93, 1996.

VAN DAM, Andries; RICE, David E. **Computers and Publishing: Writing, Editing and Printing**, Advances in Computer. Cambridge: Academic Press, 1970, p. 145-74.

VIANELLO, Marina. La Identidad del Hipertexto. **Litterae. Cuadernos sobre Cultura Escrita**, v. 2, p. 151-178, 2002.

VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002.

VINCE, John e EARNSHAW, Rae. (Org.). **Digital Convergence: The Information Revolution**. Londres: Springer-Verlag, 1999.

WALKER, Joseph. **Information Technology and Collection Management for Library User Environments**. Hershey: IGI Global, 2013.

WEIDHAAS, Peter; GOSSAGE, Carolyn. **The History of the Frankfurt Book Fair**. Toronto: Dundurn, 2007.

XAVIER, A. C. **O hipertexto na sociedade da informação**: a constituição do modo de enunciação digital. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Campinas, 2002.